

LUIZ AUGUSTO ANDREOLI DE MORAES

AVALIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA VIA
APLICAÇÃO DA DEA
EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Professor Dr. José Luiz Fonseca
da Silva Filho

Florianópolis, dezembro de 2004

AVALIAÇÃO DE UMA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA VIA
APLICAÇÃO DA DEA
EM ORGANIZAÇÕES SEM FINS LUCRATIVOS

LUIZ AUGUSTO ANDREOLI DE MORAES

O candidato foi considerado aprovado na Tese de Doutorado para obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Prof. Edson Pacheco Paladini, Dr.
Coordenador do Curso

Banca Examinadora

Prof. José Luiz Fonseca da Silva Filho, Dr.
orientador

Prof. ^a Angelita Maria de Ré, Dr.^a

Prof. ^a Clerilei Aparecida Bier, Dr.^a

Prof. ^a Maria Cristina da Rosa, Dr.^a

Prof. ^a Patrícia da Costa Duarte, Dr.^a

Índice Analítico

Índice Analítico.....	iii
Figuras.....	v
Tabelas.....	vi
Fórmulas.....	viii
Gráficos.....	ix
Oferecimentos.....	x
Agradecimentos.....	xi
Resumo.....	xii
Abstract.....	xiii
Glossário.....	xiv
Capítulo 1.....	17
INTRODUÇÃO.....	17
1.1 - Problema de Pesquisa.....	28
1.2 - Tema.....	28
1.3 - Metodologia.....	33
1.4 - Justificativa.....	39
1.5 - Objetivos.....	44
1.5.1 - Objetivo geral.....	44
1.5.2 - Objetivos específicos.....	44
Capítulo 2.....	45
O SISTEMA PENITENCIÁRIO.....	45
2.1 - Uma abordagem histórica do sistema penitenciário.....	45
2.2 - Estrutura do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul.....	58
Capítulo 3.....	65
A PRODUTIVIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO.....	65
3.1 - A construção do sistema produtivo.....	65
3.2 - A produção de um sistema penitenciário.....	72
3.3 - O aspecto qualitativo da produção de um presídio.....	76
Capítulo 4.....	80
DEA: INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO.....	80
4.1 - Ferramenta para a mensuração da produtividade.....	80
4.2 - O porquê da escolha da DEA.....	83
4.3 - O banco de dados em estudo: as variáveis.....	86
4.4 - Os pontos de vista.....	91
Capítulo 5.....	96
DEFININDO O MODELO A SER APLICADO.....	96
5.1 - Algumas características e exigências da DEA.....	96
5.2 - Desenhando um modelo funcional de avaliação.....	98
5.3 - Organizando o banco de dados.....	100
5.2 - A função de avaliação do ponto de vista do presidiário.....	106
5.3 - A função de avaliação do ponto de vista do sistema penitenciário.....	110
5.4 - A função de avaliação do ponto de vista da sociedade.....	113
Capítulo 6.....	116
A APLICAÇÃO DA ANÁLISE POR ENVELOPAMENTO DE DADOS.....	116

6.1 - A aplicação do software	116
6.2 - Eficiência em diferentes pontos de vista	118
6.3 - Os resultados VCR - presidiários	123
6.4 - Os resultados VCR - sistema penitenciário.....	126
6.5 - Os resultados VCR - sociedade.....	129
Capítulo 7	131
DISCUSSÃO.....	131
7.1 - Os resultados da Análise por Envelopamento de Dados	131
7.2 - Aplicações da metodologia.....	135
Capítulo 8	137
CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	137
8.1 - Conclusões relativas ao objetivo da pesquisa.....	137
8.2 - Conclusões relativas ao problema em estudo.....	141
8.5 - Recomendações.....	146
BIBLIOGRAFIA	148
Obras Citadas.....	148
Obras Consultadas	150
Artigos.....	153
Artigos coletados da internet	154
Sites consultados	156
Softwares utilizados	157
Anexos	158
Tabelas.....	159

FIGURAS

Figura 1 - Estrutura da SJS/RS	58
Figura 2 - Organograma da Susepe	62
Figura 3 - A relação dos pontos de vista.....	95

TABELAS

Tabela 1 - Índice de presos por 100 mil habitantes - RS.....	48
Tabela 2 - Orçamento do DEPEN para 2002	51
Tabela 3 - Transferências aos estados - orçamento do DEPEN 2002	53
Tabela 4 - Tipos e quantidades de unidades penitenciárias.....	59
Tabela 5 - Insumo, consumo e produtividade do exemplo.....	82
Tabela 6 - Fragmento do banco de dados fornecido pelo CIOSPE	87
Tabela 7 - Variáveis do banco de dados - 1ª parte.....	88
Tabela 8 - Variáveis do banco de dados - 2ª parte.....	89
Tabela 9 - Significados das variáveis do banco de dados fornecido pelo Susepe.....	90
Tabela 10 - Proporção de homens e de mulheres no Sistema Penitenciário/RS.....	100
Tabela 11 - As variáveis agrupadas e seus significados	101
Tabela 12 - Identificação das variáveis.....	102
Tabela 13 - Identificação das UPs.....	103
Tabela 14 - Variáveis agrupadas - parte 1.....	104
Tabela 15 - Variáveis agrupadas - parte 2.....	105
Tabela 16 - Ranking (parcial) utilizando a 1ª função de avaliação - PdV presidiário.....	107
Tabela 17 - Ranking das correlações com a F_1	108
Tabela 18 - Ranking das correlações com a F_2	109
Tabela 19 - Ranking a partir da 1ª função de avaliação - PdV - sistema penitenciário.....	111
Tabela 20 - Ranking das correlações com a F_1 - sistema penitenciário	112
Tabela 21 - Ranking utilizando a 1ª função de avaliação - PdV - sociedade.....	113
Tabela 22 - Ranking das correlações com a F_1 - sociedade.....	114
Tabela 23 - Ranking geral das unidades sob os três pontos de vista.....	118
Tabela 24 - Significado dos indicadores da aplicação da DEA.....	122
Tabela 25 - Escores - VCR - presidiário - parcial	123
Tabela 26 - Projeções - VCR - presidiário - parcial.....	123
Tabela 27 - Ineficiências - VCR - presidiário - parcial	124
Tabela 28 - Folgas - VCR - presidiário - parcial.....	124
Tabela 29 - Preços - VCR - presidiário - parcial.....	125
Tabela 30 - Faces - VCR - presidiário - parcial.....	125
Tabela 31 - Escores - VCR - sistema penitenciário - parcial	126
Tabela 32 - Ineficiências - VCR - sistema penitenciário - parcial.....	127
Tabela 33 - Folgas - VCR - sistema penitenciário - parcial.....	127
Tabela 34 - Faces - VCR - sistema penitenciário - parcial.....	128
Tabela 35 - Escores - VCR - sociedade - parcial	129
Tabela 36 - Ineficiência - sociedade - parcial.....	129
Tabela 37 - Faces - VCR - sociedade - parcial.....	130
Tabela 38 - VCR - presidiário - ordem decrescente de eficiência - parcial.....	133
Tabela 39 - Banco de dados fornecido pelo CIOSPE	159
Tabela 40 - Banco de dados fornecido pela Susepe - original - casas especiais	168
Tabela 41 - Escores - VCR - presidiário - completa.....	178
Tabela 42 - Projeções - VCR - presidiário - completa	180
Tabela 43 - Ineficiências - VCR - presidiário - completa	182
Tabela 44 - Folgas - VCR - presidiário - completa	184

Tabela 45 - Preços - VCR - Presidiário - completa.....	186
Tabela 46 - Faces - VCR - presidiário - completa.....	188
Tabela 47 - Escores - VCR - sistema penal - completa.....	190
Tabela 48 - Ineficiências - VCR - sistema penitenciário - completa.....	192
Tabela 49 - Folgas - VCR - sistema penitenciário - completa.....	194
Tabela 50 - Faces - VCR - sistema penitenciário - completa.....	196
Tabela 51 - Escores - VCR - sociedade - completa	198
Tabela 52 - Ineficiência - sociedade - completa.....	200
Tabela 53 - Faces - VCR - sociedade - completa.....	202
Tabela 54 - VCR - presidiário - ordem decrescente de eficiência - completa.....	204
Tabela 55 - presidiário - VCR - ordem decrescente - completa.....	206
Tabela 56 - Ranking a partir da 1ª função de avaliação - PdV - presidiário - completo	208
Tabela 57 - Totais da Susepe.....	210

FÓRMULAS

fórmula 1 - lucro.....	66
fórmula 2 - produtividade.....	69
fórmula 3 - produtividade normalizada.....	70
fórmula 4 - produtividade - eficiência.....	83
fórmula 5 - produtividade - eficiência das UPs - fórmula geral.....	84
fórmula 6 - problema de programação linear.....	85
fórmula 7 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV presidiário.....	106
fórmula 8 - F_2 : 2ª função de avaliação - PdV - presidiário.....	108
fórmula 9 - F - função de avaliação - PdV - presidiário.....	109
fórmula 10 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV - sistema penitenciário.....	110
fórmula 11 - F - função de avaliação - PdV - sistema penitenciário.....	112
fórmula 12 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV - sociedade.....	113
fórmula 13 - F - função de avaliação - PdV - sociedade.....	115

Gráficos

Gráfico 1 - fronteira de eficiência no caso bidimensional.....	82
Gráfico 2 - Eficiência das unidades - VCR - presidiários.....	132

Oferecimentos

Quero oferecer este trabalho ao meu irmão Cyro, doce e generosa criatura, que passou por esta vida distribuindo alegria e fazendo pouco caso do que viesse a ganhar.

E passaste por aqui muito rápido, meu irmãozinho, muito rápido.

Ofereço também este trabalho aos injustiçados do mundo, tanto aos que se encontram atrás das grades de metal, como também àqueles que se encontram encarcerados sob outras formas de prisão e tortura.

Agradecimentos

O autor deseja agradecer:

Às filhas - Camila, Lizabeth e Isabella - por terem agüentado todo este tempo a neura e o cansaço do pai;

Ao Gordo, ao Henrique, à Héliida, ao Guilherme, à Márcia, ao Mairton, à Lilian, ao Fonseca, à Cristina, à Patrícia, à Angelita, à Clerilei, ao Airtton Michels, ao Marcos Rolim, à Renata, ao Trigo, ao Tiago, ao André, à Leynha, ao Mário, à Carla, ao Padre Bernardino, à Maria Letícia, ao seu Norman, ao seu Stoker, à Julita Lemgruber, ao Tabajara, ao Juan, ao Pedrão, ao Cabrito, à Anjinha, ao Stan, ao Oliver, ao grande Tarso, ao seu Excel, ao John Sax, à Janete, ao Edmundo, à Mariazinha, à Belinha, ao Serginho, ao Fernando, ao El Pobre Viejito, ao Alexandre, à Maria, à dona Olga, ao Willian, ao Gerônimo, ao Grego, ao Damati, ao Paulinho, ao Iran, ao Dudu, às serventes que organizam minha sala, à Ruth, ao Robert Pirsig, ao Jaime, ao Adão, ao Roger, ao Enildo, ao Gilson, ao Maguinho, ao Ará, ao Valdez, à Janice, ao Gilnei, ao João Reguffe, ao Fernandão, à Éliida, à Simone, ao tio Iruh e ao Gustavo.

Se alguém não foi para esta listinha e me ajudou, entenda que não é por ingratidão, mas pelo puro e simples esquecimento, nada mais que isto. Perdão.

RESUMO

Este trabalho realiza o estudo da produtividade de uma organização sem fins lucrativos, utilizando-se para isto da DEA - *Análise por Envelopamento de Dados*. A organização que substancia o caso em foco é o sistema penitenciário do estado do Rio Grande do Sul. O dispositivo, munido da idéia básica de verificar a produtividade a partir da observação do valor da razão produto/insumo, associa uma n -upla¹ de valores a cada instituição analisada. Desta forma, as unidades estudadas passam a se comportar como elementos de um espaço n -dimensional, passível de receber um tratamento vetorial. O ranking de eficiência neste espaço não se efetiva em apenas um único eixo, isto é, as unidades mais eficientes não são aquelas que se encontram nas primeiras posições em apenas um aspecto produtivo, uma vez que estas não existem, dada a pluralidade da situação, mas são aquelas mais próximas de uma hipersuperfície, a chamada superfície de eficiência. As variáveis mensuradas e a eleição das verdadeiramente indicadoras do desempenho tomam importante parte do trabalho, baseando-se amplamente no referencial teórico. Foram determinados três pontos de vista diferentes para observar o problema e para cada um destes foi elaborada uma função de avaliação específica. No final, há um ranking destas unidades sob estes três pontos de vista diferentes, seguidas das conclusões do trabalho.

¹ n -upla - trata-se de uma generalização das palavras dupla e tripla, referindo-se a “ n ” componentes.

ABSTRACT

This work accomplishes the study of the productivity of a nonprofit organization, being used for this of DEA - it Dates Envelopment Analysis. The organization that nourishes the case in focus is the penitentiary system of the state of Rio Grande do Sul. The device, of the basic idea of verifying the productivity starting from the observation of the value of the reason output/input, it associates a n -uple of values to each analyzed institution. This way, the studied units pass behaving as elements of a space n -dimensional, susceptible to receive a vectorial treatment. The efficiency ranking in this space is not executed in just an only axis, that is, the most efficient units are not those that are in the first positions in just a productive aspect, once these don't exist, given the plurality of the situation, but they are those closer of a hiper-surface, the call efficiency surface. The variables measured and the election of the truly indicative of the acting participate important of the work, basing thoroughly on the theoretical referential. They were certain three different point of view to observe the problem and for each one of these a function of specific evaluation was elaborated. In the end, there is a ranking of these units under these three different point of view, followed by the conclusions of the work.

Glossário

Banco de dados da Susepe - banco de dados fornecido pela Susepe e que se encontra integralmente nos Anexos;

CC - Cargo Comissionado;

CESEC - Centro de Estudos de Segurança e Cidadania;

CIOSPE - Centro Integrado de Operações Policiais - sigla à época da pesquisa;

COC - Centro de Observação Criminológica;

completude - percentual de células cheias de uma variável ou de uma UP (ver grau de completude);

conjunto análise - o conjunto sobre o qual é aplicado a DEA;

conjunto referência - o conjunto de todas as UPs;

CPA - Colônia Penal Agrícola;

CRS - retorno constante de escala (Constant Returns-to-Scale) (ver VRS);

DEA - Data Envelopment Analysis ou, como usado no texto, Análise por Envelopamento de Dados;

DEPEN - Departamento Penitenciário Nacional;

DMU - Decision Making Unit (ver UP);

DPR - Delegacia Penitenciária Regional;

eficiência alocativa - é a capacidade da instituição em utilizar os inputs na proporção ótima;

eficiência técnica - é a capacidade da instituição em atingir o máximo de outputs para um dado conjunto de inputs;

eficiência total - combinação das eficiências técnica e alocativa;

fator de correlação - p ;

grau de completude - o número que expressa a completude, sem o percentual (ver completude);

Human Rights Watch - ONG ligada aos direitos humanos, atuando em todo o mundo;

Ideas - software que utiliza a tecnologia da DEA, para fazer um ranking de unidades produtivas;

IGP - Instituto Geral de Perícias, órgão filiado à SJS/RS;

Ilanud - Instituto Latino-americano das Nações Unidas para a prevenção do Crime e Tratamento do Delinqüente;

INFOPEN - Sistema de Informações Penitenciárias, órgão filiado ao Ministério da Justiça;

insumo - quantidade de bens, num sistema de produção, que entram na produção de um produto (ver produto);

IPEP - Instituto Penal Escola Profissionalizante;

IPF - Instituto Psiquiátrico Forense;

IPM - Instituto Penal de Mariante;

LEP - Lei de Execução Penal;

lucro - é a diferença entre a receita e a despesa. Em símbolos: lucro = receita - despesa;

n-upla - trata-se de uma generalização das palavras dupla e tripla, referindo-se a “n” componentes;

ONG - organização não governamental;

p - fator de correlação;

PAC - protocolo de ação conjunta;

PASC - Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas;

PCPA - Presídio Central de Porto Alegre;

PdV - abreviatura para ponto de vista, utilizada neste trabalho;

PEC - Penitenciária Estadual de Charqueadas;

PEJ - Penitenciária Estadual do Jacuí;

penas alternativas - as penas alternativas são as penas aplicadas ao condenado, ao invés de detê-lo numa prisão. Geralmente compõem-se de trabalhos em favor da comunidade;

produtividade normalizada - produtividade projetada sobre o intervalo [0,1];

produto - quantidade de bens produzidos num sistema de produção com uma dada

quantidade de insumos (ver insumo);

quantum - quantidade física de uma grandeza em oposição a seu valor (cf Aurélio);

reincidente criminal - indivíduo que é condenado pelo mesmo crime pela qual fora anteriormente condenado e que já havia remido sua pena;

reincidente penal - indivíduo que é condenado por um crime após ter sua pena remida;

remição da pena - pagar a pena;

SJS/RS- Secretária Geral de Justiça e da Segurança do Rio Grande do Sul;

superlotação - de um modo geral, é a palavra que se refere à situação na qual a unidade penitenciária física abriga, na prática, mais pessoas do que a capacidade física para a qual aquela unidade foi construída;

Susepe - Superintendência dos Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul;

UP - Unidade Penitenciária, são as DMUs do problema (ver DMU);

valor - o equivalente, em dinheiro ou bens, de alguma coisa; preço; poder de compra (cf Aurélio);

variáveis compostas - resultado de um trabalho aritmético em cima de uma ou mais variáveis;

variáveis simples - tomadas diretamente do banco de dados;

VRS - retorno variável de escala (Variable Returns-to-Scale) (ver CRS);

Capítulo 1

INTRODUÇÃO

...seria hipocrisia ou ingenuidade acreditar que a lei é feita para todo mundo em nome de todo mundo; que é mais prudente reconhecer que ela é feita para alguns e se aplica a outros...(Tratado de Direito Penal do século XIX, in FOUCAULT, 1987, p. 229)

Por alguma razão ainda não bem determinada, uma das espécies que se desenvolveu sobre a Terra foi a nossa. A história de seu desenvolvimento remonta a milhões de anos. Mas tão logo a espécie humana começou a se mostrar como tal - os rastros deixados pelos hominídeos nos sítios arqueológicos demonstram, garantem os arqueólogos e antropólogos, que estes já organizavam sua vida em termos sociais - isto é, a espécie humana é uma espécie gregária, que vive em grupos e forma sociedades desde os tempos iniciais. Estes grupos de seres então passam a ser caracterizados como seres humanos quando seus restos indicam que já haviam passado do momento da pura convivência e ingressaram num estágio social mais avançado - havia entre eles rituais, crenças, esperanças, desejos e arte - isto é, já formavam uma sociedade.

Contar a história da espécie humana é também contar a história da sociedade que ela vem arranjando e na qual vive desde o início.

No início de nossa civilização, se por um lado, no plano individual, o principal interesse do convívio em sociedade era a premente necessidade de se proteger do ataque das feras, da fome e do frio, por outro, no plano da espécie, o interesse residia na garantia da continuação da existência da própria espécie, através da procriação, e também na espera dinâmica e participativa da evolução social, que só se dá na e pela interação social, ainda que aos trancos e por caminhos não lineares.

A dificuldade, a desordem daquela vida acionou o desenvolvimento, “devemos constatar que a desordem e o acaso estão presentes no universo e ativos na sua evolução” (MORIN, 2002, p.178) -, possibilitando que a sociedade fosse evoluindo no sentido que a temos hoje.

Se a vida em sociedade traz uma série de problemas atualmente para a própria sociedade, e sempre trouxe, a espécie humana já não pode mais conceber a si mesma sem este convívio, sem a vida em sociedade. Todos os aspectos de nosso desenvolvimento exigem e só podem ser expressos e consolidados dada a existência da sociedade na qual os indivíduos nascem, crescem, se educam, procriam e convivem. Os indivíduos dependem integralmente da sociedade para viver e progredir, ao mesmo tempo que também contribuem para o desenvolvimento da própria sociedade, ainda que preguem o contrário e se proclamem autônomos, baseados na falsa idéia de que são geradores de sua própria subsistência e também que são comandantes absolutos de suas decisões. Não há nenhuma atividade de um indivíduo da espécie humana que possa ser realizada isoladamente, sem qualquer conexão com a sociedade, mesmo que esta conexão seja o afastamento, a prisão ou o isolamento voluntário de qualquer grupo humano. Estranhamente, a própria existência do mundo só faz sentido e só se consolida se a reconhecermos, isto é, se tivermos esta possibilidade interior de fazê-lo, o que só é possível de realizar por aquele indivíduo que pertence a uma sociedade.

“O mundo que conhecemos, sem nós, não é mundo, conosco é mundo. Daí deriva o paradoxo fundamental: nosso mundo faz parte de nossa visão de mundo, a qual faz parte de nosso mundo.” (MORIN, 2002, p. 223)

Dentro da sociedade, as organizações têm considerável e fundamental contribuição, tanto para a existência da própria sociedade quanto para o seu desenvolvimento.

A sociedade não só abriga em seu interior uma quantidade de organizações, como também é feita por estas mesmas organizações que abriga e arranja. Todos os indivíduos da sociedade participam de muitas organizações ao mesmo tempo, ainda que não tenham consciência disto.

Por exemplo, ao considerar apenas a quantidade de sociedades a que pertencemos como cidadãos: a vida de um bairro é administrada por uma liderança

comunitária que segue as leis da organização que regulamenta aquela comunidade, assim como os bairros são administrados pela prefeitura da cidade, cujo estatuto rege a própria cidade e foi por ela criado, via a ação dos legisladores, eleitos pela própria população. A sequência prossegue: as cidades se organizam numa instância estadual, os estados se organizam na federação, os países se organizam em grupos, em continentes.

É claro que as organizações não existem apenas no plano cívico, mas também no plano social (clubes, times, bairros, etc.), no trabalho (bancários, metalúrgicos, professores, etc.), no plano religioso (católicos, protestantes, muçulmanos, etc.), no plano cultural (músicos, pintores, poetas e etc.) e em muitos outros. A rede de organizações cobre e recobre a sociedade de muitas formas - todos os indivíduos pertencem a algumas organizações, independentemente de sua aceitação deste fato.

A sociedade também pode ser considerada como uma organização de organizações, que se entrelaçam nas suas ramificações, fazendo com que o indivíduo participe de muitas organizações simultaneamente.

Às vezes as regras das organizações, entrelaçadas que acabam ficando, apesar de aparentemente gerirem o mesmo mundo, com os mesmos indivíduos nele inseridos, apresentam regras contraditórias e de difícil manutenção de fidelidade a todas e ao mesmo tempo. Mas as organizações também progridem exatamente por isto, porque, como diz MORIN, “começamos a perceber uma misteriosa relação complementar, no entanto, logicamente antagonista entre as noções de ordem, de desordem e de organização” (2002, p. 179).

Isto é, a própria impossibilidade de os indivíduos poderem seguir todas as regras simultaneamente leva ao desenvolvimento de novas regras e ao desenvolvimento da própria sociedade. Assim, o indivíduo participa simultaneamente de muitas organizações em sua vida.

Toda organização precisa para se manter - não só no sentido da estabilização do estado atual, mas também no sentido de se ampliar, de se desenvolver - de um controle sobre o comportamento dos indivíduos que participam dela, quer seja para excluí-los do quadro, no caso de esse comportamento sair do previsto, quer seja para readequar a própria organização, reorganizando-a.

No período de pensamento clássico e determinista, que segue dominante até o final do século XIX e vai sendo gradativamente imerso em dúvidas e contradições - o grande horror cartesiano - se imaginava que as melhores leis, as melhores teorias, as melhores estruturas e as melhores organizações seriam aquelas que não se modificassem uma vez inventadas, descobertas, definidas, e que, uma vez isto feito, permaneceriam naquele mesmo estado ao longo do tempo.

Com a emergência do conceito do pensamento complexo, a própria modificação das leis, das teorias, das regras, das regulamentações das organizações, passa a ser considerada como instância necessária ao próprio desenvolvimento, num laço que leva, paradoxalmente, a consequência a interferir na causa.

Assim, uma organização pode ser considerada como produto dela própria, resultado de um movimento recursivo. Isto é, a “organização recursiva é a organização cujos efeitos e produtos são necessários a sua própria causação e a sua própria produção” (MORIN: 2002, p.182).

As próprias organizações se encaixam como indivíduos em outras organizações - numa forma análoga às partes de um conjunto, que também são conjuntos - e também precisam prestar contas à gerência. Da mesma forma contraditória como aquela situação vivida pelo indivíduo, as organizações também podem se defrontar com dificuldades de cumprir, ao mesmo tempo, todas as regras de todas as organizações nas quais se encontram inscritas, dado que a idéia de gestores distintos, ainda que gestores da mesma organização, pode propor atividades, com finalidades diferentes, até mesmo antagônicas.

Para controlar e manter uma organização é preciso que haja uma avaliação de sua atividade, de sua existência. A sociedade que a mantém precisa e quer ter estes dados em mãos.

Respeitando este interesse e determinação, as organizações inseridas em nossa sociedade prestam contas aos seus gestores. Os bancos, por exemplo, publicam em grandes páginas nos principais jornais do país, ao final de seu ano contábil, o balancete de suas atividades, a contabilização de seus ganhos, gastos, lucros e eventuais déficits no período. Da mesma forma, todas as organizações prestam contas aos seus chefes, gerentes, diretores, presidentes e outras instâncias

de gerência, em periódicas demonstrações, escritas, faladas e, via de regra, documentadas de alguma forma.

Assim, a avaliação de uma organização constitui-se em atividade complexa, uma vez que são inúmeras as instâncias nas quais, de um modo geral, uma organização participa.

O parecer positivo do gestor sobre um resultado obtido por uma organização depende não só do desempenho daquela organização, mas também do anseio do gestor, de sua vontade e propósito.

Por exemplo, um hospital que trata pacientes terminais com câncer pode ser considerado ideal pelas organizações que fabricam equipamentos e remédios específicos para o tratamento desta doença, dada a grande quantidade de consumo destes bens e o lucro advindo desta produção específica, mas, para o grupo que compõe a parcela da população que sofre deste mal e também para o grupo de parentes e amigos dos doentes terminais, este fato constitui-se em muita dor, tristeza e morte.

Além desta relatividade, ainda há a própria modificação da organização sobre o que produz, devido aos resultados dos avanços tecnológicos, a outras formas de pensar que vão surgindo, a novas posturas sociais e políticas.

É elucidativo o caso do tabaco, que percorre um caminho tortuoso, ao longo dos séculos, desde que foi introduzido na Europa (não se sabe se vindo da América ou da Ásia). Serpenteando entre os conceitos de erva ilegal, de meio de comunicação com os deuses e de remédio, passou a ser algo com status muito elevado nos anos sessenta - personagens do cinema, heróis e ídolos quando apareciam nas telas fumando, eram considerados fortes e sensuais com suas densas e demoradas tragadas. Atualmente o tabaco ingressa numa espécie de limbo legal aqui no Brasil, pois cigarros e assemelhados passaram a ter sua venda proibida para menores de idade e, ao mesmo tempo, os casos de pedido de indenização por definitivos danos à saúde, ou mesmo por morte, se multiplicam nos tribunais. Agora os fumantes são classificados como dependentes químicos, ao mesmo tempo que o fumar tem sido paulatinamente banido dos cinemas, restaurantes, lojas, salas de aula, universidades e lugares fechados.

Portanto, conceitos, pareceres e avaliações são atividades relativas,

dependem da época, do local, do gestor, dos interesses por trás da atividade que está sendo avaliada. No entanto, relativa ou não, avaliar uma organização consiste na ação de conferir a sua produção. O gestor quer avaliar a organização sob sua direção, sob seu ponto de vista, a sua relatividade. Ainda que apresente os resultados como sendo de forma absoluta, esta avaliação é relativa.

Avaliar uma organização está longe da simples verificação de relatórios, da mera aferição dos índices. Avaliar exige uma série de momentos de reflexão, de compreensões, de teorizações, de inferências e de modificações nos conceitos, no sentido de aproximar os resultados que estão sendo obtidos daqueles valores que podem ser mensurados, daqueles que a organização se propõe, daquilo que se pensa que produz. Esta adequação é feita, não no sentido de aprovar o que está sendo averiguado, de puramente compactuar, mas no sentido de compreender os resultados, de possibilitar a comparação, de contabilizar.

Para avaliar uma organização é preciso avaliar o que aquela organização produz. Antes é preciso identificar quais são os produtos da organização que se quer avaliar.

O que uma organização produz não é algo simples de identificar, dado que aquela mesma organização participa de muitas outras ao mesmo tempo.

Por exemplo: é possível isolar, numa rede de supermercados, aquela organização de todo o resto da sociedade na qual se acha inscrita e promover então a avaliação do lucro auferido pela rede inteira. Com este isolamento do todo, com esta redução à localidade e ao benefício dos gestores e proprietários, os resultados apontam o quantum do lucro, mas são incapazes de avaliar os efeitos daquela rede comercial às comunidades nas quais se acha localizada e os possíveis danos ao ecossistema.

Isto é, avaliar o que uma organização produz é uma atividade complexa, densa de contrariedades, de logicidade, de posturas políticas e ética, ou da falta dela.

Para que a avaliação possa ser processada, é preciso que o avaliador identifique, aponte o quanto de desempenho aquela organização apresenta. Mas para que possa fazer esta identificação é necessário que o avaliador leve adiante sua mensuração baseando sua tomada de valores em indicadores da produção

daquela organização.

Mas qual é a produção daquela organização?

Qual é a produtividade daquela organização?

Responder a estas perguntas exige uma abordagem complexa, no sentido de que o desempenho daquela organização em foco dependerá de muitos aspectos, a começar pelo tipo de organização que está sendo avaliada, pelo tipo de resultado esperado, pelos desejos e intenções do gestor/proprietário.

A produtividade que está sendo pesquisado é uma medida relativa:

A produtividade que para um gerente de produção de tradição taylorista pode ser definida como *quantidade produzida / tempo gasto pra produzir*, para um empresário pode ser *lucro bruto / investimento realizado*, e ainda para um engenheiro de produção, preocupado com um maior número de variáveis do processo produtivo, pode ser definida como *total produzido / recursos gastos na produção*. (SILVA FILHO: 1995)

Assim, para responder a estas perguntas, para identificar os resultados e para situar estes resultados num todo maior, é preciso que o gestor e suas intenções estejam esclarecidos, pelo menos parcialmente.

Esta concessão pela não-integralidade das medidas, ainda que se procure o máximo, se baseia no fato de que não é possível obter resultados definitivos e perfeitamente isolados do todo na realidade, uma vez que a própria medida de alguma coisa, de um modo geral, pode provocar modificação naquilo que está sendo medido. E, agravante, não se sabe quando isto acontece.

Esta abordagem complexa da realidade começou a ter reconhecimento científico no início do século passado, vindo conectada, de alguma forma, ao princípio da incerteza proposto pela mecânica quântica.

O conjunto das organizações que compõem uma sociedade e por ela é produzido pode ser dividido em duas grandes categorias: as organizações com fins lucrativos e as organizações sem fins lucrativos.

Avaliar organizações com fins lucrativos apresenta um indicador imediato - o lucro. Bancos, lojas, fábricas de automóveis, de móveis, de computadores, agricultura, pecuária, empresas de pesca são, por exemplo, empresas desta categoria. Dependendo da organização, este lucro pode não ser muito evidente e é preciso, por parte do avaliador, uma série de medidas, de estudos preliminares, de

inferências e de escolha de instrumentos para proceder a esta avaliação.

Por exemplo: numa pequena loja de comércio, o lucro pode ser medido, quase diretamente, pela simples subtração das despesas do montante das receitas. Já quando se trata de uma grande rede de supermercados, o lucro da rede passa a ser uma medida muito mais complexa, uma vez que cada loja componente da rede apresenta características e portes diferenciados. Quer dizer, apesar de a organização visar o lucro e este ser um indicador seguro do desempenho, esta mensuração não se constitui em tarefa trivial, nem imediata.

Se a organização em foco for uma organização sem fins lucrativos, é também complexo o caminho da avaliação.

Exemplos típicos de organizações que compõe esta categoria são: escolas, universidades, hospitais, hospícios, asilos, creches, orfanatos, mosteiros e as prisões. Verificar a produtividade, antes disto, determinar o que vem a ser a produtividade daquela rede, determinar quais são os indicadores da produtividade, classificar a ineficiência/eficiência da rede/unidade, escolher o tipo de mecanismo/software de avaliação e indicar as possibilidades de melhoria no desempenho da rede/unidade, consistem assim em tarefa complexa. Para que se possa realizá-la é preciso uma série de estudos preliminares, que compõe o estudo histórico da situação na qual a organização trabalha, um estudo de cada instância, de cada momento, em cada unidade da rede em estudo. Após esta série de momentos/tarefas/instâncias, o avaliador pode apontar um resultado.

A sociedade mantém uma série de organizações sem fins lucrativos e pretende determinar o grau de grau de produtividade que estas organizações apresentam. Para efetivar este intento, precisa de um confiável indicador da produtividade desta organização. Quanto mais eficiente for a organização em gerir seu orçamento, no sentido de obter os resultados para a qual foi projetada, então, para a sociedade, mais próximo do ideal ela estará. Esta meta ideal é apresentada não só ao se considerar o desempenho dentro da realidade proposta pela sociedade, mas também servindo de paradigma para quaisquer outras unidades daquele tipo de organização que porventura já existam na sociedade, ou ainda para aquelas que venham a se instalar futuramente.

A produtividade de uma organização não pode ser considerada de forma

absoluta - a avaliação do desempenho das unidades que compõem uma organização precisa ser comparativa. Quer dizer, uma organização passa a ser considerada ineficiente ou mais ineficiente porque há uma possibilidade de administrá-la de forma mais eficiente, ou mesmo porque já existe outra organização semelhante, ou outras, capaz de gerir de maneira mais eficiente seus recursos.

No entanto, para que a sociedade possa efetivamente avaliar a produtividade de uma unidade precisa determinar índices, que são os indicadores desta produtividade. Determinar estes índices faz parte de um processo maior que é o de determinar a produtividade de uma organização.

Claramente não é um processo imediato nem de ser aplicado, nem o é a da obtenção dos resultados, uma vez que apresenta uma série de dificuldades, de complexidades.

Quando as unidades são muito semelhantes nas suas características, o processo de avaliação se torna mais fácil, mais acessível na aplicação e na obtenção de resultados, uma vez que as variáveis identificadoras do bom desempenho estão presentes em todas as unidades comparadas.

No entanto, o caso geral e amplo é aquele em que as unidades a serem comparadas diferem em muitas características, sendo que muitas destas impedem, a princípio, a comparação, exigindo uma série de adaptações para que os resultados venham a ser passíveis de confrontação.

Por exemplo: ao comparar a eficiência do hospital de pronto socorro da capital com um posto de emergência de um balneário com poucos habitantes residenciais fixos durante o ano, o gestor precisa levar em consideração vários fatores inesperados. Provavelmente, a partir da avaliação, terá que repensar não só os seus conceitos de produtividade, mas também os de eficiência.

Nas organizações cuja finalidade é o lucro, as avaliações se tornam - ainda que cheias de peculiaridades, complexidades e consideráveis ponderações em cada caso - bem determinadas. Pois, em princípio, a unidade mais eficiente é aquela que produz a maior taxa de lucro.

Reside aí também uma das grandes complexidades na execução da avaliação da produtividade de uma organização sem fins lucrativos - a escolha dos indicadores desta produtividade - uma vez que o lucro não é o objetivo daquela

organização e, portanto, não pode ser utilizado para a avaliação. Muitas vezes, uma entidade, como uma creche municipal ou um asilo, por exemplo, não apresenta resultados que possam ser fácil e diretamente transformados em valores que representem um lucro, um número.

A produtividade de uma organização sem fins lucrativos se localiza em outros aspectos, que precisam ser identificados e, de alguma forma, quantificados via escolha e determinação dos índices, para que aquela organização possa então ser avaliada pelo seu gestor. Quer dizer, é preciso determinar uma correspondência quantitativa no desempenho de uma unidade, de maneira a poder promover uma avaliação.

Há uma série de mecanismos para que se possa proceder a uma avaliação das organizações sem fins lucrativos. É possível fazer uma divisão no mundo destes procedimentos: os unidimensionais e os multidimensionais.

Os unidimensionais estabelecem uma ordem na produtividade de todas as unidades que estão sendo comparadas - a quantidade de alunos aprovados por ano, por uma escola pertencente a uma rede de ensino, por exemplo -, mas desconsidera outros aspectos da produção. Se, por um lado, é fácil de aplicar, uma vez que somente procede à contagem dos alunos aprovados, por outro, o resultado final não estabelece um quadro muito confiável, uma vez que a avaliação do desempenho daquelas unidades educacionais deveria provavelmente ser composta também por muitos outros fatores.

No caso multidimensional, a aplicação de estatísticas - aqui a palavra estatística está colocada no sentido da prática de medidas, como tabelas, quadros e gráficos - sobre uma determinada organização, ainda que produza uma série de quadros do desempenho das várias unidades que compõem a organização, coloca estas unidades numa classificação de desempenho projetada, um desempenho ideal que poderia ser alcançado, mas que nunca foi testemunhado.

Ainda na categoria dos multidimensionais, há também a DEA, *Análise por Envelopamento de Dados*, que atribui valores e aponta em cada caso o que vem a ser a produtividade daquela organização. A DEA é um dispositivo para avaliar organizações criado por Michael NORMAN e por Barry STOKER, projetado com a particular inclinação de avaliar organizações sem fins lucrativos.

Comparar a produtividade de várias unidades dentro de uma rede é uma tarefa complexa, para a qual o gestor, via seu avaliador, terá que atribuir valores distintos, promover uma série de estudos para que claramente se estabeleça o que compõe a produção e também o insumo daquela organização.

Para proceder à avaliação de uma organização, portanto, é necessário que se faça uma série de escolhas que irão determinar os indicadores, os métodos e os procedimentos para realizar esta avaliação.

Pelos métodos apontados, a escolha do dispositivo a utilizar caiu sobre a DEA, uma vez que esta análise agrega vários aspectos importantes, que são os que aparecem na lista abaixo, uma vez que esta análise:

- a) toma ciência de todos os desempenhos;
- b) só utiliza nos seus cálculos valores efetivamente mensurados;
- c) apresenta superfícies de eficiência, classificando as várias unidades em mais de uma dimensão de desempenho;
- d) software acessível;
- e) indicação de resultados de forma cômoda e útil.

A aplicação da DEA neste trabalho, na avaliação de uma organização sem fins lucrativos, se dá sobre o sistema penitenciário do estado do Rio Grande do Sul. Esta organização é utilizada para compor sua ótica e, ao final, após uma série de mensurações, ponderações e inferências, apresenta uma avaliação da forma como os recursos e os bens do Estado são utilizados, podendo esta avaliação ser então utilizada como base para uma gestão mais eficiente dos recursos.

O sistema penitenciário é uma entidade sem fins lucrativos, cujas dificuldades vêm promovendo um acentuado processo de desumanização, fortemente pressionado pelo excesso de lotação, o que tem ocasionado trágicos resultados, tanto para o estrato social que se encontra encarcerado como para toda a sociedade.

1.1 - Problema de Pesquisa

Como a sociedade procederá na execução da avaliação do desempenho das organizações sem fins lucrativos, de maneira a determinar indicadores que meçam o seu grau de eficiência?

1.2 - Tema

O tema do presente trabalho é a avaliação do funcionamento e da eficiência das organizações sem fins lucrativos, pela própria sociedade que mantém estas entidades.

Houve um fato, de conhecimento de todos, que me sensibilizou profundamente a ponto de direcionar este trabalho no sentido em que se encontra hoje. Foi o seguinte:

No dia 18 de fevereiro de 2001, ainda que viesse se anunciando no histórico e nos acontecimentos precedentes, a rebelião que envolveu 29 presídios simultaneamente no estado de São Paulo pegou de surpresa autoridades e população. Naquele dia, durante horas, toda a imprensa ocupou-se em noticiar o ocorrido. Em boa parte deste tempo as notícias eram dadas ao vivo, tornando o país inteiro testemunha imediata. Dada a coordenação e a precisão do evento, ficou claro que não foi nenhuma coincidência o fato de todos os presídios terem começado uma rebelião no mesmo dia e exatamente na mesma hora. Havia, sim, por trás de tudo, uma poderosa organização que, superando todo tipo de vigilância e controle ou mesmo compactuando com o próprio sistema, mostrava e impunha à sociedade sua vontade e insatisfação com a situação e condição de condenados.

A partir daquele momento, passei à procura do material e da bibliografia pertinente, a fim de obter uma visão histórica do problema. O material compõe-se de dados recolhidos nos mais variados meios como os bancos de dados oficiais, não-oficiais, entrevistas, visitas e leituras. Contextualizei sinteticamente o início da instituição penal desde que esta começou a utilizar a supressão da liberdade como forma de aplicação da pena sobre o indivíduo considerado culpado pela lei, até nossos dias.

Vigiar os membros da sociedade e punir aqueles que infringem as regras não é uma coisa nova na sociedade. De um modo geral, aqueles que infringem as leis pagam ou devem pagar por seus erros desde os tempos em que a sociedade começou a se estruturar como tal. No entanto, a existência dos presídios como os conhecemos não é tão antiga assim, uma vez que a idéia de suprimir a liberdade dos criminosos como punição pela perpetração de seus crimes é algo relativamente recente em termos de história. Enquanto os problemas que se criam dentro dos presídios não extravasam seus limites, a sociedade, de um modo geral, não toma e não quer tomar conhecimento do que esteja ocorrendo dentro de uma unidade penitenciária. Mas no caso das rebeliões, no momento em que elas atingem uma certa proporção, o próprio sistema penitenciário já não é mais capaz de esconder da sociedade o que está acontecendo. No caso da megarrebelião citada no início desta seção, o conhecimento do fato extravasou todos os limites dos presídios, dada a sua gravidade e extensão, deixando a população e as autoridades perplexas e assustadas.

Todos os eventos de uma sociedade devem merecer alguma atenção por parte das autoridades e também pela própria sociedade, para que reflitam no significado, nas conseqüências do que está acontecendo e, principalmente, no que motivou aquele dado fato. No entanto, a reflexão do que vem a ser a relação do sistema penitenciário com a sociedade não é algo realizado com prazer por esta última. A verdade é que a sociedade só vem a pensar nos presídios quando não é mais possível não fazê-lo. Assim, e de um modo geral, passado o primeiro impacto da rebelião recém-noticiada, população e autoridades iniciam o processo de esquecimento daquele fato. Por mais brutal que tenha sido o acontecimento, passado um tempo, e este tempo pode ser sintomaticamente pequeno, a sociedade já não quer mais prestar atenção nos noticiários e estes também já não querem mais noticiar os fatos relativos àquele presídio, àquelas pessoas envolvidas.

Não foi possível creditar à pura coincidência a simultaneidade das rebeliões nos 29 presídios. Alguma coisa realmente estava acontecendo. Subitamente foi exposto ao país um grande problema que ele mesmo gerou e que agora aflorava inequivocamente. Com a atenção de toda a mídia, se expôs a todos a situação de que o sistema penitenciário brasileiro, além de ser muito grande, é explosivo e,

principalmente, é incapaz de resolver os problemas para os quais foi construído e pensado, isto é, punir os infratores da lei, corrigindo seus comportamentos, reintegrando-os à sociedade, como reza a Lei de Execuções Penais (LEP), no seu primeiro artigo. Com um pouco mais de informação, também se poderia ver que, além disto, o sistema penitenciário brasileiro, como todos os sistemas penitenciários do mundo, tem custos muito elevados, onerando tremendamente o Estado.

A seguir, apresento o custo do sistema penitenciário nacional e, a título de comparação, o da Inglaterra, além de parcela do custo do sistema penitenciário norte-americano:

- a) o custo do sistema penitenciário brasileiro no ano de 2001, o que inclui itens como Construção e Reforma; Mutirão na Execução Penal; Assistência Social; Profissionalização de Detentos; Capacitação de Agentes; Reaparelhamento; Infopen (sistema de informações penitenciárias) e Penas Alternativas, alcançou a cifra de R\$ 253.299.585,56, segundo as informações obtidas no site do DEPEN, Departamento Penitenciário Nacional;
- b) os gastos com o sistema penitenciário inglês - computando o custo de manutenção das prisões, além do custo com o sistema de *probation*, que é a liberdade condicional, o qual requer controle e vigilância - para o período de 1994-95 foi de £ 1.667.000.000 (U\$ 3.861.741.000,00) (MINHOTO: 2000, p. 60);
- c) “Manter um preso nos EUA custa mais do que manter um aluno em Harvard, umas das universidades americanas mais caras. A Califórnia e a Flórida gastam mais em prisões do que em ensino superior. Seis estados têm orçamentos superiores a U\$ 1 bilhão para o sistema penitenciário. Aliás, entre 1976 e 1989, os Estados Unidos praticamente dobraram seus gastos com presos e prisões, reduzindo em 2% os investimentos no ensino elementar e secundário e em 6% aqueles no ensino superior” (LEMGRUBER, 2001e).

O que se presenciou na rebelião dos 29 presídios foi a explosão de uma situação que há muito se anuncia incontrolável e que agora toma proporções

gigantescas.

É certo que os problemas da violência e da criminalidade do país não são consequência apenas da ineficiência dos presídios, de sua incapacidade, no entanto a discussão da solução dos mesmos certamente passa pela discussão da eficiência do sistema penitenciário em resolver as suas enormes dificuldades.

A análise da produtividade de uma organização sem fins lucrativos é bastante complexa, uma vez que envolve a escolha e a determinação do que vem a ser a produção daquela organização. No entanto, apesar das dificuldades iniciais, é possível fazer esta avaliação. É preciso, para efetivar a mensuração, que se determine quais são os valores que aquela organização produz. Exemplos:

- a) se a organização em foco é um hospital, a quantidade de pacientes recuperados é um indicador de tal produção;
- b) se a organização a ser avaliada é uma ONG que controla a quantidade de indivíduos de uma dada espécie de pica-paus - pássaros ameaçados de extinção no Rio Grande do Sul, dado o desmatamento da cobertura florestal original e a quantidade de agrotóxicos utilizados nas lavouras - o aumento destes pica-paus na região é um indicador positivo da produção desta organização.

Com o sistema penitenciário se dá o mesmo. Para poder avaliar a produtividade e produzir um ranking de acordo com os desempenhos das unidades produtivas, é preciso determinar o que vem a ser a produção do sistema penitenciário. Vê-se daí que apontar a produção do sistema penitenciário não resulta de uma análise trivial do problema, uma vez que os valores sociais envolvidos são bastante elaborados e freqüentemente se compõem de forma antagônica entre os vários estratos sociais, isto é, o que é qualidade para um extrato pode ser defeito para outro.

Ver-se-á, na justificativa, uma das próximas seções, a série de argumentos que sustentam a escolha do sistema penitenciário para ilustrar e documentar este processo de avaliação de uma organização. As razões desta escolha não só se baseiam no fato da adequação do caso, mas também na possibilidade de oferecer ajuda na complexa tarefa social que é a de administrar e gerenciar um sistema penitenciário, uma vez que as variáveis normalmente tomadas como indicadoras da boa gestão de uma organização não podem ser aqui aplicadas. Daí que este trabalho

também se dirige para o lado humanizante do sistema penitenciário, mantendo o foco e as possibilidades de modificações e aplicações dentro da realidade existente no país.

1.3 - Metodologia

Este trabalho foi realizado através da execução de uma série de passos, dados não necessariamente em ordem cronológica. Algumas etapas se deram de forma concomitante (como as saídas de campo e os contatos pessoais), ou constante (acesso à rede) e outras foram necessariamente efetivadas em ordem cronológica.

O primeiro encontro com o assunto se deu através da imprensa, quando da já relatada rebelião dos 29 presídios em São Paulo, passou a figurar em todos os noticiários. A partir daquele momento, todos os assuntos referentes ao assunto presídio passaram a ser o foco de minha atenção.

Diante do fato de ter escolhido um foco de atenção para o meu trabalho, fui falar com meu orientador e expus a minha vontade de assentar o foco sobre o sistema penitenciário, idéia plena e imediatamente apoiada. Assim, o sistema penal passou a ser o centro de trabalho.

Como moro e trabalho no Rio Grande do Sul, resolvi realizar este trabalho em meu próprio estado, colaborando para o desenvolvimento do mesmo, para a humanização do sistema penitenciário estadual.

Como fato adicional e também decisório, foi a possibilidade de acesso aos dados referentes ao sistema penitenciário, os quais se encontram à disposição de qualquer cidadão, basta acessar os dados disponíveis que se encontram presentes no site da Secretaria da Justiça e da Segurança do RS (<http://www.sjs.rs.gov.br>), com seus vários órgãos subordinados, por telefone ou mesmo diretamente, uma vez que no site, há a lista de todas as unidades penitenciárias, com os respectivos endereços e telefones.

Neste momento, foi de extrema valia o arquivo que organizei, o qual denominei *Index*. Nele fui inserindo todo o material que tivesse, de alguma forma, uma conexão com o assunto, classificando em itens e subitens, utilizando a capacidade organizacional que estes modernos processadores de texto oferecem ao usuário. Tive o cuidado de fazer uma forma impressa, que possibilitou a consulta em qualquer lugar, as continuas anotações e atualizações. Coloquei neste arquivo itens como: tipos de crimes cometidos, custos de presídios, custos de manutenção, entidades

ligadas ao sistema penitenciário, estatísticas importantes, frases, gerenciamento de presídios, greves, rebeliões, organizações criminosas, tipos de penas, características da população carcerária, programas de recuperação, questões freqüentes, regimes prisionais, sites ligados ao assunto, taxas de encarceramento, de reincidência, trabalho prisional, torturas, fugas, túneis e os endereços das penitenciárias do Rio Grande do Sul. Tudo com anotações relativas às fontes. Com a série de problemas que tive com os computadores que trabalhei, restou, no final do trabalho, apenas a versão em papel do Index - amassada e cheia de orelhas, devido ao intenso uso e o continuo transporte.

A partir da imprensa e das várias informações cruzadas que acabamos nos aproximando quando estamos interessados num dado assunto, fiquei sabendo da atuação do então deputado Marcos Rolim, PT/RS, junto organizações que lidam com o sistema penitenciário. Via internet, obtive o endereço eletrônico do site do deputado. A partir dali, via e-mail, entabulei uma conexão com sua secretária, até o ponto de podermos falar diretamente por telefone. A partir daí, pudemos marcar um encontro na atribulada agenda do deputado Marcos Rolim. Na data acertada, fui recebido pelo deputado. Expus minha intenção de trabalho em relação ao sistema penitenciário. Como resultado deste encontro, recebi em mãos um exemplar do Relatório Azul, organizado e proposto pela Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, arrolado na bibliografia, além da sugestão de uma série de sites informativos, bibliografia e, principalmente, os telefones pessoais de duas pessoas importantes para o assunto: o de Airton Michels, diretor da Susepe naquela época e o de Julita Lemgruber, que foi diretora do Sistema Penitenciário e Ouvidora de Polícia no estado do Rio de Janeiro. Atualmente é diretora do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania da Universidade Candido Mendes, também no Rio de Janeiro. Sugeriu que eu procurasse estas pessoas e permitiu que eu me apresentasse como indicado por ele, apresentação que certamente me abria várias portas.

Os contatos telefônicos com Airton Michels e com Julita Lemgruber foram extremamente animadores. Ambos se dispuseram a fornecer todo o tipo de informação necessária ao meu trabalho, incluindo aí o acerto de encontros entre minha pessoa e Airton Michels.

Parte do trabalho de Julita Lemgruber poderia ser acessada via internet, disponíveis para todo o usuário, enquanto outra parte me foi enviada diretamente por ela para o meu endereço eletrônico.

Na data marcada, compareci ao encontro. Fui recebido por Airton Michels que se dispôs a fornecer as informações necessárias e nada opôs ao meu desejo de gravar nosso encontro. Infelizmente, os resultados destas gravações, posteriormente passadas para o meu computador pessoal, foram perdidas num destes desastres - o repentino silêncio do disco rígido do meu computador - que a informática prega ao usuário ingênuo que acredita que ainda pode adiar para amanhã a garantia da cópia de segurança. Esta conversa foi de extremo proveito para o meu trabalho, me encheu de idéias e de entusiasmo e, ainda que seja algo contraditório, ao mesmo tempo ia me proporcionando sentir parte do sombrio ambiente que parece fazer parte dos locais ligados aos sistemas de vigilância e punição que todas as sociedades apresentam.

Airton Michels me indicou também um grupo de pessoas dentro da CIOSPE, Centro Integrado de Operações Policiais à época, que poderiam fornecer informações que poderiam ser do meu interesse.

Após uma série de desencontros, consegui encontrar a pessoa indicada para fornecer os dados relativos ao sistema penitenciário. Letícia Maria Schabbach, socióloga que já trabalhava há mais de nove anos no local, me recebeu gentilmente e se prontificou a me fornecer os dados que dispunha. Quando percebi o tamanho do banco de dados que me seria fornecido, fiquei mais entusiasmado ainda. Mas até o momento de poder acessar os dados dentro de meu computador pessoal, de forma a poder trabalhar com eles, ainda passei por um intrincado caminho, uma vez que o banco de dados fornecido veio decodificado num sistema desconhecido por mim e não compatível com meu computador. Resolvida esta etapa, pude então acessar o imenso banco de dados.

O banco de dados da CIOSPE é muito grande, - contém 20 planilhas, cada uma referindo-se a um ano, desde 1968 até 1995, sendo que cada uma contendo 91 linhas e 252 colunas, oferecendo um total de 458.640 células com as informações devidamente rotuladas.

Assim, eu estava apto a utilizar a técnica da análise de dados secundários, uma vez que os dados que utilizo no trabalho foram tomados de um banco de dados e

não foram coletados diretamente por mim.

Apesar do tamanho, para minha surpresa e tristeza, estava cheio de células vazias exatamente naquelas variáveis que me seriam de utilidade, a saber, aquelas que descreviam as unidades prisionais. Os dados mais completos se referiam à descrição sócio-econômica dos abrigados no sistema penitenciário e fugiam ao foco de minha investigação. Procurei várias formas de superar esta lacuna, no entanto, a todas as minhas considerações a favor de alguma forma de completar as células vazias, faltavam argumentos numéricos seguros. Após várias tentativas em cima deste banco de dados, todas infrutíferas, passei a me voltar para o outro, o fornecido pela Susepe, cujos relatórios semanais, sob o título de Efetivo Carcerário, cuja aparente exigüidade, escondia de mim a densidade e a pertinência dos dados para meu trabalho.

Das conversas com o Dr. Airton Michels, ressoava em minha cabeça sua fala sobre a superlotação do sistema penitenciário, sobre a importância desta situação na base de todas as rebeliões, massacres, fugas, tráfico de drogas, violência, corrupção e outras nefastas consequências.

Com a indicação de uma bibliografia e de uma grande quantidade de páginas da internet iniciei a leitura e fichamento das informações referentes ao assunto. Cada livro pesquisado remetia a outros, assim como os sites da internet apresentam uma série de links que possibilitam ao pesquisador recolher informações imediatamente.

Assim obtive os dados, indo, num primeiro momento, falar diretamente com os vários departamentos envolvidos, sendo gentilmente recebido pelo então superintendente geral da Susepe, Dr. Airton Michels, o qual, frente ao meu interesse pelo assunto e, acredito, o desejo da atenção da comunidade acadêmica, me confirmou a possibilidade de acessos aos dados disponíveis.

Volto a dizer que o importante é que este modelo não faz interpolações teóricas, nem lida com metas utópicas, mas sim com a realidade, com os dados recolhidos na prática. Todos os desempenhos mensurados e todas as capacidades potenciais do sistema se expõe num detalhado quadro que o modelo é capaz de oferecer à gerência.

O capítulo 2 contém a inserção histórica do problema, com a passagem da punição aplicada ao corpo para a supressão da liberdade como punição.

A elaboração do referencial teórico foi composta em cima de alguns autores básicos. O primeiro desta lista, sem dúvidas, é Michael FOUCAULT, que aponta claramente em seu livro *Vigiar e Punir*, que as instituições como os presídios, apesar de serem, social e oficialmente, apresentadas como tendo uma função, tem na verdade outra, escondida, subterrânea. Esta função obscura tem tanta ou mais importância que aquela anunciada. Seguem desta idéia conseqüências que acabam levando o processo de avaliação de uma organização deste tipo, num primeiro momento, a uma impressão desanimadora, algo parecido a estarmos compactuando com o inimigo sem o saber. Alguns outros autores foram também importantes na elaboração, como MINHOTO (2000), ALTHUSSER (1985), LEMGRUBER (1997 a 2002), NORMAN & STOKER (1991) e MORIN (2002).

O preconceito da sociedade em lidar com os presídios e tudo aquilo que com eles se relaciona é um fato sempre presente na pesquisa. Ao longo de todo o trabalho de LEMGRUBER, há a referência ao senso comum, ao que diz a sociedade: lugar de criminoso é na cadeia e uma vez que estão lá é porque merecem.

O capítulo 3 refere se refere ao que vem a ser um sistema produtivo e o que é a produção de uma organização, além de apresentar no que consiste o aspecto qualitativo da produção do sistema penitenciário.

O capítulo 4 apresenta a DEA, fazendo um breve histórico de sua origem, assim como das razões de sua existência. Em seguida, o capítulo se preocupa em mostrar que a DEA é uma ferramenta apropriada à avaliação que se deseja, para o banco de dados que se tem em mãos. Como última seção do capítulo, há a conceituação do que vem a ser os pontos de vista para que se faça a avaliação do sistema penitenciária, que substancia uma organização sem fins lucrativos adequada ao problema.

O capítulo 5 inicia mostrando algumas exigências que a DEA faz para ser utilizada e mostra que o sistema penitenciário cumpre com o requisito. Em seguida o capítulo se concentra e apresentar como é construída um modelo funcional de avaliação, isto é, uma função de avaliação. Para que se possa aplicar a DEA, é preciso ter em mãos a definição matemática de uma função de avaliação. Na última parte deste capítulo, são apresentadas as três funções de avaliação indexadas que ficam aos três pontos de vista.

O capítulo 6 compreende a aplicação da DEA sob os três pontos de vista, oferecendo uma visão mais sintética da situação através de gráficos que tomam valores nas extensas tabelas que estão colocadas e disponibilizados nos anexos.

O capítulo 7 procede à discussão dos resultados obtidos, utilizando também algumas das tabelas obtidas após a aplicação da DEA, mostrando a quantidade de diferenças e diferentes interpretações da mesma realidade a partir da diferente colocação do ponto de vista.

O capítulo 8 se encarrega de apresentar as conclusões e recomendações, utilizando os resultados obtidos e discutidos nos capítulos anteriores e insere uma reflexão sobre os mesmos. Ainda traz uma listagem com penas alternativas que poderiam ser adotadas, a menos de diferenças culturais, diminuindo a problemática superlotação no sistema penitenciário. Finaliza com três recomendações para futuros trabalhos.

1.4 - Justificativa

O sistema penitenciário faz parte de nossa sociedade, não só por ser uma instituição produzida e mantida pela própria sociedade, mas também por manter com esta uma relação homeostásica, isto é, para sobreviver, tanto a sociedade precisa do sistema penitenciário quanto o sistema penitenciário precisa da sociedade. “O conceito de homeostase diz respeito à auto-regulação e à capacidade de conservar um estado de equilibrado” (MORGAN: 1996, p. 50).

No entanto, desde o início da instituição presídio, que data de meados do século XVIII, esta relação vem se deteriorando. E a sociedade passou a ter medo e vergonha desta sua parte. Medo: pelos perigos que a mesma apresenta à própria sociedade como as cada vez mais freqüentes rebeliões, com resultados desastrosos em termos de mortes, atrocidades e formação de reféns; as fugas, que em apenas um dia despejam de volta à sociedade, um grupo de delinqüentes, de um modo geral furiosos, dispostos a tudo para manter sua liberdade, além de as prisões constituírem-se, quase sempre, em eficaz escola de criminalidade. Vergonha: porque todos os assuntos tratados em relação às penitenciárias são carregados de emoção, principalmente logo depois de rebeliões ou na descoberta de crimes e criminosos, quando a sociedade, indignada, quer mandar para trás das grades imediatamente todos os transgressores, prendendo-os para sempre, legislando de forma cada vez mais dura, de maneira a manter os condenados cada vez mais longe.

Já no entendimento e sentimento dos condenados, as prisões constituem-se em locais de sofrimento e expiação das culpas impostos sobre seus corpos e mentes, numa proporção muito além daquela que considerariam justa na remissão dos seus erros, tanto aqueles cometidos contra a vida de outras pessoas, quanto também os crimes perpetrados contra a propriedade e a sociedade.

A instituição penitenciária mantém-se quase da mesma forma como surgiu há duzentos anos atrás - já há tempo suficiente para que muitas coisas possam ser modificadas, repensadas, reorganizadas, no sentido de melhorar a complexa relação sociedade / penitenciária.

Atualmente se pode escolher e decidir a partir de dados efetiva e realmente

mensurados, levando em consideração os aspectos que o gestor / proprietário, na sua teleologia, deseja. Isto é, de um modo geral há espaço para um incremento de qualidade no trabalho realizado pelos presídios e também para um aumento de produtividade no sentido que se deseja.

No entanto, a realidade atual é que o sistema penitenciário não segue um caminho humanizante. De um modo geral, a ação dentro dos presídios se dá no sentido de piorar as penas, tornando a estada do condenado na prisão um suplício. O julgamento arbitrário da autoridade carcerária, feito sem o devido controle da sociedade, ou mesmo nenhum, pode aumentar o tamanho da pena de acordo com o comportamento. Assim, ao contrário do que deveria ser, a esperança que o condenado tem de poder voltar à vida em sociedade diminui. Em alguns casos esta diminuição é tanta que qualquer esperança de uma vida normal de cidadão desaparece e o único caminho que lhe sobra é exatamente o caminho do crime, caminho que deveria ser dificultado para o abrigado no sistema penitenciário, pelo menos na letra da lei.

A Lei da Execução Penal - LEP - refere que a “assistência ao preso e ao internado é dever do Estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade” (BRASIL, 1999, p. 29), deixando claro, nas seções de I a VI do Art. 11, que esta assistência será material, à saúde, jurídica, educacional, educacional, social e religiosa do condenado.

Apesar da inequívoca interpretação que este artigo suscita, é o próprio estado que a descumpre, uma vez que desconsidera, seção por seção, os valores que devem ser respeitados, segundo a lei.

A seguir, alguns destes aspectos legais, expostos na LEP, que o próprio estado descumpre:

- a) de um modo geral, o estado encarcera os condenados dentro de celas numa quantidade muito maior do que seria a capacidade física daquela área, levando o grupo que se encontra naquela situação a um considerável tensão, gerando sérias crises e problemas - já não há lugar para que todos durmam, nem privacidade para que façam suas necessidades fisiológicas. A ventilação não é suficiente para todos. E, nos dias frios, sofrem mais ainda os condenados com a falta de

- aquecimento, com a falta de proteção contra a umidade;
- b) os médicos e dentistas são poucos para a quantidade de presos;
- c) muitos presos já cumpriram sua pena mas não são postos em liberdade, uma vez que a assistência jurídica é pequena;
- d) o aspecto educacional e social fica sob o controle da carceragem, cujas ações e concepções do que vem a ser bom comportamento do condenado não são sabidas, nem controladas.

Ver-se-á mais adiante que o índice de reincidência, isto é, a volta para a prisão após ter cumprido a pena e ser posto em liberdade, é muito grande, algo em torno dos 60%, um indicador de que o sistema penitenciário não cumpre com sua função corretora. Pelo contrário, o sistema penitenciário acaba ele próprio também produzindo criminosos, piorando a situação, dentro e fora dos presídios.

Reforça esta idéia o fato de que grande parte dos encarcerados foram presos por pequenas faltas; dependendo “da região do Brasil, 25% a 50% dos homens e mulheres que se amontoam nas prisões, em condições absolutamente indignas e desumanas, cometeram delitos de pequenas gravidade e sem violência” (LEMGRUBER, 2001a). O alto grau de reincidência aponta que, uma vez na prisão, o indivíduo passa a ter grandes chances de já não mais escapar da delinquência.

Dentro de nossa sociedade há uma quantidade de organizações que não visam ao lucro em suas atividades. Universidades, escolas, hospitais, asilos, manicômios e penitenciárias fazem parte deste grupo. O estudo que propomos poderia ser aplicado em qualquer uma destas organizações, pois cada uma delas também apresenta um consumo, uma produção e portanto, uma produtividade.

Para proceder ao estudo e à avaliação em cada conjuntura, a inserção histórica teria que ser mudada, o embasamento, de maneira a ser compreendida a forma como esta organização se relaciona com a sociedade: no que ela precisa desta para sobreviver, ao mesmo tempo em que ela contribui.

Para proceder à avaliação da organização escolhida, podem ser utilizadas técnicas estatísticas e amostrais, mecanismos que se encontram disponíveis na literatura e também em softwares. No entanto, a maioria deles toma as medidas e faz inferências não em posições medidas, mas em possibilidades, em amostras. O grande diferencial da DEA em relação às medidas normalmente utilizadas é a sua

característica de só utilizar valores verdadeiramente medidos na realidade. Quando aponta uma possibilidade de aumento de produtividade para uma das unidades que compõe o todo analisado, está se baseando em limites realmente atingidos e não em inferências ou interpolações.

Este trabalho apresenta a característica de trabalhar com os dados administrativos de um sistema penitenciário, avaliando a produtividade da organização, propondo, ao final, modificações e posturas que se tornam claras ao ser utilizada a DEA.

Este trabalho colabora no sentido de encontrar um modo de tornar disponível uma mensuração de informações que poderá, no futuro, fornecer elementos para uma proposta de reestruturação de um sistema administrativo penitenciário, utilizando a Análise por Envelopamento de Dados. Sociedade e sistema penitenciário serão beneficiados com os resultados. Não se compõe de uma análise superficial, nem de uma aplicação imediata dos valores e modificações apontados pelo dispositivo, mas sim de uma apurada visão quantitativa, através da qual são apontadas outras formas de administrar e gerenciar os problemas ligados ao sistema penitenciário.

Com base nestas idéias, propomos uma reorganização do sistema penitenciário existente, realocando os insumos já existentes de maneira a diminuir a superlotação - situação explosiva e desumana - e os conseqüentes sofrimentos dos condenados, assim como os conseqüentes perigos que isto representa para a sociedade. Esta é a justificativa da existência deste trabalho.

Neste trabalho investigo o quanto o sistema penitenciário pode ser melhorado em termos de desempenho e capacidade, a partir dos resultados fornecidos pela DEA, sem que isto signifique um aumento nos gastos. Em outras palavras, analiso a eficiência, no sentido técnico, do sistema em foco.

Para que pudesse levar adiante esta avaliação, optei por um sistema de avaliação que considerasse todos os valores atribuídos pelas unidades produtivas e que também fizesse uma tomada real de medidas, sem utilizar amostras, nem interpolações. Utilizo para tanto a Análise por Envelopamento de Dados, DEA (*Data Envelopment Analysis*), dispositivo de avaliação de análise de instituições sociais sem fins lucrativos que tem, pela própria concepção, a capacidade de considerar todos os valores atribuídos às várias unidades que compõem a organização. A DEA é capaz, e

é este um dos seus principais objetivos, de classificar as várias unidades de um sistema deste tipo, numa ordem de eficiência. Desta forma, explicita problemas e dificuldades de cada unidade analisada, num processo de comparação com todas as unidades medidas. Tem a característica básica de não se fundamentar em dados teóricos, nem em dados inferidos, mas apenas em dados efetivamente coletados, desta forma tornando as mensurações e análises realistas e práticas. Claro está que consideramos que o dispositivo DEA por si só não viria a resolver os problemas com os quais o sistema penitenciário se defronta, no entanto ele é um instrumento capaz de oferecer base suficiente para que se efetue esta classificação, expondo os meandros que subjazem a toda organização e que, muitas vezes, passam despercebidos, não só por intenção, mas também pela aparente complexidade organizacional, que ilude e confunde.

Com esta dupla escolha, ainda que encaixadas, este trabalho aponta caminhos para as políticas públicas, uma vez que, diretamente, ele também consiste num sistema que promove e possibilita a economia por parte do Estado, já que, dentro do mesmo orçamento, aponta um caminho com maior produtividade. A própria sociedade se sentirá beneficiada, pois se o sistema carcerário / correccional se torna mais produtivo, significa que ele poderá recuperar mais cidadãos que poderão então participar da sociedade ativa e produtivamente, podendo exercer funções no trabalho e na educação do país.

Acredito também que o sistema penitenciário representa e mostra muito bem todas as situações estudadas teoricamente e serve ainda, à perfeição, ao objeto, à meta e ao objetivo do trabalho.

A próxima seção se concentra em explicitar os objetivos.

1.5 - Objetivos

1.5.1 - Objetivo geral

Avaliar uma organização sem fins lucrativos a partir das informações fornecidas pela DEA.

1.5.2 - Objetivos específicos

1. Conceituar e relacionar, dentro do escopo necessário ao trabalho, as definições do que é uma sociedade, uma organização, a produtividade de uma organização, a sua eficiência e os indicadores desta eficiência;
2. Historicizar, caracterizando a idealização pela sociedade, a organização, a administração e a necessidade, por parte da própria sociedade, da existência do sistema penitenciário;
3. Demonstrar como é percebida a produtividade e a eficiência de um presídio e como são identificados os indicadores desta produtividade e desta eficiência;
4. (conceituar - sociedade, subjetividade, instituição) Determinar e definir os três pontos de vista da avaliação para o sistema penitenciário;
5. Definir as variáveis indicadoras da produtividade de um sistema penitenciário, discutindo a importância delas à luz do referencial teórico e da própria DEA;
6. Definir o modelo de função de avaliação para cada ponto de vista;
7. Aplicar a DEA no banco de dados em estudo,
8. Classificar as unidades penitenciárias do estado do Rio Grande do Sul de acordo com os critérios providos pelos três pontos de vista;

Capítulo 2

O SISTEMA PENITENCIÁRIO

Devemos ainda nos admirar que a prisão se pareça com as fábricas, com as escolas, com os quartéis, com os hospitais, e todos se pareçam com prisões? (FOUCAULT, 1997, p. 187)

2.1 - Uma abordagem histórica do sistema penitenciário

A sociedade é ciosa de seu bom funcionamento e mantém paralelamente alguns sistemas para que este funcionamento se dê integralmente, ainda que nem sempre esta intenção possa se efetivar. Há toda uma estrutura para vigiar o comportamento de todos os seus membros - leis, sistemas vigilantes e dispositivos policiais - sempre pronta a enviar mensagens e avisos para alguma instância superior administrativa, que tomara então a medida administrativa cabível. Quanto mais aumenta a tecnologia, mais estes sistemas se aperfeiçoam e mais o indivíduo passa a ser fiscalizado no seu cotidiano. No momento que algum elemento da sociedade transgride a lei de forma a ser percebido pelo sistema de vigilância, este envia uma informação para o sistema punitivo, que se ocupa então de aplicar a lei àquele indivíduo. Este último compõe-se de duas partes - uma delas se ocupa de prender o indivíduo e entregar às autoridades e a outra se ocupa de punir o culpado de acordo com as penas da lei.

Ambas coexistem e nem sempre são claramente distintas. As pessoas que prendem não devem ser as pessoas que cuidam dos presos. O criminoso e quem prendeu são inimigos naturais e quem cuida do preso, está, em princípio, cuidando da recuperação daquela pessoa. É uma prática comum nos países desenvolvidos, mas não é seguida no Brasil, disse Nagashi Furukawa, numa entrevista à televisão em 1999, quando dirigia Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Justiça.

Quase todas as culturas, senão todas, mantêm em sua estrutura um sistema de vigilância e punição. Mesmo naquelas sociedades na qual a lei não está escrita formalmente, quando alguém não segue o código, está sujeito à punição prevista. Em particular, na sociedade ocidental, estes sistemas atingem proporções imensas e complexas. Na sociedade contemporânea, há uma tentativa de nomear comportamentos adequados e proibidos nos códigos, como o Código Civil, o Código Penal, nos quais as administrações se baseiam para tomar decisões legais. Ainda assim, novas formas de crimes ainda não descritas nos códigos surgem na sociedade.

A partir do final do século XVIII e início do século XIX (cf FOUCAULT, 1987, p. 195), o sistema de punições, inspirado nas idéias iluministas propaladas pela Revolução Francesa, repensou a aplicação pública das penas sobre o corpo dos condenados, quando então a dor do criminoso era tornada pública na forma de suplícios e torturas assistidas pela população, trocando-as pelo cerceamento da liberdade. A idéia era democratizar e facilitar o sistema punitivo. A liberdade, que para a lei consiste no fato de não se estar preso atrás de grades de metal é, no discurso de nossa sociedade de agora, um bem “que pertence a todos da mesma maneira e ao qual cada um está ligado por um sentimento ‘universal e constante’” (FOUCAULT, 1987, p. 196). Assim, cercear a liberdade seria uma forma mais equânime de punir. Além disso, ponderar o quanto o condenado vai perder de liberdade, isto é, quanto tempo ficará preso, passa a ser uma medida uniforme e linear a ser tomada, pois avaliar o tamanho das penas a serem aplicadas consiste então em calcular o quanto da mesma substância - o tempo de supressão da liberdade - deve ser aplicado para punir cada delito cometido. O sistema punitivo se ajusta, em tese, ao lema - liberdade, igualdade e fraternidade - justificando a aplicação da lei. A prisão, diz FOUCAULT, “...é ‘natural’ como é natural na nossa sociedade o uso do tempo para medir as trocas” (FOUCAULT, 1987, p. 196).

No entanto, para que as prisões pudessem ser realizadas num ritmo e num volume que satisfizesse aos anseios da sociedade, foi preciso inventar um lugar apropriado para que os condenados fossem mantidos - todo tempo - sob o vigilante olho da sociedade.

Assim, simplificando, surgiram os presídios, que são os lugares aonde se aplica a principal pena imposta pelo sistema - a supressão da liberdade. Quer dizer, aquilo

que antes era muitas vezes público e comumente aplicado ao corpo do condenado, foi se transformando na imposição de mais ou de menos tempo de permanência do condenado dentro do presídio. As penas aplicadas são capazes de manter o indivíduo até o final dos seus dias ao confinamento.

As penas anteriores à universalização da supressão da liberdade comumente eram bárbaras (torturas, suplícios, mutilações), mas não acumulavam os condenados num dado lugar, nem se precisava pensar num sistema de manutenção da vida dos mesmos, uma vez que se a aplicação da pena não os tivesse matado, os devolvia à sociedade, ainda que fossem entregues com a marca do açoite e das mutilações. Quer dizer, após ter pago sua pena, o que poderia ter sido levada a cabo em apenas algumas semanas ou mesmo dias, o Estado devolvia o condenado sobrevivente ao convívio social.

No entanto, com a aplicação da pena de supressão de liberdade tal não acontece, uma vez que o que esta necessita é exatamente de tempo para ser aplicada a cada condenado, já que o próprio tempo é a substância a ser utilizada, é a medida que ajusta o tamanho da pena a ser cumprida.

Uma consequência imediata desta nova forma do sistema punir, é a da superlotação das prisões, uma vez que os recém condenados passavam a se somar àqueles já condenados anteriormente e que ainda estavam pagando sua pena uma vez que, para eles também, o passar do tempo é o quanto precisavam para que a pena se extinguisse. Assim, os presídios passaram a receber cada vez mais gente do que poderiam redimir, isto é, a razão da entrada de condenados superava a da saída.

Não só pela universalização da pena da supressão da liberdade os presídios passaram a aumentar sua lotação, mas também porque a sociedade tem encontrado cada vez mais razões para prender as pessoas. Há sempre uma nova lei em discussão cujo efeito será ou o de aumentar a quantidade de condenados ou o de estender suas penas, ou mesmo ambas as coisas. Podemos observar na tabela a seguir o crescente índice de presos por 100 mil habitantes. Este índice é obtido através da razão entre a população carcerária do estado do Rio Grande do Sul (fonte: Susepe) e a população do estado (fonte: IBGE).

Tabela 1 - Índice de presos por 100 mil habitantes - RS

Ano	Taxa
1991	95,00
1992	105,18
1993	109,72
1994	108,80
1995	114,87
1996	114,91
1997	127,04
1998	126,86
1999	132,92
2000	135,38

Fonte: assessoria de planejamento da Susepe/RS

É complexa a análise das razões do aumento deste índice, porque são muitas as variáveis imbricadas na situação. Mas o fato resultante é que a sociedade, na sua doença endêmica, produz cada vez mais criminosos.

As penas alternativas, que se constituem naquelas penas aplicadas aos condenados, conforme estabelecido pela LEP, que se aplicadas a largo, poderiam diminuir a população carcerária, além de diminuir, em muito, o gasto com o sistema penitenciário, uma vez que o custo da aplicação de uma pena alternativa chega a ser da ordem de 30 vezes menor do que aquele gasto dentro de um presídio tradicional.

No entanto, a aplicação das penas alternativas esbarra em alguns problemas:

O primeiro deles tem base no próprio Código Penal, uma vez que elas só poderão ser utilizadas no caso da condenação não exceder a quatro anos de reclusão; o segundo se refere à falta de estrutura adequada, porque “poucas regiões estabeleceram estruturas organizacionais necessárias à implementação de tais penas, como trabalho comunitário, não contando com órgãos de supervisão que garantam seu cumprimento” (MARINER & CALLARO, 2002);

O outro problema vem da própria sociedade, uma vez que expressiva parte dela considera que quem cometeu algum delito só poderá pagar pelo crime dentro da cadeia, pois “faz parte do imaginário popular vincular pena à prisão: alguém só é suficientemente castigado ao perder a liberdade.”(LEMGRUBER, 1997). Não apenas o povo pensa assim, mas o juiz também, acrescenta LEMGRUBER. Assim, a pressão

para que um condenado pague sua pena dentro de uma prisão é grande.

Quando alguém recebe a pena de prisão domiciliar, sempre há vozes que sugerem uma ilegalidade, um privilégio para os condenados ricos, mesmo que a prisão domiciliar represente uma economia para o Estado e esteja prevista no Código Penal.

No Brasil, a aplicação das penas alternativas é pequena se comparada às outras penas, perfazendo algo em torno de apenas 2% do total dos condenados. A legislação brasileira é “muito tímida no que se refere à possibilidade de substituição da pena privativa da liberdade por outro tipo de sanção e, mesmo assim, muito pouco utilizada. De todos os condenados em 1995, 98% receberam penas de prisão e apenas 2% outro tipo de pena, como por exemplo, a prestação de serviços à comunidade” (LEMGRUBER, 1997). Portanto, no presente momento, as penas alternativas ainda não se constituem numa economia para o Estado, nem num fator de diminuição da lotação dos presídios.

O uso dos regimes semi-aberto e aberto também representam uma diminuição na lotação dos presídios, uma vez que as penas são cumpridas do lado de fora das grades. No regime semi-aberto, o condenado fica sujeito a trabalho em comum durante o período diurno, mas deve exercê-lo em colônia agrícola, industrial ou um estabelecimento semelhante e o pernoite é feito dentro da unidade penitenciário. Já no regime aberto, considerando a autodisciplina e senso de responsabilidade do condenado, este deverá, e isto é importante, fora do estabelecimento e sem vigilância, trabalhar, freqüentar curso ou exercer outra atividade autorizada, permanecendo recolhido somente durante o período noturno e nos dias de folga.

A passagem de um preso de um regime para outro - a chamada progressão do regime - só se dá sob avaliação positiva de parte do pessoal administrativo e é preciso que o preso, para obter esta permissão, apresente um bom comportamento. No entanto o conceito do que vem a ser bom comportamento, que significa autodisciplina e senso de responsabilidade, varia muito pois os presídios “... por conta de todas as limitações estruturais que possuem e, fundamentalmente, pela ausência de políticas públicas de conteúdo humanista capazes de orientar administrações prisionais de outro tipo - constituem um espaço de obscuridade onde se ‘administra’ à margem da lei” (ROLIM, p. 15).

Isto é, as condições para que um preso possa ser considerado candidato aos regimes semi-aberto e aberto ficam entregues ao arbítrio da administração carcerária, uma vez que os valores e normas correntes dentro de um presídio estão em contraste com àquelas comuns à sociedade e “muitas vezes em flagrante oposição - às normas, virtudes e condutas valorizadas socialmente entre os cidadãos” (ROLIM, p. 15). Assim, por várias razões, a proporção da aplicação do regime fechado em relação à aplicação dos regimes semi-aberto e aberto é ainda consideravelmente maior, chegando a mais de 80% do total em alguns casos.

Além disto, os regimes aberto e semi-aberto também não gozam dentro da população de muito prestígio, uma vez que, como as penas alternativas, vão no sentido inverso daquilo que a população quer - o bandido preso na cadeia.

As arbitrariedades, segundo ROLIM (1999), dentro das prisões poderiam ser diminuídas se o que ocorre lá dentro ficasse exposto à sociedade. Alguns movimentos sociais, como a Pastoral Carcerária, por exemplo, pretendem e efetivamente vão para dentro dos presídios, procurando diminuir as injustiças que ocorrem ao abrigo dos muros, expondo ao público o que acontece, chamando a atenção do Poder Judiciário. A própria imprensa muitas vezes cumpre o papel de denúncia. Mas estes movimentos ainda não são capazes de evitar muitas tragédias e injustiças, o que poderia acontecer se, efetivamente, a sociedade estivesse interessada numa vida mais humana para os condenados que ela mesma produz.

O déficit de vagas no sistema penitenciário é enorme - no Brasil fica em torno de 60 mil vagas. Agrava a situação o seguinte - mesmo que neste momento a sociedade resolvesse investir, com toda sua energia, na construção de novos presídios, não conseguiria diminuir sensivelmente este número, nem a curto, nem a médio prazo. O custo duma construção deste porte seria tão grande que inviabilizaria todos os projetos. Construir presídios é demorado e caríssimo - a construção de 11 presídios em São Paulo, por exemplo, custará aos cofres públicos quase 100 milhões de reais. No entanto, o custo dos presídios não se limita àquele valor pago no momento da construção, há ainda o custo da manutenção, que também é muito grande. O Brasil, contando as instâncias - municipal, estadual e federal - gasta algo em torno dos 700 milhões de reais por ano na manutenção dos presídios (LEMGRUBER, 2002). Na tabela a seguir é possível constatar o gasto apenas do

governo federal com o sistema penitenciário:

Tabela 2 - Orçamento do DEPEN para 2002

custos	R\$
com a própria gestão:	7.895.816,91
transferência aos estados:	172.895.483,09
total:	180.791.300,00

Fonte: DEPEN

Para compreender a dimensão do problemas, suponhamos que os questões econômicas do país estivessem resolvidas e a verba total já estivesse disponível para a construção de todos os presídios necessários à redução a zero do déficit de 60 mil vagas. Ainda assim, todo o esforço e o orçamento seriam em vão, já que a sociedade sempre inventa novas formas de enviar pessoas para as prisões.

Mesmo que nossa sociedade não queira pensar nos presídios, deles não prescinde - os mesmos são parte inerente no sistema. A verdade é que a prisão regulamenta o crime, inventa um lugar para ele na sociedade e o faz de bode expiatório. Com isto esconde outros problemas ou os diminui em importância, “ela (a prisão) desenha, isola, e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ou se deve tolerar”(FOUCAULT, 1987, p. 230).

Contraditoriamente, apesar da prisão fazer parte da sociedade, tendo sido criada como casa de correção do comportamento social não adequado, esta não se constitui em local de saneamento do crime e muito menos ainda em instância de redenção para o criminoso.

Estudos comprovam que mesmo que o índice de presos por 100.000 habitantes aumente, como é o caso da sociedade brasileira na última década do século XX (vide Tabela 1 - Índice de presos por 100 mil habitantes - RS), a quantidade de crimes perpetrados na sociedade não diminuirá. Aliás, a afirmação é mais forte: mesmo que seja estabelecida a pena última - a pena de morte - a quantidade de crimes não diminuirá. A taxa de homicídios nos Estados Unidos “é pelo menos quatro vezes maior do que aquela registrada em países da Europa Ocidental, que não

empregam tal punição” (LEMGRUBER, 2001c). Uma outra forma de ler esta frase é dizer que o sistema penitenciário é incapaz de agir com resultados positivos na diminuição da criminalidade.

Quanto à recuperação do indivíduo criminoso, podemos dizer que a prisão também não é instância adequada, uma vez que a atitude do condenado geralmente é de revolta com a situação que vive. Bem diz Monteiro que o momento “em que um sentenciado entra no cárcere é crítico para ele; mas o momento em que ele sai é um momento crítico para ele e para todos nós” (MONTEIRO, 2004). Com frequência, os que vencem o seu tempo de condenação não conseguem um lugar na sociedade que não seja à margem e então reincidem no crime. As taxas de reincidência para as penas de supressão da liberdade são altas, algo em torno dos 60%, segundo Airton Michels, superintendente da Superintendência do Serviços Penitenciários do Rio Grande do Sul, Susepe, durante a gestão 1999/2002 do governo estadual, órgão filiado à Secretaria da Justiça do estado.

Pode ser que teórica ou mesmo utopicamente, poder-se-ia ter sociedades sem prisões, no entanto, na contemporaneidade não existe tal situação. Todos os regimes adotam o sistema penitenciário, não importando a ideologia que os norteiam. No momento, Estados Unidos e Rússia, ainda segundo ROLIM (1999), outrora pertencentes aos extremos do mundo polarizado ideologicamente, detêm os maiores índices de prisões do planeta.

Cabe repetir que não só o custo de construção dos presídios é alto, mas também o custo de manutenção dos mesmos é enorme, uma vez que nele são agregados os vencimentos do pessoal ativo, com os respectivos encargos, alimentação, combustíveis, conservação de veículos, material cirúrgico e médico, remuneração do trabalho prisional, água e esgoto, comunicações, processamento de dados, outros materiais e serviços (Relatório Azul 1995, p. 74). A tabela a seguir nos dá uma idéia do volume dos gastos envolvidos na manutenção dos presídios. Novamente a mesma apresenta apenas os gastos federais com o sistema penitenciário, acrescentando o real gasto dos estados e municípios com a manutenção dos seus sistemas penitenciários, o volume passa a ser consideravelmente maior.

Tabela 3 - Transferências aos estados - orçamento do DEPEN 2002

UF	A	B	C	D	E	F	G	H	I
AC	544.300		34.580	95.859	28.693	464.957	80.550		1.248.940
AL	7.695.627					464.957	179.577	85.401	8.425.562
AP		48.798				464.957	80.550		594.305
AM						464.957	80.550		545.507
BA	5.700.810				16.052	464.957	179.577		6.361.396
CE			26.500		14.848	563.957	80.550	135.091	820.946
DF	2.802.659		25.000	46.800	150.085	382.241	202.008	249.050	3.857.842
ES	1.226.244				22.365	442.021	80.550	168.410	1.939.591
GO	783.843				9.440	382.241	179.577	193.055	1.548.156
MA	1.662.286				22.225	464.957	80.550		2.230.018
MT	1.245.9276				12.885	464.957	80.550		1.804.318
MS	289.608					464.957	80.550	106.600	941.716
MG	32.342.400		100.000	214.772	20.983	864.601	80.550		33.623.307
PA	1.381.993	43.919	59.592	94.680		556.112	80.550	65.302	2.482.149
PB		31.704				464.957	179.577	169.700	845.938
PR	1.085.939		49.300	25.008		501.801	576.697		2.238.745
PE	5.637.507	64.498		92.070		513.590	957.668	322.530	7.587.863
PI	185.434					464.957	80.550	126.640	857.582
RJ	5.761.787		234.352			775.331	80.550	800.253	7.652.274
RN	431.879					464.957	80.550	151.440	1.128.826
RS	1.675.263					501.801	80.550		2.257.615
RO	1.123.863	21.480		96.072		464.957	80.550	109.420	1.896.342
RR	27.000				27.603	464.957	80.550	103.464	703.574
SC	6.692.171					501.801	80.550		7.274.522
SP	69.734.573	649.648	233.797	334.120	156.600	1.160.987	350.416		72.620.141
SE					19.926	757.557		85.317	862.800
TO						464.957	80.550		545.507

A tabela acima segue a seguinte convenção:

- A - Construção e Reforma;
- B - Mutirão na Execução Penal;
- C - Assistência Social;
- D - Profissionalização de Detentos
- E - Capacitação de Agentes
- F - Reaparelhamento
- G - Infopen
- H - Penas Alternativas
- I - Totais:

Fonte: DEPEN

Cada preso no sistema penitenciário em regime fechado custa muito caro aos cofres públicos. Os custos de manutenção dos presídios nos Estados Unidos e na Europa são enormes. No Brasil também não é diferente - no Rio Grande do Sul o custo mensal de manutenção de um presidiário alcança, em média, R\$ 441 por mês.

Se pensarmos no país temos um gasto anual imenso que não atinge os resultados esperados. Lemgruber diz que ao custo médio "...de R\$ 4.440,00 anuais, esses 45 mil presos custam quase R\$ 200 milhões ao ano, que é exatamente o que o Brasil desperdiça mantendo na prisão quem não constitui ameaça concreta ao convívio social. Com esses R\$ 200 milhões, é possível construir 18.163 casas populares" (LEMGRUBER, 2001e).

Toda a diminuição de orçamento do sistema penitenciário tem como consequência algo a sociedade não quer, como por exemplo o aumento da insegurança das unidades penitenciárias, dada a diminuição de pessoal (administrativo e de segurança) e de equipamentos (luzes, comunicadores, sistemas monitorados, mecanizações, informatização, controle de telefonia e outros), assim como também diminui a qualidade da infraestrutura dos prédios, isto é, o estado dos sistemas hidráulico, elétrico, comunicação e vigilância vão se danificando. E, consequência direta, as condições de vida dos apenados se deteriora.

A situação que está montada é propícia à formação de problemas pois enquanto um movimento impede o crescimento e manutenção do sistema penitenciário, outro o satura: se de um lado temos as dificuldades para a construção de novos presídios e sérios problemas na manutenção dos já existentes, dificuldades na aplicação das penas alternativas e de outros regimes (que aliviarão a situação de superlotação); do outro, temos o ímpeto da sociedade em colocar todos os condenados atrás das grades.

Assim, considerando que:

- a) a universalização da pena de supressão de liberdade e o conseqüente aumento da população carcerária;
- b) a razão de entrada de condenados no sistema penitenciário ser maior do que a redenção dos mesmos; o aumento do índice de presos por 100.000 habitantes;
- c) a resistência do sistema jurídico e da sociedade na aplicação das penas alternativas;
- d) a arbitrariedade dos gerenciamentos prisionais;
- e) a pouca utilização dos regimes semi-aberto e aberto;
- f) o pouco interesse da sociedade pela qualidade de vida dos presidiários;
- g) o déficit de vagas nos estabelecimentos prisionais;

- h) a necessidade da sociedade em criar e manter presídios;
- i) a incapacidade atual dos presídios em diminuir a criminalidade;
- j) o custo de construção de novos presídios e o de manutenção dos já existentes;
- k) os cortes orçamentários;
- l) a diminuição da qualidade física dos presídios e dos presidiários;
- m) e, por último, a postura da sociedade gerando novas condenações a cada dia.

Vemos então que os presídios são locais de alta pressão social, comumente prestes a explodir.

Conseqüência imediata é a superlotação dos presídios, que por sua vez potencializa todas as formas de rebelião. A quantidade de rebeliões acontecidas nos últimos anos comprovam tal fato. Não sabemos delas porque analisamos os relatórios dos presídios, mas sim porque elas extravasaram os limites das instalações prisionais - incêndios, formação de reféns, torturas, mutilações, mortes, massacres e inquietantes fugas estão presente quase que cotidianamente na mídia. Infelizmente a sociedade, nestes momentos, considera que os presídios não lhe fazem parte e, freqüentemente, age com pouco vigor em relação à forma como a repressão oficial às rebeliões é conduzida, sendo esta ação por parte do Estado, comumente, de caráter tão bárbaro, isto se esta ação não for pior do que aquela que pretende reprimir.

Os presídios são parte real da nossa sociedade. E ainda que seja desagradável pensar assim, aos olhos, ao sentimento e ao desejo da sociedade, os presídios são necessários ao bom andamento desta, uma vez que excluem-se do convívio aqueles que não seguem as regras, ameaça-se os que não cometeram infrações a título de que aprendam a lição ao saberem do poder da lei e que assim respeitem o código e pensem, antes de tomar o caminho do delito, o quão doloroso será este caminho. A prisão tem mais do que uma única função, se por um lado age no sentido de corrigir o transgressor, de outro regulamenta o crime e o delito, contribui "... para uma estabelecer uma certa ilegalidade, visível, marcada, irredutível a um certo nível e secretamente útil - rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer e as que se deve tolerar" (FOUCAULT, 1987, p. 230).

Apesar da severidade da lei e de todos os problemas dos presídio e de todo o

conhecido sofrimento que o indivíduo sofre uma vez preso, a quantidade de infratores que a sociedade produz é cada vez maior. Se são as condições criminogênicas oferecidas pela sociedade que estão aumentando, ou se é o rigor da lei que está se acirrando, não faz parte deste trabalho analisar isto, o que interessa neste momento é a constatação de que este índice não tende a diminuir.

Se o crescimento dos presídios acompanhasse o crescimento do número de condenados pela sociedade, somente aqueles diretamente ligados ao sistema penitenciário é que estariam a par do que acontece dentro dos presídios. No entanto, mesmo que a sociedade ainda faça esforço para não ver os presídios que ela mesma inventou, fabricou e mantém, acaba tendo notícias e sofrendo as temidas e indesejadas conseqüências, uma vez que a densidade populacional dentro dos presídios continua aumentando e, conseqüência imediata, a perigosa pressão interna dentro das instituições penais também aumenta. A superlotação dos presídios intensifica todas as penas e potencializa as rebeliões, pois o ambiente ao qual os condenados ficam expostos é, em si, criminogênico.

Ainda que provoque desconforto à sociedade saber da qualidade de vida dos presidiários, das barbáries cometidas e do potencial trágico do sistema penitenciário, ele é uma realidade. A superlotação dos presídios existe e tem produzido bárbaras conseqüências.

Na melhoria da vida dos presídios, não há, há vista, nenhuma modificação de paradigmas, nenhuma melhora, pois todas as modificações demandam tempo, dinheiro e muita vontade política. Mesmo com tão aparente e irremovível empecilho, a possibilidade de modificações existe. É grande a quantidade de pessoas que se dedicam ao estudo dos presídios, do seu funcionamento e de sua melhoria, ainda que isto não seja muito conhecido do grande público. Neste sentido, propomos direcionar este trabalho, realizando um estudo e uma avaliação que vem se somar à quantidade de trabalhos que já são levados adiante neste momento, podendo contribuir com a diminuição do gravíssimo problema da superlotação dos presídios.

Dentro de um conjunto tão grande de unidades penitenciárias (mais de 100), como é o caso do Rio Grande do Sul, com enorme variedade de características históricas e locais, surge um problema considerável que é a realocação de recursos do sistema de maneira a melhorar a qualidade de todos os diretamente envolvidos na

extrato social penitenciário e conseqüentemente na própria sociedade, diretamente interessada na qualidade do trabalho do sistema penitenciário, sem que, para efetivar tal fato, sejam necessários novos aportes orçamentários. Ordenar todas as unidades penitenciárias de maneira a elucidar no que uma trabalha melhor ou pior que a outra é complexa tarefa, uma vez que as variáveis envolvidas são muitas e dependem muito do ponto de vista que se olha o problema. Como toda a situação do sistema penitenciário não se refere diretamente aos lucros economicamente auferidos com a atividade, precisávamos de um tipo de instrumento que pudesse lidar com esta idéia - com o desempenho direcionado, com a ótica escolhida, com a perspectiva necessária. Com já falado anteriormente, utilizamos a Análise por Envelopamento de Dados, DEA, que consiste num modelo matemático que, atribuindo valores aos desempenhos de cada unidade envolvida na avaliação, é capaz de coloca-las em uma ordem, explicitando assim o que cada unidade trabalha eficientemente e o que lhe falta.

Para efetivar a aplicação do modelo, recorreremos ao Banco de Dados disponível. Tivemos que realizar uma série de adaptações, o que faz parte de qualquer mensuração desejada, uma vez que os dados raramente se encontram disponíveis na forma como os modelos matemáticos utilizados são capazes de gerir.

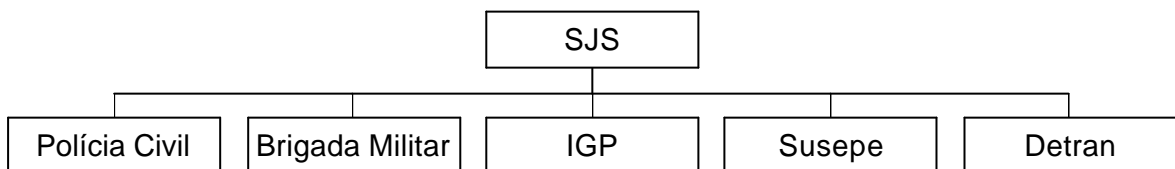
Quero retomar o dito até o momento: da situação da aplicação de penas sobre o corpo do condenado, a sociedade passou para a construção de presídios, locais aonde o condenado passou a pagar sua pena com a suspensão da liberdade. A partir deste momento, o estado se defrontou com o problema sério dos custos dos presídios, da manutenção dos presos, incapacidade do sistema penitenciário na recuperação dos criminosos, a alta reincidência dos criminosos e o da superlotação das unidades penitenciárias.

A próxima seção apresenta a estrutura da Secretaria da Justiça e da Segurança do Estado do Rio Grande do Sul.

2.2 - Estrutura do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul

À Secretaria da Justiça e da Segurança do estado do Rio Grande do Sul, se subordinam a Brigada Militar, o Detran, a Polícia Civil, a Susepe e o Instituto Geral de Perícias (IGP), permanecendo todos no mesmo nível hierárquico, como mostra o organograma abaixo:

Figura 1 - Estrutura da SJS/RS



A Superintendência dos Serviços Penitenciários, que é subordinada à Secretaria da Justiça e da Segurança e “... é o órgão estadual responsável pela execução administrativa das penas privativas de liberdade, das restritivas de direito e das medidas de segurança. De acordo com a Constituição do Rio Grande do Sul, a política penitenciária do Estado deve ter como objetivo a reeducação, a reintegração social e a ressocialização do preso, definindo como prioridades a regionalização e a municipalização dos estabelecimentos penitenciários, a manutenção de colônias penais agrícolas e industriais e a escolarização e profissionalização dos presos” (site da Susepe).

O foco de estudo se dá sobre a Susepe, uma vez que é o órgão que lida diretamente com o sistema penitenciário do estado.

Agregam o sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul quinze tipos de unidades penitenciárias, as quais estão listadas na tabela abaixo, juntamente com a respectivas quantidades que cada uma delas faz presente no cômputo geral:

Tabela 4 - Tipos e quantidades de unidades penitenciárias

tipo de unidade penitenciária	quantidade de unidades
Albergue	5
Centro de Observação	1
Colônia Penal	1
Instituto Penal	3
Instituto Penal Escola	1
Instituto Psiquiátrico	1
Núcleo de Segurança e Disciplina	1
Patronato	1
Penitenciária de Alta Segurança	1
Penitenciária Estadual	3
Penitenciária Feminina	1
Penitenciária Industrial	1
Penitenciária Modulada	5
Presídio	1
Presídio Estadual	59
Presídio Regional	6
total de unidades penitenciárias	91

Estas unidades estão distribuídas em oito regiões penitenciárias, as Delegacias Penitenciárias Regionais, e uma delegacia que engloba as casas especiais, perfazendo no todo 91 unidades penitenciárias. Cada região tem uma sede à qual se subordina.

O organograma da figura 2, à página 62 (acessível no site da Susepe), mostra que o Gabinete conta com o apoio de três assessorias - Planejamento, Imprensa e Jurídica - e que se encontra no mesmo nível hierárquico da Corregedoria Geral. Num trabalho conjunto, coordenam três departamentos: Administrativo; Segurança e Execução Penal e Tratamento Penal, além da Equipe de Engenharia e da Escola dos Serviços Penitenciários. Cada uma das partes constituintes do organograma pode ter sua função explicitada no próprio site.

Diretamente ligadas ao Departamento de Segurança e Execução Penal é que se encontram as nove regiões penitenciárias.

Nas listagens a seguir, estão colocadas as regiões, com a respectiva sede, a quantidade de unidades que compõe aquela delegacia e quais são estas unidades:

1ª DPR - sede: São Leopoldo, com 9 unidades penitenciárias

Casa do Albergado Santos e Medeiros
Instituto Penal de Canoas
Presídio Estadual de Novo Hamburgo
Presídio Estadual de Osório
Presídio Estadual de São Francisco de Paula
Presídio Estadual de São Leopoldo
Presídio Estadual de Taquara
Presídio Estadual de Torres
Penitenciária Modulada Estadual de Osório

2ª DPR - sede: Santa Maria, com 11 unidades penitenciárias

Presídio Estadual de Agudo
Presídio Estadual de Cacequi
Presídio Estadual de Jaguari
Presídio Estadual de Julio de Castilhos
Presídio Estadual de Cachoeira do Sul
Presídio Estadual de Santiago
Presídio Estadual de São Francisco de Assis
Presídio Estadual de São Sepé
Presídio Estadual de São Vicente do Sul
Presídio Regional de Santa Maria
Presídio Estadual de Cruz Alta

3ª DPR - sede: Santo Ângelo, com 9 unidades penitenciárias

Albergue Estadual de Ijuí
Presídio Estadual de Cerro Largo
Presídio Estadual de Santa Rosa
Presídio Estadual de Santo Cristo
Presídio Estadual de São Borja
Presídio Estadual de São Luiz Gonzaga
Presídio Estadual de Três Passos
Presídio Regional de Santo Ângelo
Penitenciária Modulada Estadual de Ijuí

4ª DPR - sede: Passo Fundo, com 10 unidades penitenciárias

Presídio Estadual de Carazinho
Presídio Estadual de Erechim
Presídio Estadual de Espumoso
Presídio Estadual de Frederico Westphalen

Presídio Estadual de Getúlio Vargas
Presídio Estadual de Iraí
Presídio Estadual de Sarandi
Presídio Estadual de Soledade
Presídio Regional de Passo Fundo
Presídio Estadual de Palmeira das Missões

5ª DPR - sede: Pelotas, com 6 unidades penitenciárias

Presídio Estadual Camaquã
Presídio Estadual de Canguçu
Presídio Estadual de Jaguarão
Presídio Estadual de Rio Grande
Presídio Estadual de Santa Vitória do Palmar
Presídio Regional de Pelotas

6ª DPR - sede: Santana do Livramento, com 12 unidades penitenciárias

Albergue Estadual de Uruguaiana
Presídio Estadual de Alegrete
Presídio Estadual de Caçapava do Sul
Presídio Estadual de Itaqui
Presídio Estadual de Quaraí
Presídio Estadual Rosário do Sul
Presídio Estadual São Gabriel
Presídio Regional de Bagé
Penitenciária Estadual de Santana do Livramento
Penitenciária Modulada Estadual de Uruguaiana
Presídio Estadual de Dom Pedrito
Presídio Estadual de Lavras do Sul

7ª DPR - sede: Caxias do Sul, com 7 unidades penitenciárias

Presídio Estadual de Bento Gonçalves
Presídio Estadual de Canela
Presídio Estadual de Guaporé
Presídio Estadual de Lagoa Vermelha
Presídio Estadual de Nova Prata
Presídio Estadual Vacaria
Penitenciária Industrial de Caxias do Sul

8ª DPR - sede: Santa Cruz do Sul, com 10 unidades penitenciárias

Presídio Estadual de Montenegro
Presídio Estadual de Arroio do Meio
Presídio Estadual de Candelária
Presídio Estadual de Encantado

Presídio Estadual de Encruzilhada do Sul
Presídio Estadual Lajeado
Presídio Estadual de Rio Pardo
Presídio Estadual de São Jerônimo
Presídio Estadual de Sobradinho
Presídio Regional de Santa Cruz do Sul

Casas Especiais - sede: sede da Susepe, com 17 unidades penitenciárias

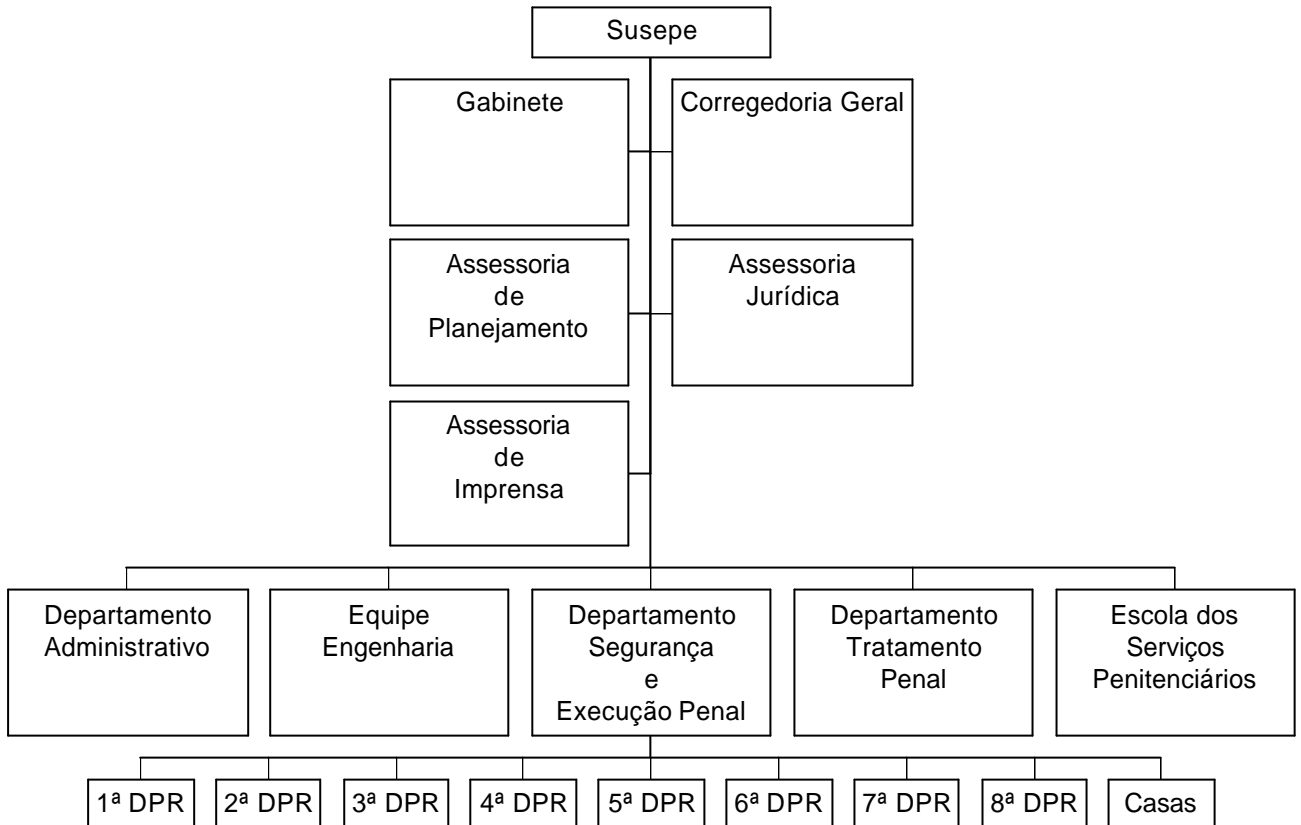
Albergue Feminino
Casa do Albergado Padre Pio Buck
Centro de Observação Criminológica
Colônia Penal Agrícola
Instituto Miguel Dario
Instituto Penal de Mariante
Instituto Penal Escola Profissionalizante
Instituto Psiquiátrico Forense
Núcleo de Segurança e Disciplina
Patronato Lima Drummond
Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas
Penitenciária Estadual de Charqueadas
Penitenciária Estadual do Jacuí
Penitenciária Feminina Madre Pelletier
Penitenciária Modulada Estadual de Charqueadas
Penitenciária Modulada Estadual de Montenegro
Presídio Central de Porto Alegre

A lista com endereços completos, telefones e respectiva nominata dos responsáveis de cada unidade, se encontra no site da Susepe, sendo acessível a qualquer cidadão.

Em cada unidade penitenciária os servidores penitenciários se dividem em:

- a) Agente Penitenciário (antigo guarda penitenciário);
- b) Monitor Penitenciário;
- c) Auxiliar de Serviço Penitenciário;
- d) Técnicos.

Figura 2 - Organograma da Susepe



fonte: site da Susepe

Apesar de todos os problemas que enfrenta, o sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, de um modo geral, oferece melhores condições aos apenados em relação aos outros estados, ainda que estas estejam longe do aceitável. Uma das providências tomadas pela Susepe é a quase imediata transferência dos presos para as penitenciárias, evitando a superlotação das delegacias, além do agravante de confundir as funções de prender e de manter o presidiário. Na maior parte dos estados, a administração prefere superlotar as delegacias e aliviar os presídios. Assim, em alguns estados, como São Paulo e Minas Gerais, as penitenciárias apresentam uma lotação razoável, algo em torno de 1,3 presos por vaga disponível (cf Human Rights Watch), enquanto as delegacias dos mesmos estados se encontram mais do que superlotadas. A opção por superlotar as delegacias e não os presídios se fundamenta na premissa de é mais fácil controlar uma delegacia com 100 presos, do que um presídio inteiro, geralmente com mais de mil apenados. Ao passo que no Rio

Grande do Sul, a transferência dos presos se faz rapidamente das delegacias para os presídios, “...uma vez que os presos não passam mais do que alguns poucos dias sob custódia policial antes de serem transferidos para o sistema penitenciário” (Human Rights Watch, O Brasil Atrás das Grades, São Paulo e Minas Gerais: Delegacias de Polícia como Prisões, O Contra-exemplo).

E ainda que o Rio Grande do Sul conte com uma das cinco varas especializadas em penas alternativas, estas ainda se dão num ritmo muito aquém do desejado e do necessário, no sentido de aliviar a superlotação.

O próximo capítulo aborda o assunto - produtividade do sistema penitenciário.

Capítulo 3

A PRODUTIVIDADE DO SISTEMA PENITENCIÁRIO

As prisões não diminuem a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta. (FOUCAULT, 1987, p. 221)

3.1 - A construção do sistema produtivo

A existência de uma organização se deve ao fato de que esta produz alguma coisa necessária à sociedade que a mantém. Quando esta produção se refere ao fabrico de bens materiais (uma fábrica de sapatos) ou então à prestação de serviços (um bureau de consultoria), de um modo geral - e, ainda que muitas vezes esta avaliação se constitua em tarefa bastante complexa - o quantum que esta organização produz pode ser mensurado, comparando com a unidade monetária vigente.

É comum que palavras como lucro, déficit, receita e despesa estejam diretamente relacionadas às organizações. O que cada uma delas significa é bastante conhecido, mas vale definir:

- a) receita é o valor que a organização obtém com a colocação no mercado do bem produzido pelo seu processo de produção;
- b) despesa é o gasto que esta mesma organização precisa despende para manter a produção daquele bem.
- c) lucro de uma atividade econômica é o valor positivo determinado pela diferença das duas medidas anteriores, tomadas na mesma atividade econômica.

Feitas todas as medidas e transformações necessárias, o quanto uma organização lucra pode ser mensurado através de uma simples equação:

$$\text{lucro} = \text{receita} - \text{despesa}$$

Se a diferença acima for negativa, isto é, se a despesa for maior que a receita, o lucro passa a chamar-se déficit.

Pela fórmula recém expressa, é possível que ver que valores grandes de receita não garantem a viabilidade econômica de uma organização, pois basta que o valor da despesa supere, em magnitude, o valor da receita, para que o lucro se transforme em déficit.

As organizações compõem a sociedade, “são fenômenos complexos e paradoxais que podem ser compreendidos de muitas maneiras” (MORGAN: 1996, p. 17) e também podem ser vistas como fenômenos culturais já que “a organização é em si mesma um fenômeno cultural, que varia de acordo com o estágio de desenvolvimento da sociedade” (MORGAN: 1996. p. 116). Assim, uma múltipla interpretação da realidade é produzida. Durante muito tempo as organizações tiveram como modelo um mecanismo. A própria etimologia da palavra organização, do grego *órganon*, que na origem quer dizer instrumento, indica a concepção inicial de nossa civilização do que vem a ser uma organização. A idéia de que tudo poderia ser comparado a uma grande máquina - engrenagens se encaixando idealmente lubrificadas - serviu muito bem à concepção cartesiano do mundo, à interpretação de que tudo no mundo pode ser descrito pela ciência, por um modelo determinante e determinado. No entanto, no século XX, ainda com os primórdios da idéia de complexidade, as organizações passaram a também ter um modelo orgânico e até como um cérebro, pois diz MORGAN que a “organização orgânica provavelmente se torne mais próxima do funcionamento de um cérebro quando contemplar o princípio da auto-organização” (1996, p.82).

As organizações são sistemas abertos, no sentido de que trocam informações com o meio no qual estão inseridas e completam a idéia de organicidade uma vez que “os sistemas orgânicos, seja uma célula do organismo complexo seja uma população de organismos existem num contínuo processo de trocas com os seus ambientes” (MORGAN:1996, p.49). O desenvolvimento da sociedade se dá através de interações e o próprio “processo de tornar-se homem efetua-se na correlação com o meio

ambiente. Esta afirmativa adquire significação se refletirmos que este ambiente é ao mesmo tempo natural e humano (BERGER: 1985, p.71).

Dentro do conjunto das organizações de nossa sociedade, há um subconjunto cujo objetivo principal é produzir lucro e há também um subconjunto de organizações cujo interesse principal não é o lucro, mas um resultado social, uma modificação na realidade na qual se encontra inserida.

O conceito do que é uma organização sem fins lucrativos fica aparente no que diz DRUCKER, quando refere que estas organizações não são empresas e que também que não são apenas não-governamentais:

É que elas *fazem* algo muito diferente das empresas ou do governo. As empresas fornecem bens ou serviços. O governo controla. A tarefa de uma empresa termina quando o cliente compra o produto, paga por ele e fica satisfeito. O governo cumpre sua função quando suas políticas são eficazes. A instituição “sem fins lucrativos” não fornece bens ou serviços, nem controla. Seu “produto” não é um par de sapatos, nem um regulamento eficaz. Seu produto é um *ser humano mudado*. As instituições sem fins lucrativos são agentes da mudança humana. Seu “produto” é um paciente curado, uma criança que aprende, um jovem que se transforma em adulto com respeito próprio; isto é, toda uma vida transformada. (DRUCKER, 2001, p. xiv)

Grande parte das organizações de nossa sociedade tem como principal objetivo o lucro e não é incomum que grandes grupos empresariais não se restrinjam a um dado tipo de atividade econômica e exerçam sua indústria em qualquer tipo de atividade, desde que esta proporcione lucro. Mensurar o lucro destas organizações, pode se constituir em tarefa complicada, mas a resposta final ainda repousa solidamente na equação expressa na página 66.

Porém, se o objetivo da organização não é o lucro, o quantum não pode ser comparado a valores econômicos, nem a preços, uma vez que não há uma correlação direta, nem clara, entre o que a organização produz e a despesa para mantê-la funcionando.

Além do mais, nem sempre é nítida qual é a produção final e real de uma organização cuja finalidade não é o lucro.

Neste tipo de organização - as chamadas organizações sem fins lucrativos - é que o sistema penitenciário se insere.

Em relação à sociedade, é uma organização grande, complexa, onipresente e necessária:

- a) grande, dadas as dimensões do sistema penitenciário;
- b) complexa, dada a quantidade de aspectos que a mesma reúne consigo, pela quantidade de interesses que a sociedade tem nela;
- c) onipresente, porque a punição se encontra presente em todas as instâncias da sociedade;
- d) necessária porque desde a sua instituição formal até nossos dias, a sociedade não encontrou nenhuma alternativa viável à prisão em regime fechado.

Estudar as características de um sistema produtivo como uma organização sem fins lucrativos, instituição de um modo geral ligada ao poder público, exige atenção redobrada do pesquisador, uma vez que “...aonde o lucro não é um objetivo (ou muito raramente o é), é necessário investigar com mais profundidade para definir quais medidas devem ser usadas para avaliar o desempenho”² (NORMAN; STOKER, 1991, p. 2).

Por outro lado, ao comparar duas unidades de uma mesma organização com fins lucrativos, é possível ver que um valor grande de lucro não implica que o performance daquela unidade seja bom, dada a utilização que ela faz dos recursos. Talvez haja um modo mais eficiente de administrar a produção, uma vez que por trás do grande lucro pode estar apenas a posição na escala e não o uso adequado dos insumos na produção dos produtos. Isto sugere que, numa organização, há uma outra quantidade a ser mensurada - a produtividade - que é a razão entre o número que expressa a produção de uma organização pelo número que expressa a quantidade de insumos necessária àquela produção.

Diz AMORIM que:

O conceito de produtividade vem sendo largamente utilizado na indústria e serve para medir e quantificar a produção que ali se realiza. Significa então a faculdade que uma determinada empresa tem para produzir um certo produto e forma eficiente e rentável. (1992, 58)

É um conceito que pode ter sua interpretação transformada numa expressão matemática, já que se trata de um quociente entre dois valores numéricos. Desta forma, a produtividade de uma organização pode ser medida, uma vez que estejam

² Tradução, feita pelo autor, do texto: “...where profit is not (or is very rarely) an objective, it is necessary to delve more deeply to define outcome measures that can be used in an assessment of performance”.

bem determinadas estas quantidades, produtos e insumos, que compõem o numerador e o indicador da fração, respectivamente.

Uma organização de pequeno porte, por exemplo, apesar de oferecer pequenos lucros, pode apresentar um alto nível de produtividade, uma vez que administra com habilidade e economia os insumos com os quais conta para a produção daqueles bens. Esta relação pode ser colocada em termos matemáticos como aparece na fórmula a seguir:

fórmula 2 - produtividade

$$produtividade = \frac{produto}{insumo}$$

Diferentemente da anterior, a fórmula acima produz um número puro, adimensional, que varia entre 0 e $M > 0$.

Considerando os extremos da expressão acima:

0 - a produtividade da instituição é zero, é o caso da organização que nada produz, não importando a quantidade de insumos empregada;

M - é o caso da organização que transforma todo o insumo em produção, sem perda alguma.

Claro está que ambos os casos constituem-se apenas em casos teóricos, úteis à teoria e à compreensão, porque na prática, a produtividade se encontra entre estes valores.

Para maior facilidade de compreensão e comparação entre produtividades de organizações, se pode projetar o intervalo $[0, M]$ sobre o intervalo $[0,1]$, situação facilmente alcançada através da seguinte operação aritmética:

O valor M é maior do que 0 e, portanto, possui inverso, $1/M$, também positivo. Multiplicando a razão por este valor, segue que o valor da produtividade passa a variar entre 0 e 1:

$$produtividade = \frac{1}{M} \times \frac{produto}{insumo}$$

Estabelecidas estas definições, sigo com a análise do que compreende o título deste capítulo - a produtividade do sistema penitenciário.

A sociedade em que vivemos pode ser vista como uma enorme quantidade de pequenas sociedades, interligadas e dependentes umas das outras, formando uma complexa teia, ora passível de análise, ora se tornando opaca, extravasando os contornos fornecidos pela ciência que tenta descrevê-la. Cada parte exerce uma função no todo, ainda que esta não seja explícita por alguma lei, nem tampouco seja clara à própria sociedade.

No primeiro caso, analisar a produtividade da instituição sem fins lucrativos, passa necessariamente pela verificação da receita e do lucro, uma vez que é exatamente o lucro o principal objetivo, quando não o único, da existência de uma instituição.

No segundo caso, com fins lucrativos, esta ordem se desfaz e as instituições já não mais colocam o lucro como o seu principal objetivo, chegando a constituírem-se em instituições que subsistem sustentadas graças à subvenção, uma vez que sua atividade, ou não gera valor suficiente para a própria sobrevivência, ou gera bens que não podem ser comparados diretamente a valores econômicos.

E é neste caso que se encontra incluído o sistema penitenciário, uma vez que é uma organização sem fins lucrativos, com uma extensão suficiente para que se possa aplicar o software, com grande variedade de informações, exigindo para seu estudo, uma abordagem complexa, já que se encontram contradições por todo o caminho.

Para que uma instituição dentro de uma sociedade exista, é preciso que a mesma apresente uma função, que produza alguma coisa em relação à sociedade, ainda que esta produção não seja clara, nem formalmente apresentada. Afirmo isto argumentando que se tal função não existisse, a instituição sequer se estabeleceria. No entanto, o fim verdadeiro de uma instituição sem fins lucrativos, ainda que pareça claro à primeira vista, pode não ser exatamente aquilo que parece, estando sua verdadeira produção escondida sob a bruma da ideologia, do preconceito.

Assim, para determinar o papel e, particularmente, para identificar e quantificar

a produção de uma organização sem fins lucrativos, é preciso, com frequência, utilizar análises e inferências que não podem ser classificadas como triviais.

É exatamente este o caso da produção de um sistema penitenciário, assunto do qual se ocupa a próxima seção.

3.2 - A produção de um sistema penitenciário

O funcionamento de uma sociedade se baseia em um conjunto de regras que prescrevem ao indivíduo qual deve ser seu comportamento para viver legalmente dentro daquela sociedade, isto é, para que ele seja aceito e considerado um cidadão. Quem se arrisca - por necessidade, impulso ou falta de escolhas - a não seguir as regras estabelecidas pelo código, mesmo que o erro cometido tenha sido perpetrado por desconhecimento da lei, é um transgressor e se configura como um criminoso, passível de punição prevista.

Em particular, nossa sociedade não foge à regra - se alguém incorre num erro previsto no Código Penal, o sistema que vigia e pune entra em ação. Se for caso de condenação, o agora já criminoso passa aos cuidados do sistema penitenciário, que tem a função de executar a lei com a supressão da liberdade do criminoso por tempo determinado pelos tribunais. Só após a completa expiação da pena o presidiário poderá novamente usufruir do direito de ser um cidadão livre, dentro dos parâmetros de nossa sociedade.

A lei se pronuncia afirmando que uma das finalidades da punição é a de que o indivíduo, após a devida expiação de sua pena, seja reintegrado à sociedade. Para efetivar tal integração pode e deve se valer da "... oferta de meios pelos quais os apenados e os submetidos às medidas de segurança venham a ter participação construtiva na comunhão social" (BRASIL: 1999, p. 3). No primeiro artigo da Lei das Execuções Penais, LEP, prescreve que a "... execução penal tem por objetivo efetivar as disposições ou decisão criminal e proporcionar condições para a harmônica integração social do condenado e do internado" (BRASIL: 1999, p. 27).

Por harmônica integração compreende-se também que tanto a sociedade como o próprio condenado podem ter então uma convivência, expiada a pena, que seja proveitosa para ambos os lados. A sociedade contará com um infrator a menos e o indivíduo poderá voltar a usufruir dos direitos e das regalias por ter sua liberdade legalmente devolvida, podendo assim estar novamente integrado à sociedade.

Assim, é ao sistema penitenciário que cabe recuperar o indivíduo para que ele

volte à situação de integração com a sociedade, o que deve ser conseguido através da internação do criminoso nas casas de recuperação componentes do sistema.

Em princípio, o sistema penitenciário tem duas funções claras: executar as penas da lei e readequar o indivíduo à sociedade. Estes são os aspectos produtivos oficiais do sistema penitenciário.

Todos os órgãos do governo tem um preço para o funcionamento e o relativo ao sistema penitenciário é altamente oneroso ao estado. No Brasil se situa em torno dos 700 milhões de reais por ano (LEMGRUBER: 2001f), na data.

Somente sociedades muito ricas, como a americana por exemplo, podem dispensar o quanto for necessário ao sistema penitenciário para que ele funcione a contento, sem que isto venha a diminuir investimentos necessários em outras áreas.

Seja qual for o preço e ainda que não o façam sem relutância, todas as sociedades pagam para fazer funcionar o sistema penitenciário.

Dadas as consideráveis somas despendidas pelo estado com as prisões e a clareza oficial de sua produção - execução das penas e readequação dos criminosos à sociedade - é de se pensar que este sistema alcance seu principal objetivo, claramente exposto no Art. 1º da LEP, que é o de aplicar as sentenças previstas na lei, de maneira a reintegrar o indivíduo à sociedade, proporcionando condições para que a reintegração se dê de maneira harmônica (cf. BRASIL: 1999, p. 27).

Apesar da intenção estar prescrita na lei, tal fato não acontece - o sistema penitenciário não consegue devolver os apenados, após cumprida a pena, à convivência harmônica da sociedade - pelo menos num volume que justifique a quantidade de esforços e o dinheiro despendido nele, nem tampouco tem sido capaz de diminuir a violência e a criminalidade de nossa sociedade.

Dois aspectos sustentam esta afirmação - as altas taxas de reincidência e o aumento na taxa de aprisionamento. Explico abaixo, em que consiste cada um destes aspectos:

- a) as taxas de reincidência, apesar da falta de exatidão dos números, sempre se apresentam sob números preocupantes. Segundo Julita Lemgruber, esta taxa varia entre 36 a 50%, mas já Airton Michels, num entrevista ao Correio do Povo de 03 de março de 2002, informa que o índice de reincidência fica em torno dos 60%). O que significa que, após

cumprida a pena e tendo retornado à sociedade, o ex-apenado, tendo já remido sua pena, recai na delinquência e é condenado mais uma vez, ou pelo mesmo crime cometido anteriormente condenado (reincidência criminal) ou por um novo crime cometido (reincidência penal);

b) o aumento da taxa de aprisionamento não diminuem a criminalidade. Isto é, a ameaça de prisão não se constitui em fator coibitivo na perpetração de um crime. Sabe-se, por estatísticas, que à rigidez nas leis e nas regras de aprisionamento não se relaciona com uma diminuição de crimes perpetrados. Veja-se que um “aumento de 25% na taxa de encarceramento reduz em apenas 1% a taxa de criminalidade (LEMGRUBER: 2001e). As prisões não diminuem “a taxa de criminalidade: pode-se aumentá-las, multiplicá-las ou transformá-las, a quantidade de crimes e de criminosos permanece estável, ou, ainda pior, aumenta” (FOUCAULT: 1997, p. 221). Nem mesmo a pena de morte tem sido capaz de diminuir o número de homicídios. Estatísticas realizadas na Inglaterra, por Tarling, mostraram que um aumento de 25% na taxa de encarceramento diminui em 1% a taxa de criminalidade (LEMGRUBER: 2001e).

Coloco três questões:

- a) Então, por que é que a sociedade mantém seus sistemas prisionais funcionando, se a devolução dos apenados à sociedade para uma convivência harmônica, de um modo geral, não acontece?
- b) Por que o sistema penitenciário - aparentemente, produzindo tão pouco e gastando tanto - ainda é mantido pelo estado?
- c) Por que a sociedade, ainda que reclamando dos custos e da boa vida que os presos levam na cadeia - já que eles têm casa e comida - assim mesmo pede que se aumente o número de unidades penitenciárias e que as penas aplicadas sejam mais rígidas?

Para responder a estas perguntas, é preciso antes abordar uma outra questão - o que vem a ser a produção de um sistema penitenciário?

Responder a questão recém formulada, demanda uma discussão prévia.

A fim de possibilitar esta discussão, analisaremos a produção do sistema

penitenciário sob dois aspectos: o qualitativo e o quantitativo.

A próxima seção se ocupa em argumentar qual é o aspecto qualitativo desta produção e quais as conseqüências desta premissa. Já o aspecto quantitativo é no que se concentra o próximo capítulo.

3.3 - O aspecto qualitativo da produção de um presídio

Já apontamos antes que o custo de funcionamento dos presídios é altíssimo, tanto no Brasil quanto no resto do mundo. Olhando de uma forma mais ampla, ele é muito maior do que possa parecer, uma vez que compreende não só o custo de manutenção dos presídios, que significa gasto como “vencimentos/encargos, alimentação, combustíveis, conservação de veículos, material cirúrgico e médico, remuneração do trabalho prisional, água e esgoto, comunicações, processamento de dados, outros materiais e serviços” (COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS - ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA / RS: 1995, p. 74), como ainda tem o acréscimo de todo o sistema que legisla, vigia, prende e aprisiona.

No entanto, se considerássemos com esta abrangência os gastos com o sistema penitenciário, o custo do sistema se elevaria a tais proporções, que qualquer possibilidade de reação administrativa e organizacional munida da intenção de humanizar o sistema dentro das possibilidades de recursos atuais, seria esmigalhada.

Assim, para que possamos trabalhar e ter uma perspectiva, é melhor que consideremos o custo do sistema como somente aquele que compreende diretamente a manutenção dos presídios.

Houve época em que o punir era feito em praça pública mas, já vimos no Capítulo 2, a partir do estabelecimento do sistema penitenciário como o conhecemos, a punição passa a ser feita de forma escondida, atrás dos muros.

Com o advento dos presídios, o condenado é retirado do convívio social e é posto atrás das grades, sofrendo o tanto quanto tenha imposto de sofrimento à sociedade, pagando não com o bíblico olho por olho, quando decepavam as mãos dos ladrões, mas com uma medida considerada equivalente, universal e democrática (serve para todos) e mensurável (calcula-se pela quantidade) - o tempo de prisão.

No entanto, por que razão a sociedade teria motivos de aplicar, às escondidas, a punição que ela mesma engendra e de forma legal?

A verdade é que a sociedade pune, mas não sente orgulho em punir, pois é “indecoroso ser passível de punição, mas pouco glorioso punir” (FOUCAULT: 1987, p. 13).

A produção dos presídios extrapole o objetivo da LEP que é a devolução de indivíduos para a convivência harmônica na sociedade. Há um outro fator, ou vários, que são, simultaneamente, tão importantes quanto motivo de vergonha, já que a sociedade suporta pagar o altíssimo custo e o desagrado de manter parte de sua sociedade ocupada em encarcerar os criminosos, ao mesmo tempo que procura mantê-los o mais longe possível da convivência com o resto da sociedade, ainda que, no discurso, deseje a reintegração dos condenados.

No entanto estes motivos não são claramente explicitados, nem escritos na lei. Se eles existem e sabemos deles é porque a sociedade consegue fazer inferências a respeito de seu próprio comportamento.

Explicitando ou não o objetivo do sistema penitenciário, a sociedade quer que os presídios existam e clama sempre pela construção de mais outros. Clama também pelo endurecimento das leis, uma vez que a criminalidade é um incômodo.

No entanto, mesmo com a necessidade e desejo, a sociedade não quer os presídios por perto. Quer que sejam construídos, mas que fiquem o mais longe possível.

Comprova este fato o deslocamento dos presídios, que se à época da construção ficavam nos arredores das cidades, com o crescimento urbano, passaram a fazer parte da cidade, ensejando assim um movimento social reivindicando a construção de novos presídios em substituição a estes, porém agora fora dos limites urbanos, longe dos olhos da cidade. São conhecidos os exemplos de presídios em ilhas ou em meio a desertos, nos quais a própria condição geográfica já serve de isolamento da sociedade.

De um modo geral, quando acontece algum fato que chama a atenção do público - como a descoberta de grandes golpes ao patrimônio público (como o desvio de dinheiro comandado pelo Juiz Nicolau na construção do Tribunal de Justiça de São Paulo, 2000)³, assassinatos covardes e brutais (Daniela Perez, 1992; Tim Lopes, 2002) - a sociedade se sente estimulada a clamar por mais presídios e também por leis mais duras, que tenham a capacidade conjunta de manter mais condenados o mais tempo longe da sociedade.

³ Estes exemplos são identificados no momento da redação do trabalho. Passado o tempo, mudam os nomes dos criminosos e crimes semelhantes ou piores continuam a ser perpetrados. Daí que eu tenha deixado os exemplos do momento, para serem lidos como variáveis.

Se, por um lado, o sistema penitenciário não cumpre seu objetivo explícito, por outro lado cumpre muito bem com um dos seus sombrios objetivos - definir o que é a ilegalidade, a delinquência, pois:

Se tal é a situação a prisão, ao aparentemente 'fracassar', não erra seu objetivo; ao contrário, ela o atinge na medida em que suscita no meio das outras (classes sociais) uma forma particular de ilegalidade, que ela permite separar, pôr em plena luz e organizar como um meio relativamente fechado mas penetrável. Ela contribui para estabelecer uma ilegalidade, visível, marcada, irredutível a um certo nível e secretamente útil - rebelde e dócil ao mesmo tempo; ela desenha, isola e sublinha uma forma de ilegalidade que parece resumir simbolicamente todas as outras, mas que permite deixar na sombra as que se quer ver ou se deve tolerar (FOUCAULT: 1987, p. 230).

A sociedade necessita da existência dos presídios para poder manter plenamente o seu andamento como o compreende, para poder exorcizar seus males, para poder colocar parte de suas próprias contradições em cima de um grupo de pessoas e para poder criar crimes, criminosos e delinquentes que assumam seus erros e contradições, perpetuando a idéia de que se não fosse a ação de alguns indivíduos faltosos, a sociedade funcionaria justa e de forma equânime.

Além disto, as atitudes que poderão levar o sujeito ator das mesmas à prisão fazem parte da ilegalidade, daquilo que deve ser condenado.

Desta forma, um dos aspectos que o sistema penitenciário produz é mais uma divisão na sociedade, colocando de um lado aqueles que estão dentro da lei e do outro os infratores.

As prisões também produzem uma miríade de coisas. Minhoto recolhe um trecho das Teorias da Mais Valia, de Karl Marx, no qual aponta o que pensa ser a produção do sistema penitenciário:

Um filósofo produz idéias, um poeta poemas, um pastor sermões, um professor tratados, etc. Um criminoso produz crimes. se considerarmos de perto a ligação desse último ramo da produção com o conjunto da sociedade, nos afastaremos de muitos preconceitos. O criminoso não produz só crimes, ele produz também o Direito Penal e, em consequência, também o professor que produz cursos de Direito Penal e, além disso, o inevitável tratado no qual este mesmo professor lança no mercado geral suas aulas como 'mercadorias'. Isso implica o aumento da riqueza nacional, sem contar o gozo privado que o manuscrito do tratado proporciona ao seu autor (...) O criminoso produz, além disso, toda a polícia e toda a justiça penal, os beaguins, juízes, carrascos, jurados, etc.; e cada uma destas categorias profissionais, que constituem outras tantas categorias da divisão social do trabalho, desenvolve diferentes faculdades do espírito dos

homens, criando novas necessidades e novas maneiras de satisfazê-las. A tortura, por si só, suscitou invenções mecânicas das mais engenhosas e ocupou uma massa de artesãos honrados na produção de seus instrumentos (...) Pode-se provar, até no pormenor, a influência que exerce o criminoso sobre o desenvolvimento das forças produtivas. As fechaduras teriam algum atingido sua atual perfeição se não houvesse ladrões? O acabamento de impressão de notas teria atingido se não houvesse falsários? O microscópio teria penetrado na prática corrente do comércio se não houvesse fraudes comerciais? (...) O crime, pelos meios sempre renovados de ataque à propriedade, dá origem a métodos sempre renovados de defendê-la e, de imediato, sua influência na produção de máquinas é tão produtiva quanto as greves. (MINHOTO: 2000, p. 159)

Apesar dos aspectos qualitativos existirem e proporcionarem vasto material para discussão e análise, este trabalho se ocupa basicamente do aspecto quantitativo da produção de um sistema penitenciário.

No próximo capítulo a Análise por Envolvimento de Dados, DEA, é apresentada, junto com as razões para a escolha da mesma neste trabalho. Só então, no capítulo subsequente, o aspecto quantitativo da produção de um presídio será analisado.

Capítulo 4

Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade. (FOUCAULT: 1979, p. 131)

DEA: INSTRUMENTO DE MENSURAÇÃO

4.1 - Ferramenta para a mensuração da produtividade

O instrumento denominado Análise por Envelopamento de Dados, DEA, foi criado por NORMAN e STOKER como instrumento de avaliação de uma organização, medindo seus desempenhos e comparando-os. É particularmente direcionado à avaliação de uma instituição sem fins lucrativos. No entanto, no livro fundamental dos autores sobre o assunto, numa aparente contradição mas com o intuito de esclarecer os detalhes do dispositivo, a linha de raciocínio se dá sobre uma rede de lojas inglesas, apresentando e discutindo, ao final da obra, uma série de aplicações em várias situações sendo que a maioria delas então se enquadra no grupo das organizações sem fins lucrativos.

A DEA se adapta muito bem à avaliação de uma organização sem fins lucrativos: se baseia em fatos efetivamente medidos, organiza fronteiras de eficiência a partir disto e não se utiliza de pontos teoricamente projetados. Valores e preços são atribuídos somente depois de um intenso estudo da situação em foco. Um dos predicados mais importantes da DEA é a sua característica de só lidar com valores realmente mensurados, isto é, que foram medidos de fato em algum momento. Assim, seus resultados são apresentados dentro de um quadro real, projetando metas com valores atingíveis, uma vez que aqueles ali apresentados foram, de fato, alcançados por algum elemento da rede que compõe a organização.

Após a aplicação, o resultado obtido é uma superfície fechada com n faces planas - um poliedro não regular com n faces. Cada uma destas n faces representa um ótimo aproveitamento, sob uma certa dimensão.

Como cada uma das faces foi construída a partir de dados realmente medidos há, portanto, pelo menos uma unidade do conjunto naquela superfície, que é eficiente sob aquele aspecto e referência para as outras que se encontram no interior do sólido.

Aquelas que se encontram na parte interior do sólido são chamadas de ineficientes. Agindo desta forma, a DEA distribui neste espaço toda a quantidade de unidades estudadas, classificando-as em relação às superfícies.

Como as unidades que se encontram sobre as superfícies do sólido são eficientes, nos termos em que a produtividade foi proposta para a mensuração, não podem ser mais eficientes do que são, isto é, já estão apresentando um desempenho máximo. Por esta mesma razão, não encontramos unidades da organização fora do poliedro⁴.

As unidades que não se encontram sobre a superfície são denominadas de ineficientes. É possível calcular o quanto de ineficientes elas são naquele momento, isto é, o quanto falta para atingirem um desempenho do mesmo grau de produtividade do que aquelas unidades que se encontram sobre a superfície que lhes é de referência.

Cada uma das unidades produtivas pertencentes ao sistema produtivo em estudo, é chamada de DMU, Decision Making Unit, e é sobre elas que as avaliações são realizadas e propostas as modificações para o seu gerenciamento, a partir dos resultados da aplicação da ferramenta DEA, serão propostos, sendo que todas as medidas foram tomadas em cima de seus desempenhos. Daí a razão do nome, algo como “unidades processadoras de decisão”.

A seguir, apresento um exemplo bidimensional, que ilustra a condição de fronteira de eficiência.

Seja A um sistema com 5 unidades produtivas, {DMU1, DMU2, DMU3, DM4, DMU5} e sejam os valores na tabela da página 48 os valores para insumo e produto de cada uma delas. A terceira coluna apresenta a produtividade de cada unidade, a razão entre produto e insumo. Mais abaixo, está colocado o gráfico no qual estão plotados estes pontos.

A DMUs 1 e 5 são as unidades que determinam a fronteira de eficiência do

⁴ Compõe-se em exceção os outliers, representantes tão díspares do grupo que precisam ser tratadas a parte.

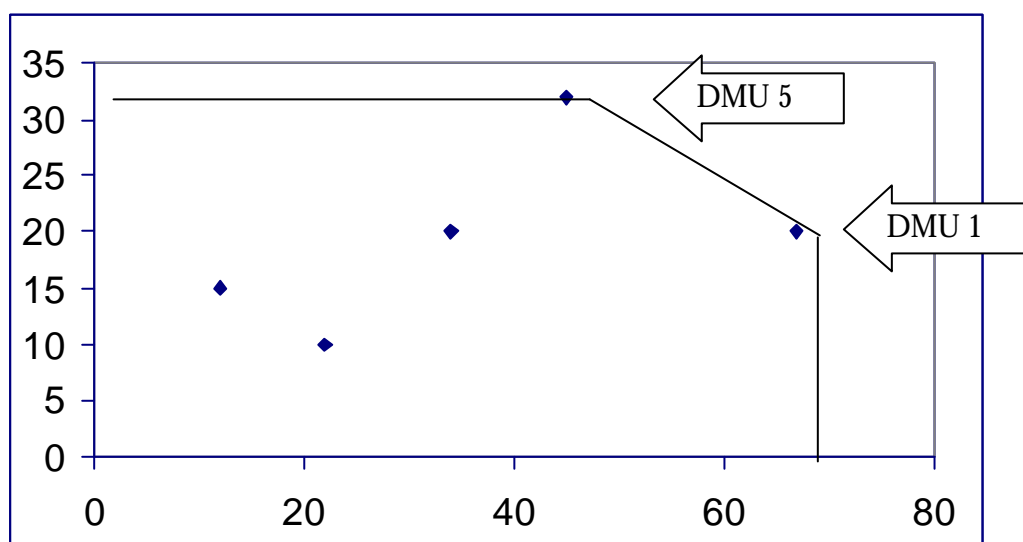
sistema produtivo. O linha poligonal que une os pontos A, B, C e D é a fronteira de eficiência deste sistema produtivo. As unidades (1 e 5) que se encontram sobre ela são eficientes, enquanto as outras (2, 3 e 4) são ineficientes.

A tabela a seguir apresenta os valores do exemplo e, logo em seguida, o gráfico representa a situação delineada no exemplo.

Tabela 5 - Insumo, consumo e produtividade do exemplo

DMU	insumo	produto	produtividade
DMU1	60	20	0,33
DMU2	22	10	0,45
DMU3	40	20	0,50
DMU4	12	15	1,25
DMU5	45	32	0,71

Gráfico 1 - fronteira de eficiência no caso bidimensional



A próxima seção se ocupa da razão da escolha da DEA para levar adiante este trabalho.

4.2 - O porquê da escolha da DEA

A principal escolha de utilização da DEA como instrumento para a avaliação do sistema penitenciário se deve ao fato desta análise ter sido projetada a partir de estudos com organizações sem fins lucrativos e se utiliza apenas de medidas tomadas na prática. Utilizar-se de dados realmente existentes e medidos, é uma característica de considerável importância, uma vez que não permite que o pesquisador faça inferências impossíveis e irreais, possibilitando a aplicação dos resultados numa prática não muito distante, senão imediata.

Para que a DEA possa ser utilizada é preciso que o sistema em estudo seja um sistema composto por uma certa quantidade mínima (é recomendável que seja maior do que vinte) de unidades produtivas homogêneas, não tendo também um número exagerado de variáveis a serem mensuradas. Esta última condição tem a intenção de evitar estudos com um número muito grande de variáveis, o que, de um modo geral, ocasiona a eficiência de muitas unidades, encobrendo assim, mais uma vez, os problemas de gerenciamento.

O sistema penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul preenche as condições para a aplicação da DEA - sistema produtivo, com unidades homogêneas.

A produtividade das unidades produtivas é calculada com uma ampliação da fórmula apresentada à página 69. Na fórmula a seguir, uma generalização em relação à anterior, o denominador é composto pelo agregado de produtos, enquanto o denominador é composto pelo agregado de insumos.

fórmula 4 - produtividade - eficiência

$$P = \frac{\sum \text{produtos}}{\sum \text{insumos}}$$

Observando a fórmula, uma razão entre duas quantidades, é possível inferir que há duas formas de aumentar a produtividade de uma unidade produtiva:

- aumentando a produção, mantida a quantidade de insumos;
- diminuindo a quantidade de insumos, mantida a quantidade de produtos.

Os modelos DEA se ajustam a ambas situações.

No caso do sistema penitenciário, dado que a quantidade de insumos fornecida

pelo estado é fixa, é adequado usar o sistema com a quantidade de insumos fixa, variando a produtividade produzindo mais a partir daqueles insumos.

Neste trabalho, a Análise por Envelopamento de Dados é aplicada com a utilização do procedimento formulado por NORMAN & STOKER (1991), utilizando também a adequação do método apresentada por BELLONI (2000).

Aponto a seguir os elementos que compõem este universo:

O modelo escolhido é o que mantém o consumo agregado e busca maximizar a produção (cf BELLONI: 2000, p. 61), uma vez que os insumos são mantidos constantes e o que se deseja é aumentar a produção. Isto é, o orçamento para o sistema penitenciário é fixado externamente e não há possibilidade de que o estado venha a muda-lo em curto prazo. Daí que todas as modificações devem ser feitas considerando um aumento apenas na produção.

Este estudo fornecerá uma medida de eficiência de cada unidade penitenciária que é definida “...pela sua posição em relação à fronteira de melhor performance estabelecida matematicamente pela razão entre a soma ponderada dos outputs pela soma ponderada dos inputs” (NORMAN & STOKER: 1991, p. 16). Esta medida não significa que a unidade não pode melhorar seu desempenho, mas que é a melhor medida tomada naquela unidade.

Para facilitar cálculos e tabelas, denomino, daqui para a frente, as DMUs de UPs, Unidades Penitenciárias.

Assim o sistema produtivo em estudo, o Sistema Penitenciário do Estado do Rio Grande do Sul, conta com 91 unidades penitenciárias (UP), representadas no banco de dados com suas variáveis. Cada UP representa um plano de operação, cuja função de desempenho é dada por:

fórmula 5 - produtividade - eficiência das UPs - fórmula geral

$$P_o = \frac{\sum_{j=1}^M p_j y_{oj}}{\sum_{i=1}^N q_i x_{oi}}$$

Aonde $p = (p_1, p_2, \dots, p_N)$ e $q = (q_1, q_2, \dots, q_M)$ são os vetores de peso, para cada UP.

A determinação dos valores p_j e q_i para cada UP são determinados pela própria aplicação do procedimento, maximizando o valor da produtividade da P_o da fórmula 5, através de um problema de programação matemática, fazendo com que o novo problema agora seja:

fórmula 6 - problema de programação linear

$$E_o = \max \frac{\sum_{j=1}^M p_j y_{oj}}{\sum_{i=1}^N q_i x_{oi}}$$

$$s/a \quad E_k = \frac{\sum_{j=1}^M p_j y_{oj}}{\sum_{i=1}^N q_i x_{oi}} \leq 1, \forall k = 1, 2, \dots, K$$

$$p_i \geq 0, \forall i = 1, 2, \dots, N; \quad q_j \geq 0, \forall j = 1, 2, \dots, M;$$

Assim, o maior valor de E_k acima é 1. As unidades eficientes terão o valor de $E^0 = 1$, ao passo que as ineficientes terão $E^0 < 1$.

4.3 - O banco de dados em estudo: as variáveis

Tive acesso a dois bancos de dados, que serviriam, em princípio, como fonte para a análise feita neste trabalho:

- a) aquele fornecido pelo Centro Integrado de Operações Policiais, CIOSPE, órgão da Secretaria de Segurança do Estado do Rio Grande do Sul;
- b) aquele fornecido pela Susepe.

Ambos são acessíveis a qualquer pessoa que estiver interessada, no entanto o segundo é mais fácil de obter, uma vez que parte das informações encontra no site e o banco inteiro é fornecido, via e-mail com o setor de informática do site da Susepe.

A seguir comento as características principais de cada um deles e as razões da escolha do segundo banco de dados:

O banco de dados fornecido pelo CIOSPE é muito grande, contando com uma matriz, para cada trimestre do ano em estudo (desde 1968 até 1995), com 91 linhas (as 91 UP) por 426 colunas (as informações sobre cada uma das UP), $M_{91 \times 426}$.

No entanto, estas matrizes nem sempre se encontram completas e nem com valores corretamente dimensionados. Assim, foi preciso realizar uma análise exploratória de dados sobre a mesma, para poder oferecê-la em condições de ser utilizada pelo DEA. De um modo geral, sempre se encontra falhas nos bancos de dados. Parte destas falhas são contornáveis no sentido de que o pesquisador pode completar ou aglutinar variáveis de maneira a obter informações mais próximas do que lhe interessa. No entanto, o conjunto de informações providas pelo banco de dados do CIOSPE, apesar de este constituir-se em um banco de dados muito rico em informações, não se ajustou às expectativas quanto às condições das UPs (unidades penitenciárias), uma vez que grande parte das informações se referem à condição social e étnica do apenado antes do momento da prisão.

Além disso, apesar de no elenco de variáveis estarem figurando algumas variáveis de importância em relação a este trabalho, na prática, estas células, ou se encontravam vazias, ou nem figuravam na matriz. Como é o caso das variáveis de nº 359 a 365, que em princípio poderiam trazer muitas informações à análise, mas que na realidade não constavam do elenco.

A tabela a seguir, ainda que seja uma fragmento da tabela, mostra uma parte dos dados que ela contém. São dados voltados basicamente para o aspecto social do condenado e não para a descrição da unidade penitenciário, interesse do trabalho.

Tabela 6 - Fragmento do banco de dados fornecido pelo CIOSPE

#	variável	significado
359	PHOSPITA	presos hospitalizados
360	PCONTAGI	presos portadores de doenças contagiosas
361	PDEFEITO	presos com defeito físico
362	OBITOS	total de óbitos
363	OBITOSPR	óbitos, cf. Procergs
364	OBITONAT	óbitos naturais (doenças)
365	OBITOVIO	óbitos violentos (homicídios)
366	SUICIDIO	Suicídio

O banco de dados fornecido pela Susepe, apesar de ser menor, possui as informações mais adequadas e sincronizadas com o objetivo deste trabalho que é o de obter informações para efetivar a avaliação, disponibilizando assim uma melhoria potencial do gerenciamento dos recursos do sistema penitenciário, de maneira a diminuir a superlotação das unidades penitenciárias.

Apesar de apresentar menos variáveis, estas são mais adequadas à meta deste trabalho. As informações que constam nele se ajustam melhor às expectativas de medidas como, por exemplo, quantidade de presos no momento, capacidade técnica de hospedagem da unidade, quantidade de funcionários e a quantidade de pessoal de segurança. Desta forma, optamos por este.

Mesmo sendo mais adequado, foi preciso pôr em prática alguma reorganização dos dados, o que é um procedimento comum neste tipo de coleta de dados.

Na tabela a seguir, se encontram as variáveis neste banco de dados:

Tabela 7 - Variáveis do banco de dados - 1ª parte

#	Sexo	situação	regime	trabalho
1	MASCULINO	CONDENADOS	FECHADO	S/TR
2	MASCULINO	CONDENADOS	FECHADO	C/TR. EX.
3	MASCULINO	CONDENADOS	FECHADO	C/TR. INT. LIGA
4	MASCULINO	CONDENADOS	FECHADO	PAC
5	MASCULINO	CONDENADOS	SEMI-ABERTO	S/TR
6	MASCULINO	CONDENADOS	SEMI-ABERTO	C/TR. EX.
7	MASCULINO	CONDENADOS	SEMI-ABERTO	C/TR. INT. LIGA
8	MASCULINO	CONDENADOS	SEMI-ABERTO	PAC
9	MASCULINO	CONDENADOS	ABERTO	S/TR
10	MASCULINO	CONDENADOS	ABERTO	C/TR. EX.
11	MASCULINO	CONDENADOS	ABERTO	C/TR. INT. LIGA
12	MASCULINO	CONDENADOS	ABERTO	PAC
13	MASCULINO	PROVISÓRIOS	ABERTO	
14	FEMININO	CONDENADAS	FECHADO	S/TR
15	FEMININO	CONDENADAS	FECHADO	C/TR. EX.
16	FEMININO	CONDENADAS	FECHADO	C/TR. INT. LIGA
17	FEMININO	CONDENADAS	FECHADO	PAC
18	FEMININO	CONDENADAS	SEMI-ABERTO	S/TR
19	FEMININO	CONDENADAS	SEMI-ABERTO	C/TR. EX.
20	FEMININO	CONDENADAS	SEMI-ABERTO	C/TR. INT. LIGA
21	FEMININO	CONDENADAS	SEMI-ABERTO	PAC
22	FEMININO	CONDENADAS	ABERTO	S/TR
23	FEMININO	CONDENADAS	ABERTO	C/TR. EX.
24	FEMININO	CONDENADAS	ABERTO	C/TR. INT. LIGA
25	FEMININO	CONDENADAS	ABERTO	PAC
26	FEMININO	PROVISÓRIOS	ABERTO	

É possível então observar que os dados deste banco de dados oferecem informações sobre a quantidade de presos abrigados pela unidade. Ainda há uma série de informações sobre as capacidades da unidade, como capacidade técnica, que compreende a quantidade de pessoas que o projeto indica e os efetivos funcionais, isto é, a quantidade de pessoal ligado à segurança, à administração e ao setor técnico.

Além destas variáveis, ainda cada UP conta com mais algumas informações, que estão presentes na tabela a seguir:

Tabela 8 - Variáveis do banco de dados - 2ª parte

#	variável
27	TOTAL
28	CAP. ENGENHARIA
29	DIFERENÇA
30	EFET. FUNC. SEGURANÇA
31	EFET. FUNC. ADMINISTR.
32	EFET. FUNC. TÉCNICO

Na tabela a seguir, uma explicação breve do que vem a ser cada uma das informações que as variáveis contêm:

Tabela 9 - Significados das variáveis do banco de dados fornecido pelo Susepe

Variável	significado
MASCULINO/FEMININO	Gênero
CONDENADO(A)S	Decisão judicial já acontecida
PROVISÓRIOS	Aguardando decisão judicial
FECHADO	Pena em regime fechado
SEMI-ABERTO	Pena em regime semi-aberto
ABERTO	Pena em regime aberto
S/TR	Sem trabalho
C/TR. EX.	Com trabalho externo
C/TR. INT. LIGA	Com trabalho interno (cozinheiro, faxineiro, etc.)
PAC	Com trabalho interno, integrado com empresas
TOTAL	Simplex cálculo totalizante
CAP.ENGENHARIA	Capacidade que o presídio comporta, conforme foi construído
EFET. FUNC.	Efetivo funcional
SEGURANÇA	Trabalha como guarda, escoltas, trabalha diretamente com o preso
ADMINISTR.	Trabalha no setor administrativo
TÉCNICO	Psicólogos, médicos, psiquiatras, etc.

A importância de cada uma destas variáveis depende do ponto de vista do qual se estuda e se vivencia o problema.

E é disto que a seção seguinte se ocupa.

4.4 - Os pontos de vista

Uma organização conjuga e entrelaça a ação de vários atores sociais. Por exemplo: num hospital o corpo médico, o técnico e a comunidade interagem e atuam; numa universidade, o corpo docente, o discente e também a comunidade atuam mutuamente e, da mesma forma, acontece com a penitenciária. Esta conta com seus atores - condenados, pessoal da segurança, da administração e técnicos - que compõe-se de vários grupos humanos, atuando juntos, com diferentes funções, que dão vida à organização. As expectativas, os desejos e as ações de cada uma destas partes diferem entre si. Assim, os problemas são vistos de ângulos diferentes, isto é, o tamanho e a qualidade de um problema depende do ponto de vista do qual se está observando a situação.

Assim, para analisar uma situação é preciso, antes de tudo, definir de que ponto de vista se observa o problema.

A definição dos pontos de vista compõe a parte central desta seção e é fundamental na continuação deste trabalho.

Antes de propor a observação do problema de diferentes pontos de vista, afirmo que não só a importância de uma variável, quanto sua natureza, isto é, se a variável se constitui em insumo ou em produto, como também a produtividade da UP dependem do ponto de vista do qual se observa o problema.

Muitas vezes a natureza da variável se esconde, não permitindo, de imediato, a classificação da variável.

Há, no entanto, um princípio orientador de que o que é insumo, se for aumentado, terá como consequência a diminuição da produtividade, ao passo que o que é produto, se for aumentado, terá como consequência a diminuição da produtividade. Mas a decisão só deve ser tomada após o estudo e a interpretação do significado daquela variável naquela perspectiva.

A seguir, através de exemplos, apresento o argumento que sustenta esta afirmação:

Por exemplo; o tamanho do déficit de vagas disponíveis talvez não afete muito a produtividade daquela UP do ponto de vista da sociedade, no entanto, é crucial do

ponto de vista dos presidiários.

Outro exemplo: a remissão completa da pena um condenado, quando então lhe é devolvida a liberdade, do ponto de vista do preso representa algo de grande valor, um objetivo a ser atingido, mas do ponto de vista da sociedade, a mesma devolução da liberdade ao preso, representa é um momento de tensão, um fato que a sociedade não computa como algo bom, dado o alto índice de reincidência e a histórica rejeição por parte da sociedade em relação aos ex-presidiários.

Do mesmo modo, a natureza da variável - se a mesma se constitui em insumo ou produto - também depende do ponto de vista. A entrada de um novo presidiário numa UP, por exemplo: do ponto de vista dos presidiários hospedados naquela unidade, o novo apenado só virá aumentar as agruras de todos, pois agrava a superlotação. Portanto, é algo que deve ser evitado, algo que pode ser computado como consumo - um aumento no consumo. Por outro lado, sob o ponto de vista do sistema judiciário e penal, o recém chegado é na verdade alguém que precisará de um advogado que o defenda, que precisará de agentes penitenciários para o vigiarem, precisará de médicos na UP que o atenderão e assim por diante. Deste ponto de vista, a entrada de um novo condenado constitui-se em melhoria.

A fim de obter a diversidade ótica necessária à compreensão do problema, determinei três pontos de vista:

- a) do presidiário;
- b) do sistema penitenciário;
- c) da sociedade.

Estes pontos de vista foram determinados por mim, a partir da observação, do embasamento histórico e do meu posicionamento frente ao problema de que as observações e, principalmente, as avaliações de alguma situação, conflitante ou não, se baseiam nos valores do observador. A razão da escolha destes três itens e o assunto do qual me ocupo nos próximos parágrafos.

O primeiro - o ponto de vista do presidiário com vistas à diminuição da superlotação do sistema penitenciário - segue a idéia de humanização do sistema penitenciário, mas presenciando o problema como quem vivencia diariamente a situação. No estudo introdutório fica claro que a superlotação do sistema penitenciário é um dos principais problemas dentro dos presídios. É devido à superlotação que as

condições de existência dentro dos presídios degradam-se à subumanidade; é à superlotação que mais crimes são cometidos dentro das cadeias (estupros, assassinatos e suicídios); é à superlotação que o trabalho prisional se torna insuficiente para todo o corpo de presidiários; é à superlotação que é devida a grande maioria das rebeliões e é à superlotação que as doenças infecto-contagiosas se proliferam (Aids). Segundo o Human Rights Watch, a “grave superlotação é talvez o mais básico e crônico problema afligindo o sistema penitenciário brasileiro.” (Human Rights Watch: 2001). O que é coerente com o que diz Ailton Michels (superintendente do sistema penitenciário do Rio Grande do Sul, à época), ao apontar a superlotação como sendo a maior problema dos presídios.

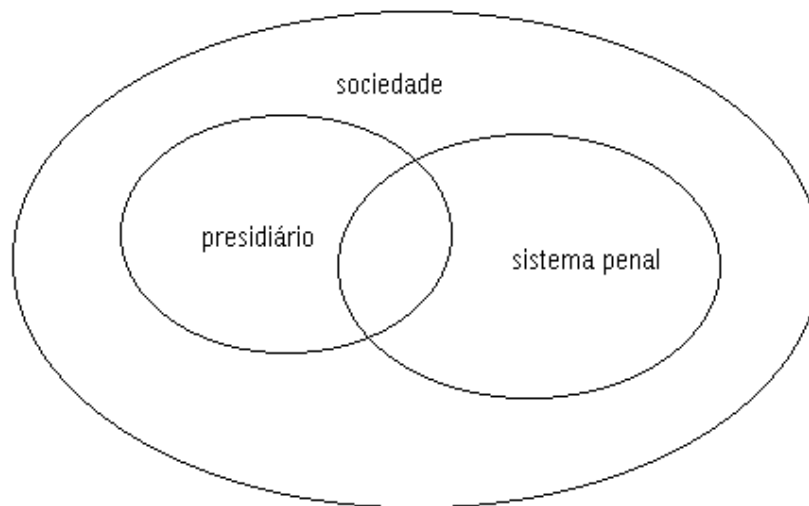
O item b) é o ponto de vista - do sistema penitenciário como estrutura social - é aquele que compreende o complexo de pessoas que trabalham para que o sistema de vigilância e punição funcione. É constituído pelo corpo de legisladores, por toda a justiça penal (advogados, corpo judiciário, juízes, magistrados), toda a polícia, todo o corpo administrativo penitenciário (agentes penitenciários, guardas, administradores penitenciários), todo o corpo assistencial-penitenciário (médicos, dentistas, psicólogos, assistentes sociais) e demais profissionais cuja profissão não teria sentido se não houvesse presídios, muito menos se não houvesse novos presidiários, repondo os já remidos.

O terceiro - o da sociedade - é o mais comum, é o ponto de vista que se ouve falar todos os dias, que se veicula via mídia. Uma das características mais marcantes é o fato de que, quem dele participa, expor clara e abertamente seu desejo de que todos os criminosos (no sentido da lei) - seja um eles contumazes e perigosos delinqüentes, ou pessoas comuns, sem passado algum no crime, que erraram apenas uma vez - devem pagar sua pena em regime fechado. Cobram do estado mais rigidez na aplicação da lei, exigem mais policiamento e mais presídios. Esta postura se manifesta no dito comumente expresso de que “lugar de bandido é na cadeia”. As cadeias devem existir, devem ser maiores, mais seguras e em maior número, mas o mais longe possível do local aonde se mora, pois precisam sumir da vista do cidadão comum.

O fato da quantidade de pontos de vista não ultrapassar três, se refere ao limite imposto pelo trabalho, ao corte da sociedade a ser analisado.

O diagrama da próxima página, numa concepção que se utilizava das inclusões e das interseções, ilustra a ideia de como estes pontos de vista se inter-relacionam:

Figura 3 - A relação dos pontos de vista



O ponto ideal para uma observação e para o recolhimento de dados seria aquele que congregasse todos os pontos de vista. No entanto isto não é possível, dado que a própria complexidade do problema carrega junto uma falta, uma ausência, pois o problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento (confrontar com MORIN: 2002, p. 176). Além disto, na prática, um número grande demais de ponto de vista inviabilizaria qualquer procedimento computacional, tal a dimensão dos cálculos exigidos.

Na seção seguinte, aponto algumas possíveis aplicações dos resultados deste trabalho.

Capítulo 5

Foi então que houve, como sempre nos mecanismos de poder, uma utilização estratégica daquilo que era um inconveniente. A prisão fabrica delinquentes, mas os delinquentes são úteis tanto no domínio econômico como no político. Os delinquentes servem para alguma coisa. (FOUCAULT, 1979, p. 132)

DEFININDO O MODELO A SER APLICADO

5.1 - Algumas características e exigências da DEA

Para que a DEA possa ser aplicada, as UPs devem compor um conjunto homogêneo de unidades. Quando algumas destas unidades são muito díspares em relação ao conjunto inteiro, são classificadas como outliers, recebendo então tratamento diferente, no sentido de que elas não são bons modelos, uma vez que contam com características muito próprias. É o caso de unidades muito grandes ou que, por alguma razão, tenham preferência pela administração central.

Os tipos mais comuns de superfície de envelopamento são determinadas sob a concepção de retornos constantes à escala (CRS - Constant Returns-to-Scale) e aos retornos variáveis à escala (VRS - Variable Return-to-Scale).

As superfícies CRS, superfícies formadas considerando o retorno constante em escala, refletem a suposição de que as reações e conseqüências de todas as atitudes gerenciais repercutem do mesmo modo em todas as unidades, não importando a escala na qual se está estudando o problema.

Quando as diferenças são pequenas, isto se aproxima da verdade, mas quando os tamanhos são muito diferentes, as reações podem ser diferentes. Por exemplo: a logística necessária para servir as refeições num lugar como o Presídio Estadual de Espumoso (4ª DPR), que abriga 44 condenados em regime fechado, é muito diferente daquela exigida para servir as mesmas refeições no Presídio Central de Porto Alegre (PCPA, Casas Especiais), que conta com 2912 apenados.

Já as superfícies VRS são definidas levando em consideração os tamanhos

das unidades do conjunto de referência.

O conjunto das UPs que definem as faces do poliedro é chamado de conjunto referência e é um subconjunto do conjunto de todas as UPs, podendo inclusive ser igual. O conjunto sobre o qual é aplicada a análise é chamado de conjunto análise e compõe-se de todas aquelas variáveis às quais são imputadas uma das instâncias - ser input ou output. Segue que o conjunto análise é um subconjunto do conjunto referência. Todas as variáveis do conjunto referência fazem parte das restrições dos modelos de programação linear aplicados. Nas aplicações feitas neste trabalho, sempre foi considerado o conjunto referência como o conjunto de todas as UPs.

Dada a facilidade de aplicar o software, uma vez determinadas as variáveis e a orientação, é fácil mostrar os resultados em ambos os casos: tanto no de retornos constantes, como no de retornos variáveis à escala.

Analisar o desempenho das unidades produtivas significa verificar a produtividade das unidades, significa determinar a eficiência de cada unidade em transformar os insumos em produtos.

Eficiência técnica reflete a capacidade da instituição em atingir o máximo de outputs para um dado conjunto de inputs e eficiência alocativa reflete a capacidade da instituição em utilizar os inputs na proporção ótima e combinação desta duas eficiências é chamada de eficiência total (cf. ARAÚJO: 2000, p. 21).

Este trabalho se atém à eficiência técnica, uma vez que o conjunto de inputs, de um modo geral, não pode ser modificado.

A eficiência técnica varia entre 0 e 1, sendo que o grau 1 representa aquelas UPs eficientes.

A próxima seção se ocupa em apresentar uma sequência de operações a serem executadas para que se obtenha, no fim do algoritmo, um modelo funcional de avaliação.

5.2 - Desenhando um modelo funcional de avaliação

Para cada ponto de vista é seguida uma seqüência de operações sobre o banco de dados, de modo a obter, após a realização de todas elas, um modelo funcional, isto é, uma função de avaliação.

Com esta função em mãos - isto é, com uma expressão matemática - algebricamente definida, o software IDEAS pode ser aplicado, exibindo como resultado um ranking de unidades, apontando as eficientes e o quanto falta para que as ineficientes atinjam um estado de eficiência.

Abaixo estão colocadas em ordem a seqüência de operações realizada sobre o banco de dados, em cada ponto de vista, de maneira a produzir, ao final delas, a função de avaliação:

1. propor uma medida de eficiência inicial;
2. fazer um ranking das unidades a partir desta medida de eficiência;
3. aplicar a correlação entre os resultados obtidos pela medida de eficiência e todas as outras variáveis;
4. analisar as correlações e verificar a maior. Descartar aquelas variáveis que já se encontram na função e aquelas que não tem importância, de acordo com o discernimento do pesquisador.;
5. acrescentar a variável ao conjunto inputs-outputs, formando uma nova medida de eficiência;
6. volta à correlação;
7. analisar as correlações e verificar qual é a mais importante, selecionando-a em seguida;
8. volta ao passo '5';
9. seguir o processo até chegar a variáveis cujo valor de correlação é muito baixo.

No final destas operações, surgirá a função de avaliação que pode ser utilizada pelo IDEAS, para determinar o ranking procurado.

Antes de obter as funções de avaliação sob os três pontos de vista - presidiário, sistema penal e sociedade - é preciso se ter à disposição o banco de dados

devidamente organizado. E é de que se ocupa a próxima seção.

5.3 - Organizando o banco de dados

Esta seção apresenta a razão de algumas modificações realizadas sobre o banco de dados antes de aplicar no software Ideas, para que se pudesse processar regularmente, sem resultados esdrúxulos, ou fora de qualquer ação. Faz parte também da sensibilidade do pesquisador escolher e determinar quais as modificações que podem ser realizadas sem que haja conseqüências nefastas no resultado e só podem ser feitas se a situação que está sendo alvo de análise, esteja bem estudada. Assim, já o próximo parágrafo apresenta as razões de alguma escolhas.

A forma como se encontram as variáveis no banco de dados fornecido pela Susepe não é a mais adequado à DEA. Antes de realizar qualquer medida, é preciso efetuar algumas composições de variáveis. As variáveis se dividem em masculinas e femininas, no entanto, a quantidade de mulheres presas é muito inferior à quantidade de homens, como mostra a tabela abaixo, não justificando, neste estudo, que estas medidas sejam tomadas em separado.

Tabela 10 - Proporção de homens e de mulheres no Sistema Penitenciário/RS

Lotação	#	%
TOTAL MASCULINO	18505	96,38%
TOTAL FEMININO	696	3,62%
TOTAL GERAL	19201	

Estas informações foram extraídas do banco de dados da Susepe

No banco de dados estão 32 variáveis (ver tabelas às páginas 88 e 89). Agrupando estas variáveis, não mais separando por gênero e com o intuito de obter o máximo de informações sob os pontos de vista, obtemos 17 variáveis, que estão arroladas na próxima tabela, com os significados e as composições de cada uma, em relação a cada UP.

A descrição do significado de cada variável se encontra na tabela seguinte. Procurei também, a título de não provocar confusão, manter o nome da variável com a maior semelhança possível com o seu significado.

Tabela 11 - As variáveis agrupadas e seus significados

#	Variável	Significado
1	HFECH	Total de homens em regime fechado
2	HSEMI	Total de homens em regime semi-aberto
3	HABER	Total de homens em regime aberto
4	HPROV	Total de homens esperando aguardando judicial
5	MFECH	Total de mulheres em regime fechado
6	MSEMI	Total de mulheres em regime semi-aberto
7	MABER	Total de mulheres em regime aberto
8	MPROV	Total de mulheres aguardando decisão judicial
9	TOTAL	Total de presidiários(as)
10	CAPAC	Capacidade de hospedagem
11	SEGUR	Quantidade de pessoal da segurança
12	ADMIN	Quantidade de pessoal administrativo
13	TECNI	Quantidade de pessoal técnico da UP
14	SEMTR	Total de presidiários(as) sem trabalho
15	CTREX	Total de presidiários(as) com trabalho externo
16	CTRIN	Total de presidiários(as) com trabalho interno
17	COPAC	Total de presidiários(as) com trabalho interno, integrado com empresas

Depois de organizar as variáveis, é preciso retirar algumas UPs, de maneira a tornar homogêneo o conjunto em foco, retirando, para este fim: o Instituto Psiquiátrico Forense, o Hospital Vila Nova, o Centro Clínico (1), as DPRs (8), o 4º Regimento P.Buck, o Olaria P. Buck, os anexos (11) e os albergues (27).

Nas tabelas, desta página e da página seguinte, fui obrigado a recorrer a uma convenção que identifica as variáveis com os valores. A tabela completa se encontra nos anexos. Fui obrigado a fazer esta conexão, de fatigante verificação, dado o tamanho das tabelas. Foi preciso fazer inserir uma codificação, um sistema de conexão entre a variável, seu nome completo e seus valores, para que as tabelas tivessem um mínimo de inteligibilidade, ainda que trabalhosa.

Tabela 12 - Identificação das variáveis

Identificação	Variável
v 1	TOTAL
v 2	CAPAC
v 3	SEGUR
v 4	ADMIN
v 5	TECNI
v 6	HFECH
v 7	HSEMI
v 8	HABER
v 9	HPROV
V 10	MFECH
V 11	MSEMI
V 12	MABER
V 13	MPROV
V 14	SEMTR
V 15	CTREX
V 16	CTRIN
V 17	COPAC

Nesta página se encontra a tabela que identifica as unidades prisionais com um índice, enquanto nas duas páginas seguintes se encontram as tabelas codificadas.

Tabela 13 - Identificação das UPs

#	Identificação	#	Identificação	#	identificação
UP1	AGUDO	UP31	JAGUARI	UP63	SANTIAGO
UP2	ALEGRETE	UP32	J. de CASTILHOS	UP64	SANTO ÂNGELO
UP3	ARROIO DO MEIO	UP33	LAGEADO	UP65	SANTO CRISTO
UP4	BAGÉ	UP34	LAGOA VERMELHA	UP66	SÃO BORJA
UP5	B. GONÇALVES	UP35	LAVRAS DO SUL	UP67	SÃO F. DE ASSIS
UP6	C. DO SUL	UP36	MIGUEL DARIO	UP68	S. FRANC. PAULA
UP7	CACEQUI	UP37	M. URUGUAIA.	UP69	SÃO GABRIEL
UP8	CACH. DO SUL	UP38	MOD. CHARQ.	UP70	SÃO JERÔNIMO
UP9	CAMAQUA	UP39	MOD. JUÍ	UP71	SÃO LEOPOLDO
UP10	CANDELÁRIA	UP40	MOD. MONTENEGRO	UP72	S. LUIZ GONZAGA
UP11	CANELA	UP41	MOD. OSÓRIO	UP73	SÃO SEPÉ
UP12	CANGUÇU	UP42	MONTENEGRO	UP74	S. VICENTE D SUL
UP13	CARAZINHO	UP43	NOVA PRATA	UP75	SARANDI
UP14	CAXIAS DO SUL	UP44	NOVO HAMBURGO	UP76	SOBRADINHO
UP15	CERRO LARGO	UP46	OSÓRIO	UP77	SOLEDADE
UP16	CPA	UP47	PALM DAS MISSÕES	UP78	S. V. DO PALMAR
UP17	CRUZ ALTA	UP48	PASC	UP79	S. CRUZ DO SUL
UP18	DOM PEDRITO	UP49	PASSO FUNDO	UP80	TAQUARA
UP19	ENCANTADO	UP50	PCPA	UP81	TORRES
UP20	ENCR. DO SUL	UP51	PEC	UP82	TRÊS PASSOS
UP21	ERECHIM	UP52	PEJ	UP83	VACARIA
UP22	ESPUMOSO	UP53	PELOTAS		
UP23	FRED. WESTPH.	UP54	PENIT. FEMININO		
UP24	GETÚLIO VARGAS	UP55	QUARAÍ		
UP25	GUAPORÉ	UP56	RIO GRANDE		
UP26	IPEP	UP57	RIO PARDO		
UP27	IPM	UP58	ROSÁRIO DO SUL		
UP28	IRAÍ	UP60	SANT. LIVRAMENTO		
UP29	ITAQUI	UP61	SANTA MARIA		
UP30	JAGUARÃO	UP62	SANTA ROSA		

Tabela 14 - Variáveis agrupadas - parte 1

	V 1	V 2	V 3	V 4	V 5	V 6	V 7	V 8	V 9	V 10	V 11	V 12	V 13	V 14	V 15	V 16	V 17
UP 1	52	40	11	2	0	16	17	3	15	0	0	1	0	16	8	11	2
UP 2	91	59	16	4	0	15	17	2	56	0	1	0	0	18	2	15	0
UP 3	30	28	0	0	0	12	7	2	9	0	0	0	0	12	4	5	0
UP 4	209	260	33	10	4	110	38	5	51	2	1	0	2	74	4	70	8
UP 5	185	96	13	2	2	71	46	26	37	1	0	2	2	86	42	12	6
UP 6	55	38	11	3	0	11	10	11	23	0	0	0	0	15	3	10	4
UP 7	31	36	10	2	0	13	5	4	6	3	0	0	0	11	2	12	0
UP 8	88	68	15	4	1	42	7	3	28	2	2	0	4	33	2	21	0
UP 9	86	94	9	5	1	54	0	0	28	1	1	1	0	22	6	23	6
UP 10	30	35	0	0	0	14	8	0	8	0	0	0	0	5	0	17	0
UP 11	83	60	9	2	0	25	32	4	22	0	0	0		26	25	10	0
UP 12	45	24	9	2	0	15	11	5	14	0	0	0	0	6	6	19	0
UP 13	163	80	12	2	0	46	32	12	62	3	0	0	8	46	22	25	0
UP 14	528	298	29	11	4	275	49	0	202	0	0	0	2	197	0	105	22
UP 15	61	48	9	2	0	17	20	5	19	0	0	0	0	14	13	15	0
UP 16	352	244	29	10	3	0	352	0	0	0	0	0	0	121	0	231	0
UP 17	230	140	14	2	1	53	68	44	54	1	4	3	3	57	61	53	2
UP 18	81	143	18	3	1	42	15	1	23	0	0	0	0	30	0	28	0
UP 19	43	36	0	0	0	18	13	2	10	0	0	0	0	9	3	16	5
UP 20	46	38	0	0	0	14	16	3	13	0	0	0	0	14	3	16	0
UP 21	223	133	14	3	2	66	54	15	82	2	0	0	4	40	26	16	55
UP 22	44	54	9	1	0	13	20	3	8	0	0	0	0	9	7	20	0
UP 23	94	84	15	2	0	39	21	7	23	0	1	0	3	22	10	36	0
UP 24	83	56	8	2	0	27	26	15	15	0	0	0		22	12	30	4
UP 25	64	48	8	2	0	30	11	5	18	0	0	0	0	17	10	13	6
UP 26	249	208	22	16	5	0	191	58		0	0	0	0	23	12	151	63
UP 27	249	172	21	9	5	0	246	3	0	0	0	0	0	0	8	241	0
UP 28	70	68	8	2	0	30	23	3	12	0	0	0	2	24	4	24	4
UP 29	38	34	9	1	0	24	7	2	5	0	0	0		24	0	9	0
UP 30	56	38	10	3	0	21	11	5	19	0	0	0	0	9	8	10	10
UP 31	38	66	10	3	0	12	10	11	2	1	0	1	1	11	3	13	8
UP 32	97	80	9	2	0	39	29	7	17	2	2	0	1	35	25	19	0
UP 33	200	122	0	0	1	90	31	1	78	0	0	0	0	92	0	30	0
UP 34	104	70	10	2	1	51	24	10	16	0	0	0	3	29	17	36	3
UP 35	25	28	9	2	0	10	12	1	1	1	0	0	0	10	2	12	0
UP 36	307	244	8	13	4	0	220	87	0	0	0	0	0	0	79	102	126
UP 37	382	360	55	5	5	223	37	3	105	5	1	0	8	141	0	128	0
UP 38	485	476	77	13	16	485	0	0		0	0	0	0	315	0	91	79
UP 39	337	360	74	6	4	214	68	0	50	3	1	0	1	210	0	76	0
UP 40	583	476	30	8	8	582	1	0	0	0	0	0	0	352	0	176	55

Tabela 15 - Variáveis agrupadas - parte 2

	V1	V2	V3	V4	V5	V6	V7	V8	V9	V10	V11	V12	V13	V14	V15	V16	V17
UP 41	519	476	0	0	0	519	0	0	0	0	0	0	0	419	0	90	10
UP 42	39	30	0	0	0	0	28	11	0	0	0	0	0	10	22	7	0
UP 43	101	58	10	2	0	34	20	9	30	4	1	0	3	29	13	13	13
UP 44	77	99	14	3	0	66	11	0	0	0	0	0	0	56	0	20	1
UP 45	86	70	8	3	1	0	77	9	0	0	0	0	0	51	21	12	2
UP 46	61	48	8	3	0	29	7	1	24	0	0	0	0	29	0	8	0
UP 47	286	288	54	13	4	286	0	0	0	0	0	0	0	103	0	183	0
UP 48	360	146	18	5	2	139	49	8	131	9	3	2	19	122	1	62	25
UP 49	2912	900	1	5	37	2878	0	0	34	0	0	0		2401	0	468	9
UP 50	385	336	26	15	8	383	1	1	0	0	0	0	0	267	0	117	1
UP 51	1571	1412	0	8	11	1537	34	0	0	0	0	0	0	1000	0	557	14
UP 52	411	215	40	11	4	124	59	17	187	8	3	4	9	98	32	85	0
UP 53	302	235	12	22	3	0	0	0	0	97	19	0	186	43	0	49	24
UP 54	25	20	10	2	0	6	2	0	17	0	0	0	0	4	0	4	0
UP 55	462	352	34	13	6	190	70	10	164	12	5	1	10	286	2	0	0
UP 56	44	16	0	0	0	10	15	5	14	0	0	0		3	21	6	0
UP 57	34	28	14	2	1	21	0	0	8	1	0	0	4	6	0	16	0
UP 58	103	132	17	4	1	56	0	0	45	0	2	0	0	58	0	0	0
UP 59	388	184	44	7	5	146	55	18	145	11	4	4	5	158	4	55	21
UP 60	197	110	16	6	1	61	69	18	41	4	1	0	3	25	40	20	68
UP 61	62	48	17	6	1	17	1	0	39	1	0	1	3	3	0	16	1
UP 62	132	146	15	5	0	37	14	5	71	0	1	0	4	36	0	21	0
UP 63	33	30	9	2	0	9	14	1	8	1	0	0		17	0	8	0
UP 64	77	70	17	3	0	18	21	2	33	3	0	0	0	16	0	25	3
UP 65	48	54	11	3	0	18	18	2	10	0	0	0	0	5	8	25	0
UP 66	39	40	8	2	0	20	10	1	8	0	0	0	0	10	1	10	10
UP 67	90	142	18	8	1	42	13	4	25	3	0	0	3	20	0	37	5
UP 68	40	50	0	0	0	21	8	8	3	0	0	0	0	5	4	26	2
UP 69	139	120	10	2	0	0	97	42	0	0	0	0	0	16	114	3	6
UP 70	155	138	20	3	1	60	50	6	34	2	0	1	2	45	35	39	0
UP 71	63	58	9	3	0	21	20	7	15	0	0	0	0	12	11	19	6
UP 72	29	22	8	2	0	9	5	6	9	0	0	0	0	6	5	9	0
UP 73	91	69	14	2	0	38	11	6	36	0	0	0	0	33	0	22	0
UP 74	100	50	0	0	0	48	17	0	35	0	0	0	0	40	0	25	0
UP 75	149	92	8	4	1	48	58	13	30	0	0	0	0	62	23	28	6
UP 76	77	30	10	2	0	30	11	10	21	4	1	0		19	5	32	0
UP 77	205	166	0	0	1	88	39	6	72	0	0	0	0	133	0	0	0
UP 78	91	78	15	2	0	59	0	0	32	0	0	0	0	10	0	49	0
UP 79	57	56	11	3	3	25	3	0	29	0	0	0	0	18	0	10	0
UP 80	115	114	12	4	1	51	15	1	47	1	0	0	0	28	0	40	0
UP 81	79	54	9	3	2	35	12	5	26	0	0	0	1	39	0	13	0

As próximas três seções se concentram em obter, sob os três pontos de vista, as respectivas funções de avaliação, a partir das variáveis disponíveis no banco de dados.

5.2 - A função de avaliação do ponto de vista do presidiário

Para construir esta função é preciso se colocar na posição dos apenados, no sentido de avaliar o que é mais importante, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida do ponto de vista deles. Ao apenado cabe portar-se dentro das regras de bom comportamento daquela casa, para que possa receber a progressão de regime (de fechado para semi-aberto ou aberto, de semi-aberto para aberto) e aguardar o tempo de remição de sua pena.

A produtividade da UP na qual se encontra preso é medida pela capacidade que ela tem de manter presos em regime aberto e semi-aberto, dimensionada pelo tamanho.

Uma boa penitenciária, do ponto de vista dos apenados, é aquela que dá maior conforto, com mais espaço para cada apenado, permitindo o máximo uso dos regimes aberto e semi-aberto. Assim, de duas unidades com a mesma capacidade (CAPAC), a mais produtiva é aquela que mantém consigo um maior número de apenados nestes regimes (HABER, HSEMI, MABER e MSEMI). Isto é a expressão matemática que reflete a situação acima é:

fórmula 7 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV presidiário

$$F_1 = \frac{HABER + HSEMI + MABER + MSEMI}{CAPAC}$$

com esta função de avaliação foi montado o primeiro ranking, deste ponto de vista. É o que aparece na tabela a seguir:

Tabela 16 - Ranking (parcial) utilizando a 1ª função de avaliação - PdV presidiário

#	unidade	produtividade
1	IPM	1,00000
2	CPA	0,99651
3	MONTENEGRO	0,89799
4	MIGUEL DARIO	0,86912
5	RIO PARDO	0,86346
6	OSÓRIO	0,84865
7	IPEP	0,82693
8	SÃO LEOPOLDO	0,80014
9	CRUZ ALTA	0,58715
10	SANTA ROSA	0,55261

A F_1 , primeira função de avaliação obtida, aplicada às variáveis, produz então uma série de valores.

Estes valores são, a partir daí, correlacionados com as outras variáveis, para se determinar qual é a possível influência das outras variáveis sobre a função de avaliação. Quer dizer, estou procurando mais uma outra componente para a função de avaliação. O resultado desta correlação está colocado na tabela a seguir:

Tabela 17 - Ranking das correlações com a F_1

#	F_1	correlação	abs
1	HSEMI	0,699	0,699
2	CTREX	0,575	0,575
3	HABER	0,567	0,567
4	HFECH	-0,284	0,284
5	CAPAC	-0,252	0,252
6	SEMTR	-0,239	0,239
7	TECNI	-0,189	0,189
8	COPAC	0,188	0,188
9	SEGUR	-0,187	0,187
10	TOTAL	-0,185	0,185
11	HPROV	-0,168	0,168
12	MPROV	-0,112	0,112
13	MFECH	-0,111	0,111
14	MSEMI	-0,108	0,108
15	MABER	0,051	0,051
16	ADMIN	-0,045	0,045
17	CTRIN	-0,044	0,044

Qual será então a próxima variável a compor função de avaliação?

Observo que a primeira correlação não entra na composição pois já fazia parte da função. Já a segunda, CTREX, tem uma correlação grande e faz sentido, pois para os condenados um trabalho externo é um privilégio e uma conquista.

Segue que função de avaliação passa a ter nova composição, a qual denominamos, temporariamente, de F_2 :

fórmula 8 - F_2 : 2ª função de avaliação - PdV - presidiário

$$F_2 = \frac{HABER + HSEMI + MABER + MSEMI + CETREX}{CAPAC}$$

A seguir a tabela que contém as correlações dos valores obtidos com a F_2 com as outras variáveis:

Tabela 18 - Ranking das correlações com a F_2

#	F_2	correlação	abs
1	CTREX	0,680	0,680
2	HABER	0,547	0,547
3	HSEMI	0,525	0,525
4	HFECH	-0,261	0,261
5	CAPAC	-0,261	0,261
6	SEGUR	-0,228	0,228
7	SEMTR	-0,227	0,227
8	TECNI	-0,206	0,206
9	TOTAL	-0,190	0,190
10	HPROV	-0,174	0,174
11	COPAC	0,144	0,144
12	ADMIN	-0,133	0,133
13	CTRIN	-0,114	0,114
14	MFECH	-0,112	0,112
15	MPROV	-0,109	0,109
16	MSEMI	-0,106	0,106
17	MABER	0,057	0,057

Qual é a nova componente da função de avaliação? Pela tabela vê-se que os três primeiros lugares na correlação já pertenciam à fórmula, portanto não contam. O próximo já conta com valores pequenos demais para serem levados em consideração. Assim, a fórmula de avaliação para este ponto de vista é igual a F_2 . Está determinada a função de avaliação para este ponto de vista e tem a seguinte composição:

fórmula 9 - F - função de avaliação - PdV - presidiário

$$F = \frac{HABER + HSEMI + MABER + MSEMI + CETREX}{CAPAC}$$

A próxima seção se ocupa de obter resultados análogas a este, mas do ponto de vista do sistema penitenciário.

5.3 - A função de avaliação do ponto de vista do sistema penitenciário

Ao sistema penitenciário importa que ele possa continuar existindo como estrutura, mantendo suas funções, isto é, empregando o máximo de agentes penitenciários, administradores, guardas, escoltas, psicólogos, médicos, psiquiatras e advogados, por capacidade da unidade. Deste ponto de vista, duas unidades de mesma porte, a mais eficiente é aquela que mais emprega este grupo de pessoas. Assim, uma medida de eficiência deve valorizar o quanto a unidade em foco ocupa e emprega pessoas em relação à dimensão que ela tem:

A expressão matemática que reflete a situação acima é:

fórmula 10 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV - sistema penitenciário

$$F_1 = \frac{SEGUR + ADMIN + TECNI}{CAPAC}$$

O ranking (parcial) das UPs baseado nesta função de eficiência se encontra na tabela abaixo. A tabela completa se encontra nos anexos:

Tabela 19 - Ranking a partir da 1ª função de avaliação - PdV - sistema penitenciário

#	Unidade	produtividade
1	ROSÁRIO DO SUL	1,00000
2	QUARAÍ	0,98824
3	SANTIAGO	0,82353
4	CANGUÇU	0,75491
5	SÃO VICENTE D SUL	0,74867
6	STA VIT. DO PALMAR	0,65883
7	LAVRAS DO SUL	0,64706
8	CAÇAPAVA DO SUL	0,60681
9	SANTO CRISTO	0,60392
10	JAGUARÃO	0,56347

Agindo de modo análogo ao caso do ponto de vista dos apenados, temos que o próximo passo consiste em efetuar a correlação dos valores obtidos por esta função com as outras variáveis, para verificar se há mais alguma variável interferindo no função.

Tabela 20 - Ranking das correlações com a F_I - sistema penitenciário

#	F_I	correlação	abs
1	CAPAC	-0,309	0,309
2	TOTAL	-0,264	0,264
3	SEMTR	-0,239	0,239
4	HFECH	-0,237	0,237
5	CTRIN	-0,234	0,234
6	SEGUR	0,207	0,207
7	CTREX	-0,169	0,169
8	TECNI	-0,167	0,167
9	HSEMI	-0,126	0,126
10	COPAC	-0,114	0,114
11	HABER	-0,107	0,107
12	MABER	0,074	0,074
13	ADMIN	0,034	0,034
14	MPROV	-0,029	0,029
15	HPROV	-0,027	0,027
16	MSEMI	-0,025	0,025
17	MFECH	-0,010	0,010

Pela tabela se observa que há uma baixa correlação com as outras variáveis, o que significa que estas não interferem muito na função de avaliação e portanto ficam de fora (correlação < 0,30).

Portanto, a função de avaliação deste ponto de vista é mesmo a F_1 presente na fórmula anterior:

fórmula 11 - F - função de avaliação - PdV - sistema penitenciário

$$F = \frac{SEGUR + ADMIN + TECNI}{CAPAC}$$

A próxima seção se ocupa em determinar a função de avaliação do ponto de vista da sociedade.

5.4 - A função de avaliação do ponto de vista da sociedade

O ponto de vista da sociedade é o mais fácil de avaliar, uma vez que esta só tem um interesse - prender o maior número de pessoas consideradas criminosas. Deste ponto de vista, de duas unidades de mesma capacidade, a mais eficiente é aquela que mantém atrás das grades, portanto em regime fechado, o maior número de apenados, pois a sociedade deseja que os condenados paguem sua dívida com a justiça em regime fechado, não importando em nada a qualidade de vida dos apenados.

A expressão matemática que reflete a situação exposta acima é:

fórmula 12 - F_1 : 1ª função de avaliação - PdV - sociedade

$$F_1 = \frac{HFECH + MFECH}{CAPAC}$$

O ranking parcial das UPs baseado nesta função se encontra na tabela abaixo, a tabela completa se encontra nos anexos:

Tabela 21 - Ranking utilizando a 1ª função de avaliação - PdV - sociedade

#	unidade	produtividade
1	PCPA	1,00000
2	MOD. MONTENEGRO	0,38236
3	PEC	0,35646
4	STA VIT. DO PALMAR	0,35441
5	MOD. OSÓRIO	0,34097
6	PEJ	0,34040
7	MOD. CHARQUEADAS	0,31863
8	PASSO FUNDO	0,31700
9	PASC	0,31055
10	SOBRADINHO	0,30021

Tabela 22 - Ranking das correlações com a F_I - sociedade

#	F_I	correlação	abs
1	HFECH	0,820	0,820
2	SEMTR	0,811	0,811
3	TOTAL	0,770	0,770
4	TECNI	0,743	0,743
5	CAPAC	0,554	0,554
6	CTRIN	0,522	0,522
7	HSEMI	-0,348	0,348
8	HABER	-0,274	0,274
9	CTREX	-0,258	0,258
10	HPROV	0,165	0,165
11	SEGUR	0,084	0,084
12	ADMIN	0,061	0,061
13	MABER	0,058	0,058
14	COPAC	0,025	0,025
15	MPROV	-0,022	0,022
16	MFECH	-0,014	0,014
17	MSEMI	-0,008	0,008

Abaixo apresento as razões das variáveis SEMTR, TOTAL, TECNI, CAPAC e CETRIN não passarem a compor a função de avaliação, ainda que suas correlações com a função original sejam razoáveis:

SEMTR - não compõe a função de avaliação porque a sociedade quer que eles trabalhem de alguma forma, produzindo algo, pagando pelo teto e pelo comida;

TOTAL - não compõe a função de avaliação porque já está ligada à CAPAC, ainda que com uma certa distância (o déficit);

TECNI - não compõe a função de avaliação porque a sociedade não quer sustentar atendimentos especiais aos presos, como médicos, psiquiatras, dentistas e advogados;

CAPAC - não compõe a função de avaliação porque já está na fórmula;

CTRIN - não compõe a função de avaliação porque a sociedade não quer que os presos, de alguma forma, tomem conta deles próprios, mas quer um sistema de vigilância contínuo, não comprometido com os apenados.

Como a próxima correlação já é baixa, segue que a função de avaliação

permanece como a F1:

fórmula 13 - F - função de avaliação - PdV - sociedade

$$F = \frac{HFECH + MFECH}{CAPAC}$$

neste ponto, as funções de avaliação para cada ponto de vista estão bem determinadas. A partir daqui a DEA pode ser aplicada. É o que é feito no próximo capítulo.

Capítulo 6

A detenção provoca a reincidência; depois de sair da prisão, se têm mais chance que antes de voltar para ela, os condenados são, em proporção considerável, antigos detentos. (FOUCAULT, 1987, p. 221)

A APLICAÇÃO DA ANÁLISE POR ENVELOPAMENTO DE DADOS

6.1 - A aplicação do software

A essência deste capítulo é a aplicação do software Ideas, com a geração dos resultados para os três pontos de vista. Assim, ele é composto, em cada um deles, por:

- a) tabela com os resultados - *Omicron, Phi, Delta, Sigma, e Omega* - medidas devidamente explicadas na próxima seção;
- b) tabela com as ineficiências;
- c) tabela com as folgas;
- d) tabela com os preços;
- e) tabela com as faces.

Como a quantidade de presidiários é esmagadoramente maior do que a de presidiárias, que se situa em torno dos 3%, as variáveis que se referem ao sexo feminino - MFECH, MSEMI, MABER e MPROV - pouco representam no todo, assim como todos os valores da única penitenciária feminina do sistema. Ainda que esta participação no universo do trabalho seja pequena, o software não funciona com a quantidade de zeros que estas variáveis apresentam para cada unidade. Optei então por excluir estes dados do banco, uma vez que os resultados finais seriam semelhantes. Da mesma forma, as variáveis passam então a contar apenas com variáveis masculinas e as gerais, o que, dada a percentagem de 97% do contingente de homens, não provoca resultados perceptíveis até a terceira casa decimal nas medidas.

São dois os tipos de superfícies analisadas: CRS e VRS.

As superfícies do CRS (Constant Returns-to-Scale) são aquelas superfícies

determinadas a partir da condição de retornos constantes à escala, isto é, com todas as medidas sendo consideradas em resultados proporcionais, lineares. Já as superfícies VRS (Variable Returns-to-Scale) são aquelas que levam em consideração este aspecto, isto é, o tamanho da unidade que está sendo analisada influencia nas relações estruturais de uma forma não linear.

Com qualquer um dos dois tipos de superfície, o resultado, depois da aplicação da DEA, pode ser considerado como um poliedro convexo, com as unidades eficientes determinando as faces do poliedro.

Este poliedro é fechado no sentido de que duas quaisquer das unidades pertencentes ao poliedro, quando combinadas, resultam em uma unidade também pertencente ao poliedro.

As unidades que determinam as faces são chamadas de unidades de referência para as outras unidades, uma vez que é a partir delas que as unidades não-eficientes tomarão base para atingir a eficiência.

A DEA aponta o quanto falta para cada unidade alcançar esta superfície, isto é, o quanto falta em cada um das variáveis analisadas, para que aquela unidade alcance a eficiência.

Na seção seguinte, figuram as unidades eficientes sob cada ponto de vista:

6.2 - Eficiência em diferentes pontos de vista

Na tabela a seguir, estão colocadas as unidades penitenciárias, em ordem de eficiência, numa classificação segundo o ponto de vista. A tabela inteira está sob a égide de uma superfície VRS, isto é, com retornos variáveis à escala, superfícies escolhidas para este trabalho.

Tabela 23 - Ranking geral das unidades sob os três pontos de vista

superfície	ponto de vista	#	unidade penitenciária
VRS	Presidiário	1	CPA
		2	IPM
		3	MIGUEL DARIO
		4	MONTENEGRO
		5	RIO PARDO
		6	SÃO LEOPOLDO
	sistema penitenciário	1	ALEGRETE
		2	IPEP
		3	MOD. CHARQUEADAS
		4	MOD. IJUÍ
		5	PASC
		6	QUARAÍ
		7	RIO PARDO
		8	ROSÁRIO DO SUL
		9	SANTA MARIA
		10	SANTIAGO
		11	TORRES
	Sociedade	1	MOD. MONTENEGRO
		2	RIO PARDO
		3	STA VIT. DO PALMAR

A aplicação da DEA, sob cada um dos pontos de vista, gera uma série de rankings. Analisar a todos igualmente é trabalho redundante, uma vez que a análise se dá de forma análoga. Assim, do ponto de vista do presidiário, a tabela fornecida pelo Ideas está presente de forma integral. Mas, dos outros pontos de vista - sistema penitenciário e sociedade - apresento as tabelas apenas com os valores usados no caso de orientação no sentido dos outputs. As tabelas integrais se encontram nos anexos.

As tabelas, das páginas 123 à página 130, contém os valores completos da aplicação do Ideas, no caso VCR, sob o ponto de vista dos presidiários, além de parte das tabelas referentes aos casos VCR, tanto do ponto de vista do sistema penitenciário, quanto da sociedade.

Considerando o ponto de vista dos presidiários e a superfície VRS, seis são as unidade eficientes.

A cada aplicação do Ideas, este fornece uma série de indicadores: *ômicron*, *phi*, *delta*, *sigma* e *ômega*.

Os indicadores *ômicron* e *phi* são indicadores de ineficiência e se tiverem ambos os valores iguais a 1, significa que aquela unidade deverá ter todos seus outputs aumentados proporcionalmente na proporção indicada por *phi*, para atingir a eficiência. No entanto, se forem diferentes (*ômicron* é sempre maior ou igual a *phi*), cada variável daquela unidade deverá ter um aumento a mais, além do determinado pelo *phi*, que é exatamente o dado pela folga.

Delta representa uma soma ponderada entre os pontos observados e os pontos projetados.

Sigma é a soma ponderada das folgas dos outputs e dos excessos dos inputs.

Ômega é a constante do hiperplano, que determina as faces do poliedro.

A tabela da página 123, informa que até a UP₁₅, todas as UPs são ineficientes. A primeira eficiente é a UP₁₆, CPA.

Tomo a UP₁, AGUDO, como exemplo, para analisarmos:

De acordo com a tabela da página 123, ela é ineficiente, pois *delta* é maior do que zero;

Para a UP₁ se tornar eficiente, deve ter seus outputs aumentados em 170%, de acordo com o escore *phi*.

Este resultado, 170%, é obtido a partir do valor de *Phi* apresentada na tabela, subtraindo 1,00 e considerando o resultado em percentual.

Além disto, pode ter este aumento distribuído igualmente em todos os seus outputs, uma vez que *ômicron* = *phi*;

Para que a UP₁ obtenha estes aumentos nos seus outputs deverá se espelhar nas suas unidades de referência, que são em número de quatro: IPM; RIO PARDO; MONTENEGRO e SÃO LEOPOLDO. Estas unidades figuram na tabela da página

125.

Analisando a UP₅, BENTO GONÇALVES:

UP₅ não é eficiente, pois $\delta > 0$;

Para alcançar a eficiência terá que fazer um aumento proporcional de 31,6% em todas as suas unidades, uma vez que $\phi = 1,316$;

Como $\omicron = \phi$, deverá se utilizar das folgas, presentes na tabela da página 124, aonde está indicado que deverá aumentar em 23,96% a quantidade de presos em regime semi-aberto, mas não precisará aumentar a quantidade de presos em regime aberto, HABER, nem aumentar a quantidade de presos com trabalho externo, CTREX;

As UPs que lhe servem de modelo estão na tabela da página 125. São em número de 3: SÃO LEOPOLDO; MONTENEGRO e MIGUEL DARIO. As combinações lineares com estas unidades estão também presente na tabela, sendo 23,10% a contribuição da UP₆₆ SÃO LEOPOLDO; 55,80% a contribuição da UP₄₂ de MONTENEGRO e 21,10% a contribuição da UP₃₆ MIGUEL DARIO.

Abaixo, segue uma descrição do que é cada um dos escores obtidos por cada uma das unidades penitenciárias, após a aplicação do software Ideas - *Delta*, *Omega*, *Omicron*, *Phi* e *Sigma* :

Delta - é a soma ponderada das diferenças entre os pontos observados e os pontos projetados, isto é, as suas potencialidades relativas às unidades que lhe servem de modelo para comparação. Os preços são obtidos pelos pesos dados pelo ponto de vista. Como os preços são valores positivos, o valor zero para *Delta* indica que a unidade é eficiente, uma vez que o ponto observado e o ponto de comparação são o mesmo, já que a distância é zero;

Omega - é o termo constante do hiperplano que define uma face da superfície de envelopamento sobre a qual jazem os pontos projetados. Os coeficientes deste hiperplano são os preços. Pode assumir valores positivos ou negativos, depende da situação;

Omicron - é o quanto no total, em percentual de produção, a unidade deve se aproximar da face que lhe é referência. Assim, uma unidade eficiente tem *Omicron* igual a 1;

Phi - é também o percentual na produção que a unidade precisa incrementar

para atingir a eficiência, mas é o quanto deve andar sobre a face que lhe serve de referência. Assim, *Phi* é menor ou igual a *Omicron*, mas nunca maior. Se trata de percentual específico para corrigir a ineficiência, é um deslocar sobre a face de referência. Assim, a distancia que falta para a unidade é calculado num total, fornecido por *Omicron*, que indica o percentual de modificação necessária até atingir a face de referência. Chegando na face, ainda falta um deslocamento, se a face for composta por mais de uma unidade e é este o percentual de modificação que *Phi* indica;

Sigma - é a soma ponderada das sobras dos inputs e dos excessos dos outputs. Se a unidade é eficiente não há sobras nem excessos. Assim, se a unidade é eficiente, seu valor é zero.

Agora, seguem os significados dos outros resultados - *Projeção*, *Ineficiência*, *Folgas*, *Preços* e *Faces*:

Projeção - os pontos projetados são uma combinação convexa daquelas unidades eficientes que descrevem a face de comparação. As unidades eficientes tem exatamente os valores que lhe foram dados inicialmente, aqueles valores tomados do banco de dados;

Ineficiência - estes valores significam a diferença entre o valor observado e o valor projetado na face que lhe serve de comparação. Assim, as ineficiências são iguais a zero quando a unidade é eficiente. Para poder compreender, se pode usar o caso da unidade CPA, que é eficiente do ponto de vista dos presidiários e tem os todos os valores iguais a zero na tabela ineficiência. Quando os preços são impostos, as ineficiências podem ser negativas para os valores dos outputs e positivas para os valores dos inputs;

Folgas - se uma unidade é eficiente, nem há nem excessos nos inputs, nem folgas nos outputs. No entanto, se a unidade não for eficiente, aparecerão valores diferentes de zero nesta tabela;

Preços - os preços são os coeficientes do hiperplano que define uma face. Se não forem fornecidos, o software os considera como se todos tivessem o mesmo valor. Mas estes preços podem ser modificados e representam a importância que cada ponto de vista atribui às variáveis;

Faces - uma face para uma unidade produtiva representa um conjunto de unidades produtivos na qual ela vai se espelhar para atingir a eficiência. Assim, se a

unidade é eficiente, o coeficiente para ela na tabela ela é igual a 1, enquanto os coeficientes das outras unidades eficientes são iguais a zero.

Na tabela a seguir, estão resumidos os significados de todos estes indicadores fornecidos pelo Ideas.

Tabela 24 - Significado dos indicadores da aplicação da DEA

	Significado	Eficiente
Delta	Soma das diferenças	0
Omega	Valores dos coeficientes que definem o hiperplano	Sem restrição
Omicron	Total geral que falta até à superfície de comparação	1
Phi	Total que falta sobre a superfície de comparação até uma unidade. É menor ou igual a Omicron.	1
Sigma	Soma dos excessos nos inputs e folgas nos outputs	0
Projeção	Combinação convexa das unidades que compõem a face que lhe serve de modelo	Valores iguais aos observados
Ineficiência	Diferença entre o valor observado e o valor projetado	0
Folgas	O tamanho das folgas e excessos	0
Preços	Coeficientes do hiperplano	
Faces	Conjunto de unidades produtivas que servem de modelo	1 na eficiente, 0 nas outras

Na próxima seção, que vai da página 123 à página 125, se encontram as tabelas completas com os resultados da aplicação do software Ideas para o caso VCR, sob o ponto de vista dos presidiários.

6.3 - Os resultados VCR - presidiários

Na tabela abaixo, representada parcialmente para evitar excesso desnecessário de informação, estão representadas as dez primeiras unidades após a aplicação do Ideas. Esta tabela está ordenada segundo o seguinte critério: primeiro ordenando pelo escore Omicron, depois por Phi e por último por Delta.

Tabela 25 - Escores - VCR - presidiário - parcial

Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
CPA	1	1	0	0	-18,692
IPM	1	1	0	0	-2,767
MIGUEL DARIO	1	1	0	0	-0,28
MONTENEGRO	1	1	0	0	-1,006
RIO PARDO	1	1	0	0	-0,339
SÃO LEOPOLDO	1	1	0	0	-1,033
IPEP	1,11	1,078	13,056	3,841	-1,844
OSÓRIO	1,121	1,121	1,977	0	-0,596
STA VIT. DO PALMAR	1,136	1,1	17,97	4,745	-7,404

Nas tabelas seguintes, estão colocados os resultados da mesma forma, também classificados na mesma ordem. Assim, para se ter uma idéia mais inteira da natureza da classificação, basta olhar estas tabelas parciais que apresentam apenas as dez primeiras unidades da classificação.

Tabela 26 - Projeções - VCR - presidiário - parcial

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
CPA	35200	100	100	24400
IPM	24600	300	800	17200
MIGUEL	22000	8700	7900	24400
MONTENE	2800	1100	2200	3000
RIO PAR	1500	500	2100	1600
SÃO LEO	9700	4200	11400	12000
IPEP	20585,06	6250,96	5902,955	20800
OSÓRIO	8635,462	1009,34	2355,126	7000
STA VIT	2800	1100	2200	3000
CRUZ AL	12362,44	4981,409	6906,044	14000

A próxima tabela se refere às ineficiências e segue também a mesma idéia anterior, mostrando apenas as primeiras dez colocadas na classificação. De forma análoga se encontram as tabelas parciais de Folgas, Preços e Faces:

Tabela 27 - Ineficiências - VCR - presidiário - parcial

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
CPA	0	0	0	0
IPM	0	0	0	0
MIGUEL	0	0	0	0
MONTENE	0	0	0	0
RIO PAR	0	0	0	0
SÃO LEO	0	0	0	0
IPEP	1485,059	450,96	4702,955	0
OSÓRIO	935,462	109,34	255,126	0
STA VIT	1700	100	1700	0
CRUZ AL	5562,44	581,409	806,045	0

Tabela 28 - Folgas - VCR - presidiário - parcial

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
CPA	0	0	0	0
IPM	0	0	0	0
MIGUEL	0	0	0	0
MONTENE	0	0	0	0
RIO PAR	0	0	0	0
SÃO LEO	0	0	0	0
IPEP	0	0	4609,653	0
OSÓRIO	0	0	0	0
STA VIT	1590	0	1650	0
CRUZ AL	4663,899	0	0	0

Tabela 29 - Preços - VCR - presidiário - parcial

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
CPA	0,019	0,01	0,01	0,027
IPM	0,007	0,009	0,001	0,009
MIGUEL	0,001	0,001	0	0,001
MONTENE	0,002	0,003	0	0,003
RIO PAR	0,001	0,002	0	0,002
SÃO LEO	0	0	0	0
IPEP	0,004	0,006	0,001	0,006
OSÓRIO	0,002	0,002	0	0,003
STA VIT	0,001	0,13	0,002	0,048
CRUZ AL	0	0,01	0	0,004

Tabela 30 - Faces - VCR - presidiário - parcial

unidade	Comp. 1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 3	Comp. 3	Coef. 3	Comp. 4	Coef. 4
CPA	IPM	0	CPA	1	SÃO LEO	0		0
IPM	IPM	1	MONTENE	0	MIGUEL	0	SÃO LEO	0
MIGUEL	IPM	0	MONTENE	0	MIGUEL	1	SÃO LEO	0
MONTENE	IPM	0	MONTENE	1	MIGUEL	0	SÃO LEO	0
RIO PAR	RIO PAR	1	SÃO LEO	0		0		0
SÃO LEO	SÃO LEO	1	MIGUEL	0		0		0
IPEP	SÃO LEO	0	IPM	0,2	MIGUEL	0,699	MONTENE	0,101
OSÓRIO	MONTENE	0,583	RIO PAR	0,104	SÃO LEO	0,057	IPM	0,256
STA VIT	MIGUEL	0	MONTENE	1	SÃO LEO	0		0
CRUZ AL	SÃO LEO	0,261	MONTENE	0,335	MIGUEL	0,404		0

Na tabela acima, Comp. 1 e Coef. 1 significam componente 1 e coeficiente 1, respectivamente, que são as componentes do hiperplano que contém aquela face do poliedro.

Nas próximas seções, estão presentes as tabelas VRS , do ponto de vista do sistema penitenciário e da sociedade.

6.4 - Os resultados VCR - sistema penitenciário

Nesta seção estão colocados as tabelas: com os resultados *Omicron*, *Phi*, *Delta*, *Sigma*, e *Omega*, Ineficiências, folgas, preços e faces, mas do ponto de vista do sistema penitenciário como definido no Capítulo 4.

Como na seção anterior e no sentido de permitir alguma avaliação à primeira vista, coloquei aqui também apenas as dez primeiras unidades na classificação. As tabelas completas se encontram nos anexos.

Tabela 31 - Escores - VCR - sistema penitenciário - parcial

Unidade	<i>Omicron</i>	<i>Phi</i>	<i>Delta</i>	<i>Sigma</i>	<i>Omega</i>
ALEGRETE	1	1	0	0	-0,662
IPEP	1	1	0	0	-3,43
MOD. CHARQUEADAS	1	1	0	0	-0,515
MOD. IJUÍ	1	1	0	0	-10,935
PASC	1	1	0	0	-4,288
QUARAÍ	1	1	0	0	-1,152
RIO PARDO	1	1	0	0	-2,979
ROSÁRIO DO SUL	1	1	0	0	-2,429
SANTA MARIA	1	1	0	0	-3,43
SANTIAGO	1	1	0	0	-17,15

Pode parecer estranha a tabela acima mas, deste ponto de vista, são 11 as unidades eficientes e como a tabela mostra apenas 10, parece não haver variação. O quadro completo se encontro nos anexos.

E assim segue que a próxima tabela se encontra cheia de zeros, uma vez que todas as unidades que ali figuram são eficientes, isto é, tem ineficiência igual a zero.

Tabela 32 - Ineficiências - VCR - sistema penitenciário - parcial

Unidades	SEGUR	ADMIN	TECNI	CAPAC
ALEGRETE	0	0	0	0
IPEP	0	0	0	0
MOD. CHARQUEADAS	0	0	0	0
MOD. IJUÍ	0	0	0	0
PASC	0	0	0	0
QUARAÍ	0	0	0	0
RIO PARDO	0	0	0	0
ROSÁRIO DO SUL	0	0	0	0
SANTA MARIA	0	0	0	0
SANTIAGO	0	0	0	0

O mesmo comentário anterior serve para a próxima tabela. Todos os valores são iguais a zero, uma vez que todas as unidades são eficientes, portanto não apresentam folgas no sistema produtivo.

Tabela 33 - Folgas - VCR - sistema penitenciário - parcial

unidade	SEGUR	ADMIN	TECNI	CAPAC
ALEGRETE	0	0	0	0
IPEP	0	0	0	0
MOD. CHARQUEADAS	0	0	0	0
MOD. IJUÍ	0	0	0	0
PASC	0	0	0	0
QUARAÍ	0	0	0	0
RIO PARDO	0	0	0	0
ROSÁRIO DO SUL	0	0	0	0
SANTA MARIA	0	0	0	0
SANTIAGO	0	0	0	0

É interessante notar na próxima tabela o fato de que as componentes das unidades são iguais a elas mesmas, o que faz sentido, uma vez que as unidades na tabela parcial são todas eficientes.

Tabela 34 - Faces - VCR - sistema penitenciário - parcial

Unidades	comp. 1	coef. 1	comp. 2	coef. 2	comp. 3	coef. 3	comp. 4
ALEGRET	SANTIAG	0	QUARAÍ	0	ALEGRET	1	
IPEP	PASC	0	IPEP	1	SANTA M	0	SANTIAG
MOD. CH	ALEGRET	0	SANTIAG	0	MOD. CH	1	IPEP
MOD. IJ	MOD. IJ	1	MOD. CH	0	SANTA M	0	PASC
PASC	PASC	1	IPEP	0	SANTA M	0	SANTIAG
QUARAÍ	SANTIAG	0	QUARAÍ	1	ALEGRET	0	
RIO PAR	TORRES	0	RIO PAR	1	ALEGRET	0	
ROSÁRIO	QUARAÍ	0	ROSÁRIO	1	ALEGRET	0	SANTIAG
SANTA M	PASC	0	IPEP	0	SANTA M	1	SANTIAG
SANTIAG	PASC	0	IPEP	0	SANTA M	0	SANTIAG

6.5 - Os resultados VCR - sociedade

Nesta seção estão colocados as tabelas: com os resultados *Omicron*, *Phi*, *Delta*, *Sigma*, e *Omega*, Ineficiências, folgas, preços e faces, mas do ponto de vista da sociedade.

Do mesmo modo como na seção anterior, para facilitar a compreensão, coloquei apenas as dez primeiras unidades da classificação sob este ponto de vista. Como são apenas três as unidades eficientes deste ponto de vista, as tabelas apresentam valores diferentes de zero.

Tabela 35 - Escores - VCR - sociedade - parcial

Unidades	<i>Omicron</i>	<i>Phi</i>	<i>Delta</i>	<i>Sigma</i>	<i>Omega</i>
MOD. MONTENEGRO	1	1	0	0	0
RIO PARDO	1	1	0	0	1,286
STA VIT. DO PALMAR	1	1	0	0	0,238
PEC	1,067	1,067	0,067	0	0,019
MOD. OSÓRIO	1,121	1,121	0,121	0	-0,121
SOBRADINHO	1,141	1,141	0,141	0	0,149
MOD. CHARQUEADAS	1,2	1,2	0,2	0	-0,2
PASC	1,221	1,221	0,221	0	0,025
PASSO FUNDO	1,249	1,249	0,249	0	0,051
ROSÁRIO DO SUL	1,293	1,293	0,293	0	0,612

Tabela 36 - Ineficiência - sociedade - parcial

Unidade	HEFECH
MOD. MONTENEGRO	0
RIO PARDO	0
STA VIT. DO PALMAR	0
PEC	2572,646
MOD. OSÓRIO	6300
SOBRADINHO	675,336
MOD. CHARQUEADAS	9700
PASC	6331,838
PASSO FUNDO	3456,951
ROSÁRIO DO SUL	614,286

Tabela 37 - Faces - VCR - sociedade - parcial

Unidades	Comp.1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 2
MOD. MONTENEGRO	MOD. MO	1		0
RIO PARDO	RIO PAR	1	STA VIT	0
STA VIT. DO PALMAR	STA VIT	1	MOD. MO	0
PEC	STA VIT	0,314	MOD. MO	0,686
MOD. OSÓRIO	MOD. MO	1		0
SOBRADINHO	STA VIT	0,955	MOD. MO	0,045
MOD. CHARQUEADAS	MOD. MO	1		0
PASC	STA VIT	0,422	MOD. MO	0,578
PASSO FUNDO	STA VIT	0,74	MOD. MO	0,26
ROSÁRIO DO SUL	RIO PAR	0,143	STA VIT	0,857

No próximo capítulo os resultados deste são objeto de discussão e análise.

Capítulo 7

Uma rebelião explodiu e a polícia forçou todos os presos do C, galerias B-1 e B-2 a passarem por um corredor polonês. Nus, em grupos de dez, os prisioneiros tiveram de correr entre duas filas de policiais que os espancavam. Depois disto, os presos foram deixados de lado, na chuva, por dois dias e meio, sem água, sem comida, sanitários ou visitas. (HUMAN RIGHTS WATCH: 2002)

DISCUSSÃO

7.1 - Os resultados da Análise por Envelopamento de Dados

Ainda que se debata a eficiência desta ou daquela instituição, fica claro que esta discussão é precedida daquela que atribui uma importância à organização em estudo. Se os valores são atribuídos de certa forma, é porque eles refletem a intenção daquele grupo que tem ingerência sobre aquela organização, do grupo que interage com a mesma ou que lucra com ela, ainda que tudo esteja revestido de uma capa de organização sem fins lucrativos.

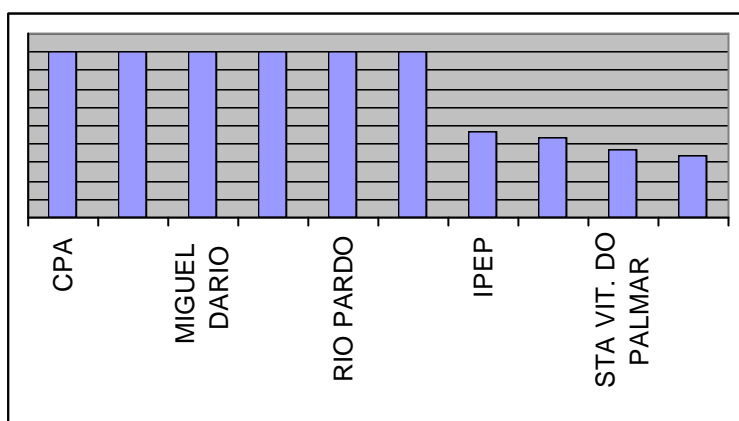
Observando as tabelas que reúnem os resultados das aplicações do Ideas, fica claro que a eficiência de uma unidade produtiva depende diretamente do ponto de vista do qual se observa e se vive o problema. Basta consultar a tabela da página 118, para verificar que o grupo de unidades eficientes troca praticamente inteiro quando se troca o ponto de vista. Quase que se constitui em exceção a UP₅₃, Rio Pardo, que pertence a cinco grupos e só não figura naquele com apenas uma unidade eficiente, UP₄₀, MONTENEGRO.

É importante ver que os problemas são os mesmos - dimensão da unidades, excesso de lotação, quantidade de unidades penitenciárias, pessoal qualificado - o que muda é a forma de ver, a importância que cada ponto de vista atribui aquela situação.

No caso VCR, presidiário, podemos reordenar a tabela, no sentido crescente, colocando na primeira posição aquela UP que nada tem para modificar, uma vez que, daquele ponto de vista, já é eficiente.

No gráfico a seguir estão colocadas as dez primeiras unidades, numa ordem de eficiência sob o ponto de vista dos presidiários. A diferença de eficiência entre os primeiros da classificação e os últimos é muito grande. Nos anexos está colocada uma tabela com a classificação em ordem decrescente de eficiência do ponto de vista dos presidiários.

Gráfico 2 - Eficiência das unidades - VCR - presidiários



Na página seguinte está colocada uma tabela com as primeiras vinte unidades na classificação de eficiência do ponto de vista dos presidiários.

Tabela 38 - VCR - presidiário - ordem decrescente de eficiência - parcial

Ordem	Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega	%
1	CPA	1,000	1,000	0,000	0,000	-18,692	0,00%
2	IPM	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,767	0,00%
3	MIGUEL DARIO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,280	0,00%
4	MONTENEGRO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,006	0,00%
5	RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,339	0,00%
6	SÃO LEOPOLDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,033	0,00%
7	IPEP	1,110	1,078	13,056	3,841	-1,844	7,78%
8	STA VIT. DO PALMAR	1,136	1,100	17,970	4,745	-7,404	10,00%
9	OSÓRIO	1,121	1,121	1,977	0,000	-0,596	12,15%
10	CRUZ ALTA	1,147	1,132	6,642	0,686	-0,584	13,21%
11	CAÇAPAVA DO SUL	1,295	1,258	73,021	9,045	-12,502	25,83%
12	SÃO VICENTE D SUL	1,705	1,262	9,347	5,876	-0,517	26,19%
13	BENTO GONÇALVES	1,329	1,316	12,799	0,521	-0,847	31,60%
14	GETÚLIO VARGAS	1,369	1,349	30,750	1,687	-3,083	34,89%
15	SANTA ROSA	1,600	1,600	7,929	0,000	-0,553	60,04%
16	CANGUÇU	1,900	1,686	9,493	2,263	-0,149	68,57%
17	SOLEDADE	1,700	1,700	12,720	0,000	-0,962	69,98%
18	CANELA	2,072	1,860	10,075	1,998	-0,737	85,96%
19	JAGUARI	2,212	2,162	300,129	12,235	-12,502	116,23%
20	CAMAQUA	2,250	2,212	64,909	1,993	-1,573	121,19%

A última coluna da tabela acima aponta o quanto aquela unidade deve aumentar linearmente seus outputs, para atingir a eficiência.

Como no caso são seis unidades eficientes neste ponto de vista, a coluna % indica zero para estas unidades.

Já na 7ª posição, a coluna indica que deve haver um aumento de 7,78% nos outputs, para que a unidade atinja a eficiência. Como *ômicron* e *phi* são diferentes, isto significa que ainda deverá haver um ajuste, depois deste aumento linear, a partir das informações contidas na coluna “folgas”, poderá ser lido o quanto é este ajuste e em que variável.

A 15ª posição, SANTA ROSA, apresenta *ômicron* = *phi*, e portanto não é necessário nenhum reajuste além daquele indicado por *phi*.

Já na 30ª posição (se for necessário, consultar a tabela completa nos anexos), o aumento linear deve ser de 170,74%. A medida que avançamos na tabela, cresce rapidamente o valor destas indicações, apontando valores ineqüívocos a partir da 70ª posição.

Além disto, extremos, como unidades grandes demais ou pequenas demais naquele universo, também são muito sensíveis a distorções e, neste caso, os resultados devam ser lidos, quantitativamente, mas como um ponto muito distante. Isto é, primeiro é preciso organizar aqueles mais perto da eficiência.

A partir das interpretações da tabela é possível ver que as unidades tem desempenho muito diferente e que este desempenho depende do ponto de vista do qual se observa o problema, isto é, qual é o paradigma escolhido para sinalizar o desempenho para aquelas unidades.

Assim, não existe uma eficiência absoluta, o que existe são eficiências relativas, não só pela escolha das unidades a serem comparadas mas, como salientado no parágrafo anterior, pela escolha de modelo.

Então é possível ver que a ineficiência do sistema em recuperar os criminosos para a convivência harmônica com a sociedade (cf. BRASIL: 1999, 1º Art.) constitui-se base para que o sistema seja eficiente do ponto de vista do sistema penitenciário.

Em outras palavras, aquela unidade, ou rede, trabalha bem e dentro do objetivo determinada, ainda que a apresentação oficial não seja esta.

7.2 - Aplicações da metodologia

Promover a avaliação de uma entidade sem fins lucrativos é uma tarefa bastante complexa, pois exige que se atribuam valores a coisas e situações que não são consideradas como valores. A premência da avaliação acabou explicitando uma série de posturas e atitudes da sociedade em relação ao sistema penitenciário.

Terminado o trabalho, é também possível pensá-lo como um método para realizar a avaliação de outras instituições sem fins lucrativos.

Este método também pode ser aplicado em outros setores da sociedade, como por exemplo universidades, hospitais, rede de ensino estadual e municipal, como também todas aquelas ONGs que precisam realizar uma avaliação de sua atividade. Quanto às universidades e hospitais, a literatura a respeito já conta com vários trabalhos acadêmicos.

No entanto, dadas as características deste método - o embasamento teórico - acredito que o lugar mais indicado para aplicar os resultados obtidos seja o próprio sistema penitenciário, aprofundando este estudo, levando estes resultados aos gestores do sistema.

Reúno abaixo algumas aplicações que podem ser realizadas com o presente trabalho:

- Aplicação em séries temporais, determinando quais os rumos, se cresce, se decresce o seu aproveitamento e sua eficiência ao longo do tempo;
- Estudo da eficiência e dos efeitos que a privatização do sistema penitenciário pode originar;
- Estudar os resultados obtidos com modificações nos pesos e preços das variáveis, que dependerão assim da escolha e da determinação de novos pontos de vista;
- Aplicação do método de avaliar organizações sem fins lucrativos em organizações em âmbito municipal, estadual e federal;

- Estudar a razão da tão grande diferença da taxa de criminalidade entre homens e mulheres, uma vez que o universo dos abrigados pelo sistema carcerário é fundamentalmente masculino, algo em torno de 96% do total;
- Aplicação em outras atividades, como hospitais, creches, asilos, escolas, universidades e ONGs.

Capítulo 8

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

A delinquência, ilegalidade dominada, é um agente para a ilegalidade dos grupos dominantes. (FOUCAULT, 1987, p. 232)

8.1 - Conclusões relativas ao objetivo da pesquisa

A partir dos dados recolhidos, foi organizado um dispositivo de avaliação do sistema penitenciário. No entanto, durante a construção deste conjunto dos meios e dos dispositivos para promover a avaliação da produtividade e da eficiência das unidades que compõem o sistema penitenciário, ficou evidente a necessidade da colocação do problema em vários pontos de vista diferentes. Esta necessidade surgiu no momento do tratamento de uma organização, quando ficou evidente que a organização em estudo faz parte de várias outras organizações, simultaneamente, e que não seria possível promover e apontar uma avaliação definitiva e absoluta, uma vez que os problemas são relativos e sua importância depende de quem relata, de quem vivencia a situação.

A complexidade advém da própria natureza do sistema abordado, uma vez que não basta agregarmos as várias unidades penitenciárias que compõem o sistema penitenciário para ter um quadro do que ele é, de como ele se apresenta.

Sobre isto, é muito esclarecedora a seguinte consideração de Morin a respeito, exatamente, desta característica das organizações:

Além disso, o interessante é que, ao mesmo tempo, um sistema é mais e menos do que aquilo que poderíamos chamar de soma de suas partes. Alguma coisa de menos, em que sentido? Bom, é que essa organização provoca coações que inibem as potencialidades existentes em cada parte, isto acontecendo em todas as organizações, inclusive na social, na qual as coações jurídicas, políticas, militares e outras fazem com que muitas potencialidades sejam inibidas ou reprimidas. Porém, ao mesmo tempo, o todo organizado é alguma coisa a mais do que a soma das partes, porque faz surgir qualidades que não existiam nessa organização; essas **qualidades** são 'emergentes',

ou seja, podem ser constatadas empiricamente, sem ser dedutíveis logicamente; essas qualidades emergentes retroagem ao nível das partes e podem estimulá-las a exprimir suas potencialidades. (MORIN: 2002, p. 180)

Por esta razão, a licença teórica da promoção da avaliação do sistema penitenciário exigiu que esta medida fosse colocada em, pelo menos, três pontos de vista diferentes. A limitação a exatamente três pontos de vista refere-se ao fato da necessidade de limitação, uma vez que não é possível observar de todas as possibilidades. Mas precisei fazer uma escolha de modo mais abrangente possível. Optei assim por uma estratégia quase topográfica na escolha dos pontos nos quais a câmara da avaliação seria assentada, uma vez que pensei em dividir a sociedade em três grandes grupos que, grosso modo, exauririam o todo, ainda que houvesse o caso de alguma interseção, como aqueles, por exemplo, que compõem o grupo profissional que toma conta dos presídios mas que também participa da sociedade como cidadãos comuns. Mas estaria salvaguardada a idéia de tomar a sociedade inteira.

Consoante com estas idéias, foram três os pontos de vista escolhidos:

- dos presidiários;
- do sistema penitenciário;
- da sociedade.

É provável que o ponto de vista dos presidiários sobre a situação que o sistema penitenciário vive se constitua no ângulo mais difícil de ser levado em consideração pelas autoridades e também pela própria sociedade, uma vez que quem está reclamando e reivindicando novas posturas e novos gerenciamentos é exatamente o grupo que cometeu o erro pelo qual está pagando com as penas da lei.

No entanto, além de este ponto de vista fazer parte da sociedade, uma vez que os donos desta ótica pertencem à sociedade, ainda que esta negue este fato, constitui-se, concomitantemente, no grupo que mais sofre e no que tem menos voz ativa, com menos ouvidos atentos a seus desejos e reivindicações.

Aceitar o segundo ponto de vista, o do sistema penitenciário, constitui-se em algo incômodo para a sociedade e também para o próprio sistema penitenciário, uma vez que estariam assim se defrontando com a realidade de que para eles, o criminoso e a aplicação da lei não só são a matéria na qual irão concretizar os princípios humanos e éticos de que estão imbuídos, mas que também constitui-se, certamente,

em fonte de trabalho e riqueza.

Talvez o último ponto de vista, o da sociedade, que é o ponto de vista do senso comum, seja o mais claro e mais simples de identificar, uma vez que, para ele, a única coisa que interessa é livrar-se definitivamente do criminoso, pouco importando qual é a condição de vida do condenado, uma vez que considera que o erro cometido tem que ser pago desde já, atrás das grades, com rigidez e muito sofrimento.

Para efetivar a análise do problema da superlotação das unidades e as possibilidades de otimização do sistema penitenciário como um todo, ficou claro que era preciso determinar de qual perspectiva se queria observar o problema. A partir da determinação dos pontos de vista, a função de avaliação ficou determinada para cada um deles, e, como era de esperar, cada uma se compôs de maneira diferente.

O processo de efetivar o ranking das unidades penitenciárias foi construído a partir de uma inserção histórica e social do problema. Isto é, a existência dos presídios e a superlotação não acontecem por acaso, mas refletem uma intenção e a atitude que a sociedade assume em relação às prisões.

Uma parte das intenções são abertamente declaradas pelas autoridades e pela lei, enquanto outra permanece oculta - não se expressa, nem se mostra. Mesmo que não apareçam formalmente, as conseqüências desta intenção e desta postura são muito fortes, superando barreiras silenciosa e implacavelmente, fazendo sentir seu efeito em todos os estratos da sociedade.

É duro constatar que a situação desumana na qual os presídios permanecem não é um acaso. Assim, à sociedade, considerada como um ente, é conveniente descumprir a Lei das Execuções Penais, não atendendo às necessidades materiais, de saúde, jurídicas, educacionais, sociais e religiosas do apenado.

Superlotar as UPs é uma das conseqüências deste descumprimento da lei no qual o próprio estado incorre.

No entanto, a todo o aspecto em que o estado não cumpre a lei corresponde uma conseqüência nefasta à própria sociedade, a médio e a longo prazo.

A superlotação das UPs, uma das conseqüências, potencializa as piores conseqüências - como, por exemplo, a formação de novos criminosos e a formação no presídio de um ambiente desumano - e ainda prepara o presídio para novas rebeliões, novos massacres.

Mesmo com a dura realidade que o sistema penitenciário apresenta, é possível melhorar a vida de todos os apenados, a relação do sistema penitenciário com a sociedade e a produção deste sistema.

No entanto, é preciso dizer que ao preso remido não pode ser devolvida, irresponsavelmente por parte do estado, a liberdade. O estado tem a obrigação de cuidar da boa volta do preso remido à sociedade. Quer dizer, o preso que recupera sua liberdade tem que ter um acompanhamento psicológico, social e econômico, sob pena de ter sido em vão todo o investimento que a sociedade fez e todo o sofrimento que o condenado teve que passar. Com este acompanhamento, diminuem-se as chances de se ter nas ruas mais um cidadão cheio de ódio pela sociedade, com uma enorme tendência para delinquir mais uma vez, já que não vê mais outra possibilidade na vida.

Melhorar e tornar mais humana a condição dos apenados, oferecendo uma possibilidade de diminuir a superlotação das unidades penitenciárias, é a intenção última deste trabalho.

8.2 - Conclusões relativas ao problema em estudo

Pode parecer repetitivo, mas o problema em estudo - superlotação das UPs - só é um problema premente do ponto de vista dos presidiários, porque para o sistema penitenciário como definido neste trabalho, a superlotação, apesar de ser a acionadora principal de todas as rebeliões, fugas, assassinatos, torturas, tráfico de drogas, corrupção por parte da guarda penitenciária, massacres, tomada de reféns e outras atrocidades, é também a garantia da necessidade da existência desta estrutura dentro da sociedade, da quantidade de empregos que proporciona, da quantidade de investimentos que possibilita ao comércio e à indústria.

É importante ver que um presídio não é apenas o local onde se aplica a lei, mas é um local garantido de consumo certo de uma série de itens, desde os legais como sabonetes, papel higiênico, comida, água, material de limpeza, roupas, energia elétrica até aqueles totalmente fora da lei, como drogas e armas, gerando grandes lucros aos fornecedores.

Há, sem dúvida alguma, um grande interesse econômico na continuação da existência dos presídios tal como eles se constituem atualmente, uma vez que são enormes estruturas, pontuais e ávidas consumidoras e usuárias de bens, gerando riquezas e proporcionando grandes lucros.

Para mostrar que os presídios são também fonte de riqueza e lucro, digo que o capital privado tem muito interesse em que haja o processo de privatização de alguns presídios, como aconteceu nos Estados Unidos e na Inglaterra. Lemgruber aponta, para quem duvida do fato ou mesmo não sabe, que a Correction Corporation of America e a Wackenhut são duas empresas americanas que exploram este nicho do mercado. A primeira:

tem a maior fatia deste mercado e está entre as cinco empresas com melhor desempenho na Bolsa de Valores de Nova Iorque nos últimos três anos. O valor total de suas ações passou de 50 milhões de dólares em 1986 para 3,5 bilhões em outubro de 1997, o que significa um aumento de 6.900% em 11 anos (LEMGRUBER: 2002).

A verdade é que, para as empresas que só visam ao lucro, fornecer insumos para um presídio é garantia de lucro certo, independentemente de qualquer princípio

ético ou humano

Já para a sociedade em geral, pouco importa o que esteja acontecendo com os apenados, o que interessa mesmo é que estes permaneçam o mais longe de seus olhos, dos seus bens, de maneira a não pôr em risco o direito que eles têm de usufruir do que a sociedade oferece aos cidadãos de bem e o direito à integridade física.

Sem uma definição de qual ponto de vista se observa o problema e como este se constitui, as estatísticas (no sentido de medidas) sobre os presídios, apresentarão apenas números assustadores, que acabam acentuando a intenção explícita da sociedade de cada vez mais prender atrás das grades todos aqueles que cometeram algum delito, e não a idéia de oferecer outro tipo de pena, como as penas alternativas, que diminuiriam, e consideravelmente, os custos, a superlotação e as taxas de reincidência.

Como ilustração das possibilidades existentes - e que, diga-se, não são aceitas pela sociedade - segue uma lista com 53 penas alternativas já utilizadas em algumas partes do mundo. Algumas delas, é certo, não fazem parte de nossa cultura e não poderiam ser utilizadas em nossa sociedade, mas mantenho o texto original, produzido por Damásio de JESUS (1999), para exemplificar a quantidade de penas diferentes da prisão em regime fechado:

1. Prestação de serviços à comunidade;
2. Limitação de fim de semana (contínua e descontínua);
3. Interdições temporárias de direitos;
4. Multa (recolhimento aos cofres públicos);
5. Multa indenizatória, também chamada "prestação pecuniária" (valor destinado à vítima);
6. Reparação do dano;
7. Tratamento de choque (*shock probation* ou *shock incarceration*): penas privativas de liberdade de curta duração (20 dias de prisão, por exemplo);
8. Tarefas (ex.: visitas a hospitais, estabelecimentos de auxílio infantil, casas de caridade, pronto-socorros, residências de vítimas de trânsito etc.);

9. Proibição de freqüentar determinados lugares;
10. Exílio local (limitação de residência; confinamento): obrigação de residir em certo lugar;
11. Freqüência a cursos escolares e profissionalizantes;
12. Prisão domiciliar (*house arrest*) com permissão para saídas (trabalho, médico etc.);
13. Prisão descontínua (períodos de encarceramento com intervalos livres);
14. Admoestação ou repreensão (pública, na audiência, ou privada);
15. Pedido de desculpas à vítima ou à comunidade (pela imprensa ou em particular, perante a comunidade, em local público, v.g., nas escadas da Prefeitura; discurso em público, de pelo menos um minuto, desculpando-se perante a vítima);
16. Entrega de quantia em dinheiro para instituição de utilidade social;
17. Entrega de importância em dinheiro ao Estado;
18. Prestação inominada (ex.: pagamento de cestas básicas a instituições de caridade ou à vítima);
19. Perda de direitos;
20. Expulsão do território;
21. Suspensão e privação de direitos políticos;
22. Multa assistencial (destina-se a instituições públicas ou privadas de assistência social);
23. Perda de cargo, função ou mandato eletivo;
24. Incapacidade para o exercício do pátrio poder, tutela e curatela;
25. Inabilitação para dirigir veículo;
26. Tratamento de desintoxicação;
27. Exílio rural (*Boot camp*): isolamento em área rural;
28. Proibição de uso de cheque bancário;
29. Manutenção de distância da vítima (espaço determinado pelo

Juiz);

30. Confisco de bens pessoais (particulares);
31. Proibição temporária de uso de cartão de crédito;
32. Suspensão de licença para uso de arma de fogo;
33. Devolução ao proprietário do objeto subtraído;
34. Pagamento do "custo do crime" (pagamento das despesas do Estado na investigação criminal);
35. Caução de não ofender (compromisso de não cometer novo delito);
36. Compromisso de manter tranquilidade e boa conduta;
37. Caução de não mais molestar a vítima;
38. Reconciliação com o ofendido;
39. Submissão a programa de reabilitação social (*referral to an attendance centre*; sessões de terapia social ou psicológica);
40. Mudança de residência ou de bairro;
41. Proibição de residência (obrigação de não morar em determinado lugar);
42. Proibição de trânsito pessoal (obrigação de não transitar por determinado local);
43. Cumprimento de instruções (submissão do condenado a uma série de instruções apresentadas pelo Juiz);
44. Açoite em público;
45. Trabalho obrigatório;
46. Recolhimento noturno à prisão (trabalho durante o dia; a nossa prisão-albergue);
47. Penas humilhantes (humilhações públicas, como outdoor com aviso sobre a agressividade do condenado; obrigar o ébrio contumaz a reforçar a estrutura de seu veículo; publicação em jornal da fotografia do criminoso e a enumeração de seus delitos; publicação nos jornais locais do nome de pessoas que freqüentam locais de prostituição; publicação pela imprensa da confissão do crime; levar o

ladrão, em via pública, cartaz com a confissão do delito);

- 48. Publicação da sentença condenatória;
- 49. Retratação (desdizer-se, retirar o que se disse);
- 50. Monitoramento eletrônico;
- 51. Proibição de uso de telefone celular;
- 52. Relatório diário (*Day reporting Center*): o condenado apresenta relatório sobre onde estará o dia inteiro; sua presença é checada pelo telefone por um funcionário;
- 53. Obrigação de residir, pelo tempo determinado na sentença, em Centro Comunitário Correcional.

Acrescento ainda que, no sentido de humanizar os presídios, o sistema judiciário deveria efetivar mutirões de maneira a acelerar os processos que garantem a progressão de regime e mesmo aqueles que determinam o término da pena.

Sei que já há um grupo de organizações que lutam por esta idéia. No entanto, como tudo aquilo que se refere a presídios, tais atitudes ainda se defrontam com preconceitos e a com a má vontade da sociedade em retirar os apenados de trás das grades, ainda que estes estejam cumprindo sua pena como manda a lei, ou mesmo já a tenham cumprido, sofrendo muito com todo o processo.

8.5 - Recomendações

Apresento aqui três recomendações principais que serão úteis para trabalhos posteriores. A primeira delas refere-se às informações obtidos, isto é banco de dados, a segunda ao aparato teórico, e a terceira, à ética do trabalho.

Quanto ao banco de dados: para pesquisas futuras é necessário que haja um trabalho maior sobre o banco de dados, não apenas no sentido da ampliação, mas no sentido de que o mesmo seja apresentado de uma forma completa, com o mínimo possível de lacunas e erros. Os sistemas de informatização e registro de dados atualmente é muito bom e, muitas vezes, mais informações só não são obtidas por falta de orientação.

Além disto, estudar o problema utilizando as séries temporais será de grande utilidade à comunidade, no sentido de provê-la com informações que só podem ser percebidas com a passagem do tempo e coletando as informações das diferentes orientações administrativas determinadas pela série de diferentes governos, sendo que cada um, de um modo geral, procura imprimir uma certa marca característica em sua administração.

Mas não só pensando nas séries temporais, mas num estudo que conecte os interesses que esta complexa organização - o sistema penitenciário - suscita em outros segmentos da sociedade, perscrutando estas várias conexões com a sociedade que ela mesma deseja encobrir.

Quanto ao aparato teórico: não se pode esquecer a importância da inserção histórica do problema. Referindo-se a qualquer organização, para efetivar uma avaliação da mesma que seja justa e possibilite realmente um aporte de informações úteis para que as modificações possam ser postas em prática, é necessário que se realize uma inserção no momento histórico. Determinar quais são os valores vigentes na época, quais as dificuldades e quais os objetivos daquele, para assim poder recolher informações que efetivamente tenham utilidade no momento de aplicar novas idéias e novas diretrizes administrativas.

Quanto à ética: não esquecer que o fim último da ciência é o bem-estar dos

seres humanos, mas o bem-estar de todos e nunca apenas o bem-estar de uns poucos.

BIBLIOGRAFIA

Obras Citadas

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE)**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, 2ª edição, 128 p.

ARAÚJO, Paula Maria de Queiroz. **Avaliação de Eficiência de Agências Bancárias: uma aplicação de Data Envelopment Analysis - DEA**. Recife, Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, dissertação de mestrado, 2000, 91 p.

BERGER, Peter L. & LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento**. Rio de Janeiro, Vozes, 1985, 247 p.

BRASIL. **Código Penal**: mini / obra de autoria coletiva da Editora Saraiva com a colaboração de Antonio Luiz de Toledo Pinto, Marcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Luiz Eduardo Alves de Siqueira. - 7ª ed., São Paulo, 2001, 764 p.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. / obra coletiva de autoria da Editora Saraiva com a colaboração de Antônio Luiz de Toledo Pinto e Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt. - 12ª ed. atual. - São Paulo, Saraiva, 1999.

COMISSÃO DE CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. **Relatório Azul**. 1994-1995. Disponível em: <<http://www.rolim.com.br>> Acesso em: junho 2002.

DRUCKER, Peter F. **Administração de organizações sem fins lucrativos: princípios e práticas**. São Paulo, Pioneira Thomson Learning, 2001, 166 p.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Presídios: SP quer ser modelo de gestão**. Caderno Folha Cotidiano, in Folha de São Paulo, 29 de março de 2001.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis, Vozes, 23ª ed., 1987, 288 p.

HUMAN RIGHTS WATCH. **Superlotação, penas alternativas e construção de novos presídios**. Disponível em: <<http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/resumo.htm>> Acesso em junho de 2002;

JESUS, Damásio de. **Penas alternativas**. Disponível em: < <http://www.damasio.com.br> > acesso junho de 2003;

LEMGRUBER, Julita. **Encher cadeia não resolve**. Disponível em:< <http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

LEMGRUBER, Julita. **O Castigo nas Mãos da Comunidade**. Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br/artigos.asp> > acesso em: junho de 2002.

LEMGRUBER, Julita. **Punir o infrator, não o contribuinte.** Correio Braziliense, 10 de fevereiro de 1997.

LEMGRUBER, Julita. **Quando o Crime Compensa.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> >. Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Quem acredita em pena de morte.** in O Globo, 19 de outubro de 1998. Disponível em:< <http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

LEMGRUBER, Julita. **Quem paga a pena.** Veja, de 10 de julho de 1997. Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

LEMGRUBER, Julita. **Segurança não tem preço, cadeia tem custo.** Folha de São Paulo, 24 de julho de 1997. Disponível em: <<http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

LEMGRUBER, Julita. **O castigo nas mãos da comunidade.** O Globo, 29 de dezembro de 1997. Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

LEMGRUBER, Julita. **Pior é impossível.** O Globo, 13 de abril de 1998. Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > Acesso em junho de 2001.

MARINER, Joane & CAVALLARO, James. **O Brasil atrás das grades.** Disponível em: <<http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/resumo.htm>>. Acesso em 2002;

MINHOTO, Laurindo Dias. **Privatização de presídios e criminalidade: a gestão da violência no capitalismo global.** São Paulo, Max Limonad, 2000, 214 p.

MONTEIRO, Adalberto. **Reintegração Social do Preso - Utopia e Realidade.** Disponível em <http://www.cjf.gov.br/revista/número15/mesaredonda22>. Acesso em fevereiro de 2004.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização.** São Paulo, Atlas, 1996, 421 p.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil, 6ª edição, 2002, 350 p.

NORMAN, Michael; STOKER, Barry. **Data envelopment analysis: the assessment of performance.** England, John Wiley and Sons, 1991, 254 p.

ROLIM, Marcos. **O labirinto, o Minotauro e o fio de Ariadne: garantias e regras mínimas para a vida prisional.** Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

SILVA Filho, José Luiz Fonseca da. **Gestão participativa e produtividade: uma abordagem da ergonomia.** Florianópolis, 1995, Tese (doutorado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia e Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

Obras Consultadas

ANISTIA INTERNACIONAL. **Regras mínimas para o tratamento de prisioneiros.** Disponível na internet.

ARAÚJO, Paula Maria de Queiroz. **Eficiência de uma rede de agências bancárias utilizando o modelo Data Envelopment Analysis - DEA.** Disponível em < <http://www.dca.ufpe.br/propad/prod.html> > acesso em agosto de 2003.

BELLONI, José Ângelo. **Uma metodologia de avaliação de eficiência produtiva de universidades federais.** Florianópolis, 2000, 245 f. Tese (doutorado em Engenharia de Produção) - Departamento de Engenharia e Produção e Sistemas, Universidade Federal de Santa Catarina.

BOFF, Leonardo. **Identidade e complexidade.** Disponível em < <http://www.dhnet.org.br/desejos/textos/galaxy.html> > acesso em novembro de 2004.

BOLDRINI, José Luiz et alii. **Álgebra Linear.** São Paulo, Harper & Row do Brasil, 1980, 2ª edição, 372 p.

BRASIL. **Código Penal.** São Paulo, Saraiva, 2001, 7ª edição, 764 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** São Paulo, Saraiva, 2001, 27ª edição, 331 p.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** São Paulo, Saraiva, 1999, 12ª edição, 111 p.

CHAUÍ, Marilena. **Brasil: mito fundador e sociedade autoritária.** São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2000, 103 p.

COELLI, Tim. **An introduction do efficiency and productivity analysis.** Kluwer Academic Publishers, 2000.

COOPER, Willian. **Data envelopment analysis: a comprehensive text with models, applications, references, and DEA-Solver software.** Kluwe Academic Publishers, 2000.

ESTELITA, Marcos Pereira; MEZA, Lúcia Angulo. **Análise envoltória de dados e perspectivas de integração no ambiente de apoio à decisão.** Rio de Janeiro, COPPE/UFRJ, 2000, 232 p.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Rio de Janeiro, Edições Graal, 1979, 295 p.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos.** São Paulo, Editora Perspectiva, 1999, 6ª edição, 312 p.

HASSEN, Maria de Nazareth Agra. **O trabalho e os dias: ensaio antropológico**

sobre trabalho, crime e prisão. Porto Alegre, Tomo Editorial, 1999, 236 p.

II Caravana Nacional de Direitos Humanos. **Relatório: uma amostra da realidade prisional brasileira.** Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2000, 100 p.

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Redação e editoração.** Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

JESUS, Damásio E. de. Penas alternativas no projeto de lei nº 2.684 de 1996. **Revista do Ilanud**, nº 03, p. 7.

JESUS, Damásio E. de. **Penas alternativas.** Disponível em: < <http://www.damasio.com.br> > Acesso em abril de 1999.

MARINHO, Alexandre. **Estudo de eficiência em alguns hospitais privados com a geração de rankings.** Disponível em < http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0794.pdf > Acesso em julho de 2003.

MATHUR, Kamlesh & SOLOW, Daniel. **Manegement Science: the art of decision making.** New Jersey, Prentice Hall, 1994, 453 p.

OLIVEIRA, Willian Terra de. O lado obscuro de cada ciência. **Revista do Ilanud**, nº 03, p. 13.

PUCCINI, Abelardo de Lima. **Introdução à programação linear.** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos Editora S.A., 1977, 252 p.

ROLIM, Marcos. **O labirinto, o Minotauro e o fio de Ariadne: garantias e regras mínimas para a vida prisional.** Brasília, Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1999.

SÁ, Geraldo Ribeiro de. **A prisão dos excluídos: origens e reflexões sobre a pena privativa da liberdade.** Rio de Janeiro, Editora da Universidade Federal de Juiz de Fora e Editora Diadorim, 1996, 203 p.

SMITH, Elizabeth A. **Manual de produtividade: métodos para envolver os funcionários na melhoria da produtividade.** Rio de Janeiro, Editora Qualitymark, 1993, 249 p.

SPIEGEL, Murray Ralph. **Estatística.** São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1977, 578 p.

STAMFORD. **Programação linear ou modelos de otimização linear.** Disponível em < http://www.stamford.pro.br/ARQUIVOS/20001_proglinM1.doc > Acesso em agosto de 2002.

Universidade Federal do Paraná. **Citações e notas de rodapé.** Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

Universidade Federal do Paraná. **Referências.** Universidade Federal do Paraná,

Sistema de Bibliotecas. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2000.

Universidade Federal do Paraná. **Teses, dissertações, monografias e trabalhos acadêmicos.** Universidade Federal do Paraná, Sistema de Bibliotecas. - Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.

VARELLA, Dráuzio. **Estação Carandiru.** São Paulo, Companhia das Letras, 2001, 297 p.

Artigos

BATOCHIO, José Roberto. Punir para Educar. **Folha de São Paulo**, Caderno A, p. 3, São Paulo, 15 de março de 2001.

BRAGA, Humberto. Tortura e Terrorismo. **Folha de São Paulo**, São Paulo, caderno A, p. 3, 19 de março de 2001.

CARVALHO, Luiz Carlos Pereira de. Teoria da firma: a produção e a firma. **Manual de Economia**. 1ª edição, São Paulo, 1991, 443 p.

DIMENSTEIN, Gilberto. Desenho Desanimado. **Folha de São Paulo**, 25 de outubro de 1998.

LINS E SILVA, Evandro. Grades Vergadas do Desespero. **Folha de São Paulo**, Caderno Mais!, 11 de março de 2001.

MINGARDI, Guaracy. **Os matadores da periferia Paulistana**. Revista do Ilanud, nº 03, 1997;

VIEIRA, Oscar Vilhena. **Reciprocidade e o jovem infrator**. Revista do Ilanud, nº 03, 1997;

Artigos coletados da internet

BLANCO, Alessandra. **Acesso a armas de fogo pode levar ao suicídio.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm> > , acesso em 2002;

CABRAL, Otávio. **Criminosos são cada vez mais jovens.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm> > , acesso em 2002;

CABRAL, Otávio. **Reincidência é menor com pena alternativa.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm> > , acesso em 2002;

CABRAL, Otávio. **Roubo está em 1º no ranking de crimes.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm> > , acesso em 2002;

DIMENSTEIN, Gilberto. **América - Roqueiros da Paz.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm> > , acesso em 2002;

KAHN, Tulio. **Crime e desemprego.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > , acesso em 2001;

LEMBRUGER, Julita. **Ouvindo as Queixas do Povo.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > , acesso em 2001;

LEMBRUGER, Julita. **Queremos Escolas ou Prisões.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > , acesso em 2001;

LEMBRUGER, Julita. **Sob a Égide da Lei.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMBRUGER, Julita. **Um Fórum Permanente Contra a Violência.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita & KAHN, Tulio & BEATO, Claudio. **Como Salvar o Plano.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Cadeia para Assédio Sexual?** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Celas ou Salas de Aula.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Cicatrizando Feridas Reais ou Simbólicas.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **De galos de briga, fraldas e alfaces.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **O Castigo nas Mãos da Comunidade.** Disponível em: < <http://www.cesec.ucam.br> > . Acesso em 2001;

www.cesec.ucam.br >. Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Pior é Impossível.** Disponível em: < [http: www.cesec.ucam.br](http://www.cesec.ucam.br) >. Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Quem Acredita em Pena de Morte.** Disponível em: < [http: www.cesec.ucam.br](http://www.cesec.ucam.br) >. Acesso em 2001;

LEMGRUBER, Julita. **Segurança não tem preço, tem custo.** Disponível em: < [http: www.cesec.ucam.br](http://www.cesec.ucam.br) >. Acesso em: 2001;

LOMBARDI, Renato. **Instituto analisa situação das prisões no país.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

MARQUES, João Benedicto de Azevedo. **A crise penitenciária e suas soluções.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

MARQUES, João Benedicto de Azevedo. **A prevenção do crime globalizado.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em 2002;

MUG, Mauro. **Cientista condena redução da maioria.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em 2000;

RODRIGUES, Cláudia. **Caso Agravado: a sociedade adormecida.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

SALVAGNI, José Carlos. **Prisão só para infrações mais graves, condenação que avança.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

SIMÕES, Rogério. **Punição exige participação da sociedade.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

SOARES, Glaucio & CANO, Ignacio & LEMGRUBER, Julita. **Sete Teses Equivocadas sobre a Criminalidade e a Violência.** Disponível em: <http://www.cesec.ucam.br/>. Acesso em: junho de 2001;

TOGNOLI, Julio Claudio. **Onu faz debates sobre desarmamento.** Disponível em: < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>. Acesso em: 2002;

Sites consultados

CESEC - <<http://www.cesec.ucam.br/>>;

Conjuntura Criminal - < <http://www.conjunturacriminal.com.br/>>;

DEPEN - <http://www.mj.gov.br/depen/funpen_orcamento.htm>;

Human Rights Watch - <http://www.hrw.org/portuguese/reports/presos/resumo.htm>;

Ilanud - < <http://sites.uol.com.br/ilanud/comp.htm>>;

Instituto Brasileiro de Ciências Criminais - <<http://www.ibccrim.org.br/>>;

IPEA - http://www.ipea.gov.br/pub/td/td_2001/td0794.pdf;

Ministério da Justiça do Brasil - <<http://www.mj.gov.br/>>;

Observatório da Imprensa - <<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/>>;

Penal Reform International - <http://www.penalreform.org/english/frset_pre_en.htm>;

Penas Alternativas - <http://www.damasio.com.br/novo/html/artigos/art_29.htm>;

Prisões - <http://www.conjunturacriminal.com.br/artigos/sistema_prisional.htm>;

Regras Mínimas - <<http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/fpena/lex52.htm>>;

Roger Tarling - <http://www.soc.surrey.ac.uk/staff/backup/roger_tarling.htm>;

Susepe - <<http://www.sjs.rs.gov.br/>>;

Softwares utilizados

Excel - Microsoft® 2000;

Ideas - 6.1.7. Ideas 6 Standard - For Windows 95;

Word - Microsoft® 2000;

Anexos

Tabelas

Tabela 39 - Banco de dados fornecido pelo CIOSPE

número	Variável	Significado
1	IDENTIFI	Código do estabelecimento
2	ANO	Ano
3	TRIM	Trimestre
4	VAGAS	Capacidade atual do estabelecimento (disponibilidade real de vagas)
5	DEFICIT	déficit de vagas
6	CELAS1	número de celas individuais
7	CELAS2	número de celas com dois leitos
8	CELAS3	número de celas com três leitos
9	CELAS4	número de celas com quatro leitos
10	CELAS5	número de celas com cinco leitos
11	CELAS6M	número de celas com seis leitos ou mais
12	VAGA1	Capacidade de lotação do projeto - masculino
13	VAGA2	Capacidade de lotação do projeto - feminino
14	ALOJAM	número de alojamentos
15	M2PRESO	área em m ² por preso
16	M2CELAS1	área em m ² das celas individuais
17	M2CELAS2	área em m ² das celas com dois leitos
18	M2CELAS4	área em m ² das celas quatro leitos
19	M2ALOJA	área em m ² dos alojamentos
20	MONITOR	número de monitores penitenciários em exercício
21	AGENTES	número de agentes penitenciários
22	AGENTES1	agentes de segurança penitenciária masculinos
23	AGENTES2	agentes de segurança penitenciária femininos
24	AUXILIAR	número de auxiliares penitenciários
25	TÉCNICOS	número de técnicos penitenciários
26	CRIMINOL	número de criminólogos
27	QGERAL	número de funcionários do quadro geral
28	CCS	número de CCs
29	CLTS	número de CLTs
30	FOUTROS	outros funcionários
31	TFUN	total de funcionários
32	FUNC1I	funcionários com primeiro grau incompleto
33	FUNC1G	funcionários com primeiro grau completo
34	FUNC2I	funcionários com segundo grau incompleto
35	FUNC2G	funcionários com segundo grau completo
36	FUNC3I	funcionários com grau superior incompleto
37	FUNC3G	funcionários com grau superior completo
38	TFUNG	total de funcionários por grau de instrução
39	FUNC1	funcionários com primeiro grau
40	FUNC2	funcionários com segundo grau
41	FUNC3	funcionários com grau superior
42	FUNCADM	funcionários em serviço administrativo
43	FUNCSEG	funcionários em serviço de segurança
44	FUNCOUT	funcionários em outras áreas de trabalho

número	Variável	Significado
45	TFUNT	total de funcionários por área de trabalho
46	FUNCFER	funcionários em férias no trimestre
47	FUNCLICE	funcionários em licença de saúde
48	TECNICO1	profissionais da saúde (médicos, ass. sociais, etc)
49	TECNICO2	criminólogos mais técnicos penitenciários
50	TTECNICO	TECNICO1 + TECNICO2
51	PRESOSME	média de presos no trimestre
52	PRESOSFIM	número de presos no fim do trimestre
53	OCUPACAO	ocupação real (vagas)
54	PRESOPR	número de presos no final do trimestre cf. Procergs
55	ENTANTER	entrada ano anterior
56	ENTATUAL	entrada ano atual
57	SAIDAM	saída por morte
58	SAIDAP	saída por cumprimento de pena
59	MASCULIN	Homens
60	MASCULPR	homens, cf. Procergs
61	FEMININO	Mulheres
62	FEMINIPR	mulheres, cf. Procergs
63	PRESFECH	presos em regime fechado
64	PRESSEMI	presos em regime semi aberto
65	PRESABER	presos em regime aberto
66	PRESALBE	presos albergados
67	PRESEMD	presos sem definição de regime
68	TREGIME	total de presos quanto ao regime
69	PENAS5	até 5 anos
70	PENAS30	maior que 5 até 30 anos
71	MULTAS	Multas
72	OUTRAS	Outras
73	COND1	Condenados
74	COND2	Condenadas
75	CONDPRI	condenados primários
76	CONDPRI1	condenados primários homens
77	CONDPRI2	condenados primárias
78	CONDRE	condenados reincidentes
79	CONDRE1	condenados reincidentes homens
80	CONDRE2	condenadas reincidentes
81	CONDSEMI	condenados sem informação
82	CONDPROV	total de condenados e provisórios
83	CONDENAD	total de condenados
84	TPREV	total de presos por prisão preventiva
85	PREVPRI	presos preventivos primários
86	PREVRE	presos preventivos reincidentes
87	PREVPROV	presos preventivos provisórios
88	FLAGRA	presos por prisão em flagrante
89	FLAGPRI	presos em flagrante primários
90	FLAGRE	presos em flagrante reincidentes
91	FLAGPROV	presos em flagrante provisórios
92	PTEMP	presos por prisão temporária
93	PCIV	presos por prisão civil
94	PADM	presos por prisão administrativa
95	PADMPRI	presos por prisão administrativa primários

número	Variável	Significado
96	PADMRE	presos por prisão administrativa reincidentes
97	PADMPROV	presos por prisão administrativa provisórios
98	SEMCND	total de presos sem condenação penal
99	TPRON	total de presos com sentença de pronúncia
100	PRONPRI	presos primários com sentença de pronúncia
101	PRONRE	presos reincidentes com sentença de pronúncia
102	PRONPROV	presos provisórios com sentença de pronúncia
103	TPROCE	total de presos respondendo processo
104	PROCPRI	presos primários respondendo processo
105	PROCRE	presos reincidentes respondendo processo
106	PROCPROV	presos provisórios respondendo processo
107	PROV1	presos provisórios homens
108	PROV2	presas provisórias
109	PRIMAR	Primários
110	REINC	Reincidentes
111	PROVISOR	total de provisórios
112	CORREC	correcionais recolhidos
113	DEMENTE	dementes recolhidos
114	MENORES	menores recolhidos
115	MENJUDIC	menores recolhidos por determinação judicial
116	TESPESC	total de recolhimentos especiais
117	FLAG3M	presos em flagrante ou preventivos há mais de 3 meses sem condicional
118	TOTALIRR	total de irregulares
119	HOMICIDI	presos por homicídio
120	TENTHOM	tentativa de homicídio
121	LESAOCUR	presos por lesões corporais
122	ATPROP	atentado à propriedade
123	LATROCIN	presos por latrocínio
124	CRIMSEXU	presos por crimes sexuais
125	ESTELION	presos por estelionato
126	EXTORSAO	presos por extorsão
127	FURTO	presos por furto
128	ASSALTO	presos por assalto
129	ROUBO	presos por roubo
130	APROPRIA	presos por apropriação indébita
131	PECULATO	presos por peculato
132	TRAFIDRO	presos por tráfico de entorpecentes
133	PORTEDRO	presos por porte de entorpecentes (viciados)
134	SEQUESTR	presos por seqüestro
135	CONTRAVE	presos por contravenção
136	ECONPOP	presos por crime contra a economia popular
137	PENSAOAL	presos por pensão alimentícia
138	DEPOSITI	presos como depositário infiel
139	OUTROMO	outros motivos
140	TERMINO	presos postos em liberdade por término da pena
141	RELAXPRE	presos postos em liberdade por relaxamento da prev.
142	NHOMOLOG	presos postos em liberdade por não homologação do flagrante
143	REVOGAC	presos postos em liberdade por revogação da medida de segurança
144	INDULTO	presos postos em liberdade por indulto

número	Variável	Significado
145	COMUTAC	presos postos em liberdade por comutação da pena
146	CONDIC	presos postos em liberdade por livramento condicional
147	ABSOLV	presos postos em liberdade por absolvição
148	HABEAS	presos postos em liberdade por habeas corpus
149	LIBOUTRO	presos postos em liberdade por outros motivos
150	TLIB	total de presos postos em liberdade no trimestre
151	INDULTNO	indultados novamente presos
152	PRECARIA	presos recolhidos por quebra de liberdade precária
153	AGRICULT	Agricultores
154	OPERARIO	Operários
155	COMERCOS	Comerciários
156	COMERTES	Comerciantes
157	MOTORIST	Motoristas
158	CARPINT	Carpinteiros/marceneiros
159	MECANICO	Mecânicos
160	PEDREIR	Pedreiros
161	PINTORES	Pintores
162	JORNAL	Jornaleiros
163	ESTIVA	Estivadores
164	ESTUDANT	Estudantes
165	SERVENT	Serventes
166	SAPAT	Sapateiros
167	FPUBLICO	funcionários públicos
168	AUXESC	auxiliar de escritório
169	DONACASA	dona de casa
170	DOMESTIC	empregados domésticos
171	FAXINEIR	faxineiras domésticas
172	COSTURA	Costureiros
173	PARTEIRA	Parteiras
174	PROSTI	Prostitutas
175	BALCON	Balconistas
176	AUTONOM1	Autônomos
177	AUTONOM2	Autônomas
178	ASSALAR1	Assalariados
179	ASSALAR2	Assalariadas
180	DESEMP1	Desempregados
181	DESEMP2	Desempregadas
182	SEMPROF	presos sem profissão
183	OUTPROF	outras profissões
184	TPROF	total de presos que trabalhavam antes de serem presos
185	IDADE18	de 18 a 21 anos
186	IDADE22	de 22 a 25 anos
187	IDADE26	de 26 a 35 anos
188	IDADE36	de 36 a 50 anos
189	IDADE51	de 51 a 70 anos
190	IDADE70M	com mais de 70 anos
191	MAIOR	maior
192	MENOR	Menor
193	IGNORADO	Ignorado
194	PRI18	Presos primários de 18 a 21 anos
195	RE18	Presos reincidentes de 18 a 21 anos

número	Variável	Significado
196	PROV18	Presos provisórios de 18 a 21 anos
197	PRI22	Presos primários de 22 a 25 anos
198	RE22	Presos reincidentes de 22 a 25 anos
199	PROV22	Presos provisórios de 22 a 25 anos
200	PRI26	Presos primários de 26 a 35 anos
201	RE26	Presos reincidentes de 26 a 35 anos
202	PROV26	Presos provisórios de 26 a 35 anos
203	PRI36	Presos primários de 36 a 50 anos
204	RE36	Presos reincidentes de 36 a 50 anos
205	PROV36	Presos provisórios de 36 a 50 anos
206	PRI51	Presos primários de 51 a 70 anos
207	RE51	Presos reincidentes de 51 a 70 anos
208	PROV51	Presos provisórios de 51 a 70 anos
209	PRI70M	Presos primários com mais de 70 anos
210	RE70M	Presos reincidentes com mais de 70 anos
211	PROV70M	Presos provisórios com mais de 70 anos
212	HOME18	Homens de 18 a 21 anos de idade
213	MULHE18	mulheres de 18 a 21 anos de idade
214	HOME22	Homens de 22 a 25 anos de idade
215	MULHE22	mulheres de 22 a 25 anos de idade
216	HOME26	Homens de 26 a 29 anos de idade
217	MULHE26	mulheres de 26 a 29 anos de idade
218	HOME30	Homens de 30 a 39 anos de idade
219	MULHE30	mulheres de 30 a 39 anos de idade
220	HOME40	Homens de 40 a 49 anos de idade
221	MULHE40	mulheres de 40 a 49 anos de idade
222	HOME50M	Homens de 50 anos de idade ou mais
223	MULHE50M	mulheres de 50 anos de idade ou mais
224	HOMENDEC	homens com idade não declarada
225	MULHNDEC	mulheres com idade não declarada
226	TIDADE	total de presos por idade
227	ANALFABE	Presos analfabetos
228	ALFABETI	Presos alfabetizados
229	GRAU1I	Presos com primeiro grau incompleto
230	GRAU1C	Presos com primeiro grau completo
231	GRAU2I	Presos com segundo grau incompleto
232	GRAU2C	Presos com segundo grau completo
233	GRAU3I	Presos com grau superior incompleto
234	GRAU3C	Presos com grau superior completo
235	TINSTRUC	total de presos por grau de instrução
236	CNASCIM	Presos que possuíam certidão de nascimento
237	CI	Presos que possuíam carteira de identidade
238	CPROF	Presos que possuíam carteira profissional
239	CRESER	Presos que possuíam certificado de reservista
240	TITELEIT	Presos que possuíam título de eleitor
241	CMOTORIS	Presos que possuíam carteira de motorista
242	FILHO1	Presos com 1 filho
243	FILHO2	Presos com 2 filhos
244	FILHO3	Presos com 3 filhos
245	FILHO4	Presos com 4 filhos
246	FILHO5	Presos com 5 filhos

número	Variável	Significado
247	MAIS5	Presos com mais de 5 filhos
248	TFILHOS	total de presos com filhos
249	TSOLTEIRO	Presos solteiros
250	SOLT1	solteiros do sexo masculino
251	SOLT2	solteiros do sexo feminino
252	CASADOS	Presos casados
253	CASADOS1	casados do sexo masculino
254	CASADOS2	Casadas
255	DIVORCI	Presos divorciados
256	DIVORCI1	Divorciados do sexo masculino
257	DIVORCI2	Divorciadas
258	VIUVOS	Presos viúvos
259	VIUVOS1	Viúvos do sexo masculino
260	VIUVOS2	Viúvas
261	AMASIAD	Presos amasiados
262	AMASIAD1	Amasiados do sexo masculino
263	AMASIAD2	Amasiadas
264	SEPARADO	Presos separados (de fato)
265	SEPARAD1	Presos separados judicialmente do sexo masculino
266	SEPARAD2	Presos separados judicialmente do sexo feminino
267	OUTROSES	Outros estados civis
268	BRANCOS	Presos brancos
269	NEGROS	Presos negros
270	MULATOS	Presos mulatos
271	OUTRACOR	Presos de outra cor
272	TCOR	total de presos por cor
273	MUNICIP	Presos oriundos do município ou arredores
274	ZURBANA	Presos oriundos da zona urbana
275	ZRURAL	Presos oriundos da zona rural
276	ZCOLONIA	Presos procedentes de zona colonial
277	ZCAMPANH	Presos procedentes de zona da campanha
278	TPROCED	total de presos quanto à procedência
279	CATOLICO	Presos católicos
280	CATOLIC1	católicos do sexo masculino
281	CATOLIC2	Católicas
282	PROTESTA	Presos protestantes
283	PROTEST1	protestantes do sexo masculino
284	PROTEST2	protestantes do sexo feminino
285	EVANGELI	Presos evangélicos
286	UMBADIS	Presos umbandistas
287	ESPIRITA	Presos espíritas
288	ESPIRIT1	espíritas do sexo masculino
289	ESPIRIT2	espíritas do sexo feminino
290	OUTRELIG	presos de outra religião
291	OUTREL1	presos de outras religiões do sexo masculino
292	OUTREL2	presos de outras religiões do sexo feminino
293	SEMRELIG	presos sem religião
294	TRELIG	total de presos quanto à religião
295	ANTECED	presos, quando menores, foram recolhidos por infração
296	PREVSOCI	presos que contribuem para a previdência social
297	AUXRECLU	presos com auxílio-reclusão

número	Variável	Significado
298	FAMSATISF	presos com família em situação satisfatória
299	ESCURSOS	presídio oferece cursos (1=sim, 0=não)
300	PCURSOS	presos inscritos em cursos no trimestre
301	PCURSPRO	presos inscritos em cursos profissionalizantes no trimestre
302	PCURSFIM	presos que concluíram cursos no trimestre
303	CURSOPRET	cursos pretendidos
304	CURSFIM	cursos concluídos no semestre
305	CURSPROF	cursos profissionalizantes concluídos no semestre
306	P1ALFA	presos inscritos em cursos de alfabetização
307	P2ALFA	presos freqüentando cursos de alfabetização
308	P1GRAU1	presos inscritos no primeiro grau
309	P2GRAU1	presos freqüentando o primeiro grau
310	P1GRAU2	presos inscritos no segundo grau
311	P2GRAU2	presos freqüentando o segundo grau
312	TAGRIC	total de presos que trabalham na agricultura
313	TPECU	total de presos que trabalham na pecuária
314	TIND	total de presos que trabalham na indústria
315	TARTES	total de presos que trabalham no artesanato
316	TCONS	total de presos que trabalham na conservação e limpeza
317	TOUTS	total de presos que trabalham em outros serviços
318	TEXTER	total de presos que trabalham em serviços externos
319	TINTER	total de presos que trabalham em serviços internos ao presídio
320	ATIVECON	presídio oferece trabalho prisional (1=sim,0=não)
321	ATECOINT	presídio oferecer trabalho no interior da prisão (s/n)
322	AGRICUL1	homens que trabalham na agricultura
323	PECUARI1	homens que trabalham na pecuária
324	INDUSTR1	homens que trabalham na indústria
325	ARTESAN1	homens que trabalham em artesanato
326	CONSERV1	homens que trabalham em conservação e limpeza
327	OUTSERV1	homens em outros serviços
328	SERVEXT1	homens em serviço externo
329	TTRAB1	total de homens que trabalham
330	AGRICUL2	mulheres que trabalham na agricultura
331	PECUARI2	mulheres que trabalham na pecuária
332	INDUSTR2	mulheres que trabalham na indústria
333	ARTESAN2	mulheres que trabalham em artesanato
334	CONSERV2	mulheres que trabalham em conservação e limpeza
335	OUTSERV2	mulheres em outros serviços
336	SERVEXT2	mulheres em serviços externos
337	TTRAB2	total de presas que trabalham
338	SPRIMARI	presos que trabalham no setor primário
339	SSECUNDA	presos que trabalham no setor secundário
340	NATIVECO	total de presos que trabalham
341	TOTNTRAB	presos que não trabalham
342	REMUNERA	presos que recebem remuneração por serviços prestados
343	FUNDOPEN	presos que recebem pelo fundo penitenciário
344	ORCAMENT	presos que recebem por verba orçamentária
345	OUTFONTE	presos que recebem por outras fontes
346	VISITAS	presos que recebem visitas
347	NVISITAS	presos que não recebem visitas

número	Variável	Significado
348	CORRESPO	presos que recebem correspondência
349	NCORRESPO	presos que não recebem correspondência
350	MEDICOS	médicos lotados no estabelecimento
351	DENTISTA	dentistas lotados no estabelecimento
352	PSICOLOG	psicólogos lotados no estabelecimento
353	ENFERMEI	enfermeiros lotados no estabelecimento
354	AUXENFER	auxiliares de enfermagem lotados no estabelecimento
355	AUXMEDIC	auxiliares de serviços médicos lotados no estabelecimento
356	PASSAUD	receberam atendimento médico, odontológico, hospitalar
357	PMEDICO	presos que receberam atendimento médico
358	PODONTO	presos que receberam atendimento odontológico
359	PHOSPITA	presos hospitalizados
360	PCONTAGI	presos portadores de doenças contagiosas
361	PDEFEITO	presos com defeito físico
362	OBITOS	total de óbitos
363	OBITOSPR	óbitos, cf. Procergs
364	OBITONAT	óbitos naturais (doenças)
365	OBITOVIO	óbitos violentos (homicídios)
366	SUICIDIO	Suicídio
367	ESJUR	presídio oferece assistência jurídica (sim=1, não=0)
368	TASJURID	presos que recebem assistência jurídica
369	ESSOC	presídio oferece assistência social (sim = 1, não = 0)
370	TASSOCIA	presos que recebem assistência social
371	ASSISOC	número de assistentes sociais lotados
372	ESREL	presídio oferece assistência religiosa (sim =1, não =0)
373	ASSIREL	presos que recebem assistência religiosa
374	ESPSI	presídio oferece assistência psicológica (sim = 1, não = 0)
375	ASSIPSI	presos que recebem assistência psicológica
376	CONSELHO	há conselhos comunitários? (sim = 1, não = 0)
377	NCONSELH	número de conselhos comunitários
378	CFUNCI	funcionam efetivamente (sim =1, não = 0)
379	CONSEFET	número de conselhos funcionando
380	CONSNAO	número de conselhos que não funcionam
381	ENTI	há entidades de assistência (sim = 1, não = 0)
382	CONSENTI	conselhos e entidades de assistência ao preso
383	CTCSPEN	C.T.C.S. pendentes no trimestre
384	CTCSREAL	C.T.C.S. realizados no trimestre
385	COCPEN	laudos do Centro de Observação Criminológica pendentes no trimestre
386	COCREAL	laudos do Centro de Observação Criminológica realizados no trimestre
387	IPFPEN	laudos do Instituto Psiquiátrico Forense realizados no trimestre
388	IPFREAL	laudos do Instituto Psiquiátrico Forense pendentes no trimestre
389	REINLOT	reincidiram após este trimestre
390	REINCIDE	Reincidentes
391	FUGAS	fugas em geral, incluindo atrasos e faltas
392	FUGASINT	fugas do interior da prisão
393	FILHO0	presos sem filhos
394	FILHO1PR	presos com 1 filho
395	FILHO2PR	presos com 2 filhos

número	Variável	Significado
396	FILHO3PR	presos com 3 filhos
397	FILHO4PR	presos com 4 filhos
398	FILHO5PR	presos com 5 filhos
399	CUTIS1	presos com cútis branca
400	CUTIS2	presos com cútis mista
401	CUTIS3	presos com cútis preta
402	CUTIS4	presos com cútis indiática
403	CUTIS5	presos com cútis amarela
404	CIVIL0	presos que não declararam o estado civil
405	CIVIL1	Solteiros
406	CIVIL2	casados
407	CIVIL3	viúvos
408	CIVIL4	Desquitados
409	CIVIL5	divorciados
410	CIVIL6	Amigados
411	CIVIL7	Separados
412	FIDADE15	presos com mais de 15 a 20 anos de idade
413	FIDADE20	presos com mais de 20 a 25 anos de idade
414	FIDADE25	presos com mais de 25 a 30 anos de idade
415	FIDADE30	presos com mais de 30 a 35 anos de idade
416	FIDADE35	presos com mais de 35 a 40 anos de idade
417	FIDADE40	presos com mais de 40 a 45 anos de idade
418	FIDADE45	presos com mais de 45 a 50 anos de idade
419	FIDADE50	presos com mais de 50 a 55 anos de idade
420	FIDADE55	presos com mais de 55 a 60 anos de idade
421	FIDADE60	presos com mais de 60 anos de idade
422	IDADEM	idade média dos presos
423	NBRANCOS	presos que possuem outra cútis, que não a branca
424	ANOEST	total de anos de estudo
425	FILHOS	total de filhos

Tabela 40 - Banco de dados fornecido pela Susepe - original - casas especiais

Nas páginas a seguir estão colocadas as partes desta tabela.

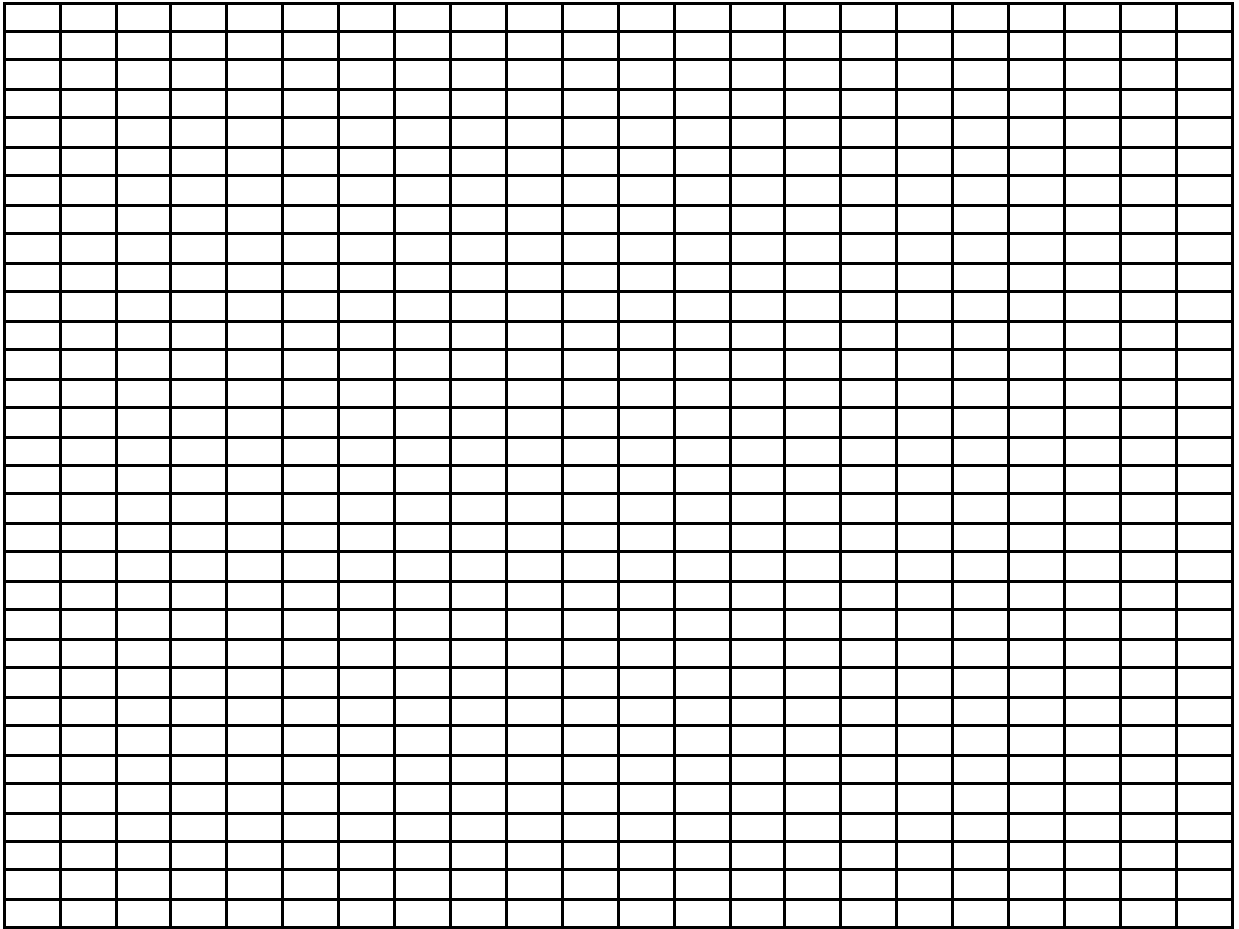


Tabela 41 - Escores - VCR - presidiário - completa

Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
AGUDO	2,700	2,700	17,655	0,000	-1,563
ALEGRETE	4,460	4,319	126,052	5,123	-6,254
ARROIO DO MEIO	4,213	4,087	30,656	1,205	-3,127
BAGÉ	7,829	7,740	85,813	1,120	-97,378
BENTO GONÇALVES	1,329	1,316	12,799	0,521	-0,847
CAÇAPAVA DO SUL	1,295	1,258	73,021	9,045	-12,502
CACEQUI	3,372	3,283	316,827	11,910	-18,596
CACHOEIRA DO SUL	8,249	8,165	744,992	8,601	-18,775
CAMAQUA	2,250	2,212	64,909	1,993	-1,573
CANDELÁRIA	5,719	5,306	163,268	14,303	-12,507
CANELA	2,072	1,860	10,075	1,998	-0,737
CANGUÇU	1,900	1,686	9,493	2,263	-0,149
CARAZINHO	2,261	2,261	15,736	0,000	-1,006
CAXIAS DO SUL	6,990	6,977	376,636	0,794	-438,515
CERRO LARGO	2,479	2,479	12,240	0,000	-0,962
CPA	1,000	1,000	0,000	0,000	-18,692
CRUZ ALTA	1,147	1,132	6,642	0,686	-0,584
DOM PEDRITO	12,669	12,608	1006,097	5,324	-22,132
ENCANTADO	3,433	3,261	47,992	3,391	-4,169
ENCRUZILH. DO SUL	2,872	2,707	46,440	4,079	-4,169
ERECHIM	2,454	2,454	23,186	0,000	-0,851
ESPUMOSO	3,206	3,206	29,339	0,000	-1,787
FREDERICO WESTPH.	3,839	3,839	48,126	0,000	-2,213
GETÚLIO VARGAS	1,369	1,349	30,750	1,687	-3,083
GUAPORÉ	3,470	3,457	78,522	0,435	-3,560
IPEP	1,110	1,078	13,056	3,841	-1,844
IPM	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,767
IRAÍ	3,657	3,619	96,459	1,387	-5,533
ITAQUI	5,476	5,012	157,401	16,331	-12,507
JAGUARÃO	2,785	2,768	72,506	0,678	-4,521
JAGUARI	2,212	2,162	300,129	12,235	-12,502
JÚLIO D CASTILHOS	2,699	2,588	9,929	0,650	-0,485
LAGEADO	5,535	5,473	539,613	7,336	-12,507
LAGOA VERMELHA	2,509	2,506	58,061	0,084	-2,131
LAVRAS DO SUL	3,287	2,731	38,567	9,385	-5,607
MIGUEL DARIO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,280
MOD. URUGUAIANA	8,969	8,497	254,201	15,039	-285,100
MOD. CHARQUEADAS	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
MOD. IUÍ	5,084	5,075	353,171	0,740	-438,656
MOD. MONTENEGRO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
MOD. OSÓRIO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
MONTENEGRO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,006
NOVA PRATA	2,333	2,326	60,563	0,323	-2,801
NOVO HAMBURGO	11,666	11,550	697,620	7,583	-22,132
OSÓRIO	1,121	1,121	1,977	0,000	-0,596
PALM DAS MISSÕES	8,624	8,257	235,784	11,362	-12,507
PASC	8,111	8,095	385,304	0,880	-438,486
PASSO FUNDO	3,557	3,469	801,407	27,748	-22,132

Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
PEC	100,986	82,500	678,851	125,511	-684,641
PELOTAS	3,120	2,902	12,291	1,260	-17,090
QUARAÍ	8,109	6,714	87,726	17,214	-0,726
RIO GRANDE	4,693	4,142	100,598	14,996	-126,840
RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,339
ROSÁRIO DO SUL	3,496	2,731	63,231	19,385	-10,637
SANT. LIVRAMENTO	5,615	5,578	830,131	6,653	-22,132
SANTA MARIA	3,336	3,233	244,945	10,858	-5,533
SANTA ROSA	1,600	1,600	7,929	0,000	-0,553
SANTIAGO	17,991	17,393	1027,349	36,159	-35,311
SANTO ÂNGELO	10,159	9,792	1005,032	40,236	-22,132
SANTO CRISTO	3,221	2,552	64,908	19,549	-10,637
SÃO BORJA	4,428	4,270	296,681	13,714	-12,507
SÃO F. DE ASSIS	3,615	3,545	26,068	0,696	-1,546
SÃO FRANC. PAULA	5,350	5,014	182,408	14,099	-12,507
SÃO GABRIEL	11,144	10,791	987,479	34,291	-22,132
SÃO JERÔNIMO	2,324	2,263	173,654	8,049	-9,220
SÃO LEOPOLDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,033
SÃO LUIZ GONZAGA	3,094	2,716	17,400	3,135	-1,091
SÃO SEPÉ	2,760	2,760	26,444	0,000	-2,012
SÃO VICENTE D SUL	1,705	1,262	9,347	5,876	-0,517
SARANDI	4,213	4,142	1347,361	29,831	-38,162
SOBRADINHO	4,273	3,844	114,737	15,043	-10,637
SOLEDADE	1,700	1,700	12,720	0,000	-0,962
STA VIT. DO PALMAR	1,136	1,100	17,970	4,745	-7,404
STA. CRUZ DO SUL	5,120	5,009	1017,467	27,279	-22,132
TAQUARA	4,748	4,621	335,949	11,358	-12,507
TORRES	18,549	18,174	417,437	8,925	-22,132
TRÊS PASSOS	10,152	10,071	789,067	7,021	-22,132
VACARIA	3,975	3,905	1042,115	24,711	-38,185

Tabela 42 - Projeções - VCR - presidiário - completa

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
AGUDO	4589,427	809,899	2159,730	4000,000
ALEGRET	7343,096	863,894	1888,585	5900,000
ARROIO	2860,677	817,336	2116,659	2800,000
BAGÉ	29413,238	3870,163	3519,450	24400,000
BENTO G	8450,470	3421,717	5527,389	9600,000
CAÇAPAV	3517,757	1384,112	2413,084	3800,000
CACEQUI	3338,318	1313,084	2359,813	3600,000
CACHOEI	6209,346	2449,533	3212,149	6800,000
CAMAQUA	13050,000	400,000	1450,000	9400,000
CANDELÂ	4244,719	530,590	1960,933	3500,000
CANELA	5950,591	1542,901	4648,899	6000,000
CANGUÇU	2242,857	842,857	2157,143	2400,000
CARAZIN	7233,857	2712,697	4973,277	8000,000
CAXIAS	34188,469	759,029	697,724	24400,000
CERRO L	4957,961	1239,490	3222,675	4800,000
CPA	35200,000	100,000	100,000	24400,000
CRUZ AL	12362,440	4981,409	6906,044	14000,000
DOM PED	18911,504	1260,767	1793,131	14300,000
ENCANTA	4239,093	652,168	1995,677	3600,000
ENCRUZI	4331,814	812,215	2036,026	3800,000
ERECHIM	13251,308	3680,919	6380,259	13300,000
ESPUMOS	6411,551	961,733	2244,043	5400,000
FREDERI	8062,182	2687,394	3839,134	8400,000
GETÚLIO	5132,710	2023,365	2892,523	5600,000
GUAPORÉ	4280,762	1728,256	3456,513	4800,000
IPEP	20585,059	6250,960	5902,955	20800,000
IPM	24600,000	300,000	800,000	17200,000
IRAÍ	8323,973	1085,736	2002,576	6800,000
ITAQUI	3508,100	1002,314	2134,214	3400,000
JAGUARÃ	3517,757	1384,112	2413,084	3800,000
JAGUARI	6029,907	2378,505	3158,878	6600,000
JÚLIO D	7504,702	2266,585	6469,571	8000,000
LAGEADO	16966,941	547,321	1280,907	12200,000
LAGOA V	6216,859	2506,473	4261,004	7000,000
LAVRAS	3276,923	484,615	2000,000	2800,000
MIGUEL	22000,000	8700,000	7900,000	24400,000
MOD. U	31440,693	2549,245	2321,409	24400,000
MOD. CH	20770,000	8250,000	8250,000	23160,000
MOD. IJ	34510,375	549,301	507,506	24400,000
MOD. MO	20770,000	8250,000	8250,000	23160,000
MOD. OS	20770,000	8250,000	8250,000	23160,000
MONTENE	2800,000	1100,000	2200,000	3000,000
NOVA PR	5298,706	2093,291	3023,643	5800,000
NOVO HA	12704,939	1154,995	1913,267	9900,000
OSÓRIO	8635,462	1009,340	2355,126	7000,000
PALM DA	5779,708	825,673	1961,906	4800,000
PASC	33999,297	882,277	809,507	24400,000
PASSO F	16997,754	2775,144	3121,668	14600,000

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
PEC	20770,000	8250,000	8250,000	23160,000
PELOTAS	17123,863	6916,047	9287,519	19484,219
QUARAÍ	1871,429	671,429	2128,572	2000,000
RIO GRA	28995,641	4142,234	3766,213	24400,000
RIO PAR	1500,000	500,000	2100,000	1600,000
ROSÁRIO	3276,923	484,615	2000,000	2800,000
SANT. L	18408,777	557,842	1223,182	13200,000
SANTA M	17780,078	5818,935	5636,483	18400,000
SANTA R	11042,894	2880,755	6401,678	11000,000
SANTIAG	4414,953	1739,252	2679,439	4800,000
SANTO Â	13709,104	4896,109	5002,787	14600,000
SANTO C	3573,077	482,051	1983,333	3000,000
SÃO BOR	8966,711	853,972	1798,385	7000,000
SÃO F.	6381,326	848,244	2836,145	5400,000
SÃO FRA	5013,646	501,365	1911,267	4000,000
SÃO GAB	14028,656	4316,509	4508,181	14200,000
SÃO JER	4594,393	1810,280	2732,710	5000,000
SÃO LEO	9700,000	4200,000	11400,000	12000,000
SÃO LUI	13582,442	3511,096	9507,709	13800,000
SÃO SEP	5519,322	1931,763	3035,627	5800,000
SÃO VIC	2057,143	757,143	2142,857	2200,000
SARANDI	6299,065	2485,047	3238,785	6900,000
SOBRADI	6534,615	456,410	1816,667	5000,000
SOLEDAD	9858,702	2209,709	3909,485	9200,000
STA VIT	2800,000	1100,000	2200,000	3000,000
STA. CR	19536,186	3005,567	3228,786	16600,000
TAQUARA	10628,720	462,118	1597,921	7800,000
TORRES	5452,112	1817,371	2709,824	5600,000
TRÊS PA	15106,085	1007,072	1709,136	11400,000
VACARIA	4953,271	1952,336	2839,252	5400,000

Tabela 43 - Ineficiências - VCR - presidiário - completa

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
AGUDO	2889,427	509,899	1359,730	0,000
ALEGRET	5643,096	663,894	1688,585	0,000
ARROIO	2160,677	617,336	1716,659	0,000
BAGÉ	25613,238	3370,163	3119,450	-1600,000
BENTO G	3850,470	821,717	1327,389	0,000
CAÇAPAV	2517,757	284,112	2113,084	0,000
CACEQUI	2838,318	913,084	2159,813	0,000
CACHOEI	5509,346	2149,533	3012,149	0,000
CAMAQUA	7150,000	300,000	850,000	0,000
CANDELÁ	3444,719	430,590	1860,933	0,000
CANELA	2750,591	1142,901	2148,899	0,000
CANGUÇU	1142,857	342,857	1557,143	0,000
CARAZIN	4033,857	1512,696	2773,277	0,000
CAXIAS	29288,467	659,029	597,724	-5400,000
CERRO L	2957,961	739,490	1922,675	0,000
CPA	0,000	0,000	0,000	0,000
CRUZ AL	5562,440	581,409	806,045	0,000
DOM PED	17411,504	1160,767	1693,131	0,000
ENCANTA	2939,093	452,168	1695,677	0,000
ENCRUZI	2731,814	512,215	1736,026	0,000
ERECHIM	7851,307	2180,919	3780,259	0,000
ESPUMOS	4411,551	661,733	1544,043	0,000
FREDERI	5962,182	1987,394	2839,134	0,000
GETÚLIO	2532,710	523,365	1692,523	0,000
GUAPORÉ	3180,761	1228,256	2456,513	0,000
IPEP	1485,059	450,960	4702,955	0,000
IPM	0,000	0,000	0,000	0,000
IRAÍ	6023,973	785,736	1602,576	0,000
ITAQUI	2808,100	802,314	2034,214	0,000
JAGUARÃ	2417,757	884,112	1613,084	0,000
JAGUARI	5029,907	1278,505	2858,878	0,000
JÚLIO D	4604,702	1566,585	3969,571	0,000
LAGEADO	13866,941	447,321	1180,907	0,000
LAGOA V	3816,859	1506,473	2561,004	0,000
LAVRAS	2076,923	384,615	1800,000	0,000
MIGUEL	0,000	0,000	0,000	0,000
MOD. U	27740,693	2249,245	2221,409	-11600,000
MOD. CH	20670,000	8150,000	8150,000	-24440,000
MOD. IJ	27710,375	449,301	407,506	-11600,000
MOD. MO	20670,000	8150,000	8150,000	-24440,000
MOD. OS	20670,000	8150,000	8150,000	-24440,000
MONTENE	0,000	0,000	0,000	0,000
NOVA PR	3298,706	1193,291	1723,642	0,000
NOVO HA	11604,939	1054,995	1813,267	0,000
OSÓRIO	935,462	109,340	255,126	0,000
PALM DA	5079,708	725,673	1861,906	0,000

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
PASC	29799,295	782,277	709,507	-4400,000
PASSO F	12097,754	1975,144	3021,668	0,000
PEC	20670,000	8150,000	8150,000	-10440,000
PELOTAS	11223,862	5216,047	6087,519	-2015,781
QUARAÍ	1671,429	571,429	2028,571	0,000
RIO GRA	21995,641	3142,234	3566,213	-10800,000
RIO PAR	0,000	0,000	0,000	0,000
ROSÁRIO	2076,923	384,615	1900,000	0,000
SANT. L	15108,778	457,842	1123,182	0,000
SANTA M	12280,078	4018,935	5236,483	0,000
SANTA R	4142,894	1080,755	2401,677	0,000
SANTIAG	4314,953	1639,252	2579,439	0,000
SANTO Â	12309,104	4396,109	4902,787	0,000
SANTO C	2173,077	382,051	1883,333	0,000
SÃO BOR	6866,711	653,972	1698,385	0,000
SÃO F.	4581,326	648,244	2036,145	0,000
SÃO FRA	4013,646	401,365	1811,267	0,000
SÃO GAB	12728,656	3916,510	4408,181	0,000
SÃO JER	3794,393	1010,280	2332,710	0,000
SÃO LEO	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO LUI	8582,442	2911,096	6007,709	0,000
SÃO SEP	3519,322	1231,763	1935,627	0,000
SÃO VIC	1557,143	157,143	1642,857	0,000
SARANDI	5199,065	1885,047	3138,785	0,000
SOBRADI	4834,615	356,410	1716,667	0,000
SOLEDAD	4058,702	909,709	1609,485	0,000
STA VIT	1700,000	100,000	1700,000	0,000
STA. CR	15636,186	2405,567	3128,786	0,000
TAQUARA	8328,720	362,118	1497,921	0,000
TORRES	5152,112	1717,371	2609,824	0,000
TRÊS PA	13606,085	907,072	1609,136	0,000
VACARIA	3753,271	1452,336	2739,252	0,000

Tabela 44 - Folgas - VCR - presidiário - completa

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
AGUDO	0,000	0,000	0,000	0,000
ALEGRET	0,000	0,000	1024,692	0,000
ARROIO	0,000	0,000	481,987	0,000
BAGÉ	0,000	0,000	423,320	1600,000
BENTO G	2396,663	0,000	0,000	0,000
CAÇAPAV	2259,473	0,000	2035,599	0,000
CACEQUI	1696,963	0,000	1703,271	0,000
CACHOEI	493,769	0,000	1579,128	0,000
CAMAQUA	0,000	178,814	122,881	0,000
CANDELÁ	0,000	0,000	1430,343	0,000
CANELA	0,000	799,078	0,000	0,000
CANGUÇU	388,571	0,000	1145,714	0,000
CARAZIN	0,000	0,000	0,000	0,000
CAXIAS	0,000	61,305	0,000	5400,000
CERRO L	0,000	0,000	0,000	0,000
CPA	0,000	0,000	0,000	0,000
CRUZ AL	4663,899	0,000	0,000	0,000
DOM PED	0,000	0,000	532,364	0,000
ENCANTA	0,000	0,000	1017,425	0,000
ENCRUZI	0,000	0,000	1223,811	0,000
ERECHIM	0,000	0,000	0,000	0,000
ESPUMOS	0,000	0,000	0,000	0,000
FREDERI	0,000	0,000	0,000	0,000
GETÚLIO	1625,545	0,000	1273,832	0,000
GUAPORÉ	478,597	0,000	0,000	0,000
IPEP	0,000	0,000	4609,653	0,000
IPM	0,000	0,000	0,000	0,000
IRAÍ	0,000	0,000	554,928	0,000
ITAQUI	0,000	0,000	1633,057	0,000
JAGUARÃ	472,710	0,000	198,505	0,000
JAGUARI	3867,630	0,000	2510,195	0,000
JÚLIO D	0,000	455,105	0,000	0,000
LAGEADO	0,000	0,000	733,586	0,000
LAGOA V	201,324	0,000	0,000	0,000
LAVRAS	0,000	211,538	1453,846	0,000
MIGUEL	0,000	0,000	0,000	0,000
MOD. U	0,000	0,000	1471,660	11600,000
MOD. CH	12520,000	0,000	0,000	24440,000
MOD. IJ	0,000	41,795	0,000	11600,000
MOD. MO	12520,000	0,000	0,000	24440,000
MOD. OS	12520,000	0,000	0,000	24440,000
MONTENE	0,000	0,000	0,000	0,000
NOVA PR	646,948	0,000	0,000	0,000
NOVO HA	0,000	0,000	758,272	0,000
OSÓRIO	0,000	0,000	0,000	0,000
PALM DA	0,000	0,000	1136,233	0,000
PASC	0,000	72,770	0,000	4400,000

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
PASSO F	0,000	0,000	2774,775	0,000
PEC	12520,000	0,000	0,000	10440,000
PELOTAS	0,000	1982,053	0,000	2015,781
QUARAÍ	528,571	0,000	1457,143	0,000
RIO GRA	0,000	0,000	2937,766	10800,000
RIO PAR	0,000	0,000	0,000	0,000
ROSÁRIO	0,000	211,538	1726,923	0,000
SANT. L	0,000	0,000	665,340	0,000
SANTA M	0,000	0,000	4343,387	0,000
SANTA R	0,000	0,000	0,000	0,000
SANTIAG	2675,701	0,000	940,187	0,000
SANTO Â	0,000	0,000	4023,565	0,000
SANTO C	0,000	226,831	1728,114	0,000
SÃO BOR	0,000	0,000	1371,398	0,000
SÃO F.	0,000	139,208	0,000	0,000
SÃO FRA	0,000	0,000	1409,902	0,000
SÃO GAB	0,000	0,000	3429,053	0,000
SÃO JER	2784,112	0,000	1827,570	0,000
SÃO LEO	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO LUI	0,000	1881,203	0,000	0,000
SÃO SEP	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO VIC	1426,190	0,000	1511,905	0,000
SARANDI	1743,146	0,000	2824,611	0,000
SOBRADI	0,000	72,021	1432,277	0,000
SOLEDAD	0,000	0,000	0,000	0,000
STA VIT	1590,000	0,000	1650,000	0,000
STA. CR	0,000	0,000	2727,858	0,000
TAQUARA	0,000	0,000	1135,803	0,000
TORRES	0,000	0,000	892,453	0,000
TRÊS PA	0,000	0,000	702,063	0,000
VACARIA	267,664	0,000	2448,785	0,000

Tabela 45 - Preços - VCR - Presidiário - completa

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
AGUDO	0,005	0,005	0,001	0,007
ALEGRET	0,018	0,021	0,005	0,026
ARROIO	0,009	0,011	0,003	0,013
BAGÉ	0,003	0,002	0,003	0,000
BENTO G	0,000	0,014	0,000	0,005
CAÇAPAV	0,001	0,223	0,003	0,081
CACEQUI	0,002	0,329	0,005	0,120
CACHOEI	0,001	0,336	0,005	0,122
CAMAQUA	0,008	0,010	0,002	0,012
CANDELÂ	0,037	0,042	0,010	0,053
CANELA	0,002	0,003	0,001	0,003
CANGUÇU	0,001	0,017	0,002	0,008
CARAZIN	0,002	0,003	0,000	0,003
CAXIAS	0,012	0,010	0,010	0,000
CERRO L	0,003	0,003	0,001	0,004
CPA	0,019	0,010	0,010	0,027
CRUZ AL	0,000	0,010	0,000	0,004
DOM PED	0,052	0,072	0,010	0,075
ENCANTA	0,012	0,014	0,003	0,018
ENCRUZI	0,012	0,014	0,003	0,018
ERECHIM	0,002	0,003	0,000	0,003
ESPUMOS	0,005	0,006	0,001	0,008
FREDERI	0,005	0,007	0,001	0,007
GETÚLIO	0,000	0,054	0,001	0,020
GUAPORÉ	0,001	0,060	0,001	0,022
IPEP	0,004	0,006	0,001	0,006
IPM	0,007	0,009	0,001	0,009
IRAÍ	0,013	0,018	0,003	0,019
ITAQUI	0,037	0,042	0,010	0,053
JAGUARÃ	0,001	0,077	0,001	0,029
JAGUARI	0,001	0,223	0,003	0,081
JÚLIO D	0,001	0,001	0,000	0,002
LAGEADO	0,037	0,042	0,010	0,053
LAGOA V	0,000	0,036	0,001	0,013
LAVRAS	0,012	0,010	0,005	0,018
MIGUEL	0,001	0,001	0,000	0,001
MOD. U	0,008	0,003	0,010	0,000
MOD. CH	0,010	0,010	0,048	0,000
MOD. IJ	0,012	0,010	0,010	0,000
MOD. MO	0,010	0,010	0,048	0,000
MOD. OS	0,010	0,010	0,048	0,000
MONTENE	0,002	0,003	0,000	0,003
NOVA PR	0,001	0,048	0,001	0,018
NOVO HA	0,052	0,072	0,010	0,075
OSÓRIO	0,002	0,002	0,000	0,003
PALM DA	0,037	0,042	0,010	0,053
PASC	0,012	0,010	0,010	0,000
PASSO F	0,052	0,072	0,010	0,075

unidade	HSEMI	HABER	CTREX	CAPAC
PEC	0,010	0,010	0,048	0,000
PELOTAS	0,000	0,001	0,001	0,000
QUARAÍ	0,005	0,103	0,010	0,050
RIO GRA	0,004	0,001	0,005	0,000
RIO PAR	0,001	0,002	0,000	0,002
ROSÁRIO	0,019	0,010	0,010	0,028
SANT. L	0,052	0,072	0,010	0,075
SANTA M	0,013	0,018	0,003	0,019
SANTA R	0,001	0,002	0,000	0,002
SANTIAG	0,010	0,585	0,010	0,219
SANTO Â	0,052	0,072	0,010	0,075
SANTO C	0,019	0,010	0,010	0,028
SÃO BOR	0,037	0,042	0,010	0,053
SÃO F.	0,004	0,005	0,001	0,006
SÃO FRA	0,037	0,042	0,010	0,053
SÃO GAB	0,052	0,072	0,010	0,075
SÃO JER	0,001	0,161	0,003	0,059
SÃO LEO	0,000	0,000	0,000	0,000
SÃO LUI	0,001	0,002	0,000	0,002
SÃO SEP	0,005	0,007	0,001	0,007
SÃO VIC	0,002	0,019	0,002	0,010
SARANDI	0,001	0,696	0,010	0,251
SOBRADI	0,019	0,010	0,010	0,028
SOLEDAD	0,002	0,003	0,000	0,003
STA VIT	0,001	0,130	0,002	0,048
STA. CR	0,052	0,072	0,010	0,075
TAQUARA	0,037	0,042	0,010	0,053
TORRES	0,052	0,072	0,010	0,075
TRÊS PA	0,052	0,072	0,010	0,075
VACARIA	0,001	0,697	0,010	0,251

Tabela 46 - Faces - VCR - presidiário - completa

unidade	Comp. 1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 2	Comp. 3	Coef. 3	Comp. 4	Coef. 4
AGUDO	IPM	0,103	RIO PAR	0,429	MONTENE	0,453	SÃO LEO	0,016
ALEGRET	RIO PAR	0,107	IPM	0,215	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,678
ARROIO	RIO PAR	0,433	MONTENE	0,538	IPM	0,029	SÃO LEO	0,000
BAGÉ	CPA	0,562	MIGUEL	0,438		0,000		0,000
BENTO G	SÃO LEO	0,231	MONTENE	0,558	MIGUEL	0,211		0,000
CAÇAPAV	MIGUEL	0,037	MONTENE	0,963	SÃO LEO	0,000		0,000
CACEQUI	MIGUEL	0,028	MONTENE	0,972	SÃO LEO	0,000		0,000
CACHOEI	MIGUEL	0,178	MONTENE	0,822	SÃO LEO	0,000		0,000
CAMAQUA	RIO PAR	0,500	MONTENE	0,000	IPM	0,500		0,000
CANDELÁ	RIO PAR	0,797	IPM	0,114	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,089
CANELA	SÃO LEO	0,287	IPM	0,091	MONTENE	0,000	RIO PAR	0,622
CANGUÇU	MONTENE	0,571	RIO PAR	0,429	SÃO LEO	0,000		0,000
CARAZIN	MIGUEL	0,121	MONTENE	0,625	SÃO LEO	0,230	IPM	0,024
CAXIAS	CPA	0,923	MIGUEL	0,077		0,000		0,000
CERRO L	IPM	0,078	SÃO LEO	0,126	RIO PAR	0,317	MONTENE	0,479
CPA	IPM	0,000	CPA	1,000	SÃO LEO	0,000		0,000
CRUZ AL	SÃO LEO	0,261	MONTENE	0,335	MIGUEL	0,404		0,000
DOM PED	IPM	0,659	MIGUEL	0,091	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,250
ENCANTA	RIO PAR	0,610	IPM	0,102	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,288
ENCRUZI	RIO PAR	0,358	IPM	0,092	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,551
ERECHIM	MIGUEL	0,217	MONTENE	0,257	SÃO LEO	0,347	IPM	0,179
ESPUMOS	SÃO LEO	0,032	IPM	0,166	MONTENE	0,628	RIO PAR	0,174
FREDERI	IPM	0,055	SÃO LEO	0,072	MONTENE	0,687	MIGUEL	0,185
GETÚLIO	MIGUEL	0,121	MONTENE	0,879	SÃO LEO	0,000		0,000
GUAPORÉ	MONTENE	0,850	SÃO LEO	0,114	MIGUEL	0,036		0,000
IPEP	SÃO LEO	0,000	IPM	0,200	MIGUEL	0,699	MONTENE	0,101
IPM	IPM	1,000	MONTENE	0,000	MIGUEL	0,000	SÃO LEO	0,000
IRAÍ	SÃO LEO	0,000	IPM	0,233	MIGUEL	0,023	MONTENE	0,744
ITAQUI	RIO PAR	0,111	IPM	0,039	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,850
JAGUARÃ	MIGUEL	0,037	MONTENE	0,963	SÃO LEO	0,000		0,000
JAGUARI	MIGUEL	0,168	MONTENE	0,832	SÃO LEO	0,000		0,000
JÚLIO D	SÃO LEO	0,482	IPM	0,089	RIO PAR	0,429		0,000
LAGEADO	RIO PAR	0,051	MONTENE	0,296	IPM	0,653	SÃO LEO	0,000
LAGOA V	MONTENE	0,728	SÃO LEO	0,146	MIGUEL	0,125		0,000
LAVRAS	SÃO LEO	0,000	RIO PAR	0,923	IPM	0,077		0,000
MIGUEL	IPM	0,000	MONTENE	0,000	MIGUEL	1,000	SÃO LEO	0,000
MOD. U	CPA	0,715	MIGUEL	0,285		0,000		0,000
MOD. CH	SÃO LEO	0,100	MIGUEL	0,900		0,000		0,000
MOD. IJ	CPA	0,948	MIGUEL	0,052		0,000		0,000
MOD. MO	SÃO LEO	0,100	MIGUEL	0,900		0,000		0,000
MOD. OS	SÃO LEO	0,100	MIGUEL	0,900		0,000		0,000
MONTENE	IPM	0,000	MONTENE	1,000	MIGUEL	0,000	SÃO LEO	0,000
NOVA PR	MONTENE	0,863	SÃO LEO	0,011	MIGUEL	0,126		0,000
NOVO HA	SÃO LEO	0,000	IPM	0,410	MIGUEL	0,050	MONTENE	0,540
OSÓRIO	MONTENE	0,583	RIO PAR	0,104	SÃO LEO	0,057	IPM	0,256
PALM DA	RIO PAR	0,255	IPM	0,152	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,593
PASC	CPA	0,909	MIGUEL	0,091		0,000		0,000

unidade	Comp. 1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 3	Comp. 3	Coef. 3	Comp. 4	Coef. 4
PASSO F	MONTENE	0,317	MIGUEL	0,264	IPM	0,418	SÃO LEO	0,000
PEC	SÃO LEO	0,100	MIGUEL	0,900		0,000		0,000
PELOTAS	SÃO LEO	0,396	MIGUEL	0,604		0,000		0,000
QUARAÍ	MONTENE	0,286	RIO PAR	0,714	SÃO LEO	0,000		0,000
RIO GRA	CPA	0,530	MIGUEL	0,470		0,000		0,000
RIO PAR	RIO PAR	1,000	SÃO LEO	0,000		0,000		0,000
ROSÁRIO	SÃO LEO	0,000	RIO PAR	0,923	IPM	0,077		0,000
SANT. L	IPM	0,713	MONTENE	0,284	MIGUEL	0,004	SÃO LEO	0,000
SANTA M	MONTENE	0,237	MIGUEL	0,634	IPM	0,128	SÃO LEO	0,000
SANTA R	MIGUEL	0,074	MONTENE	0,314	SÃO LEO	0,437	IPM	0,174
SANTIAG	MIGUEL	0,084	MONTENE	0,916	SÃO LEO	0,000		0,000
SANTO Â	MIGUEL	0,505	MONTENE	0,439	IPM	0,055	SÃO LEO	0,000
SANTO C	RIO PAR	0,910	SÃO LEO	0,000	IPM	0,090		0,000
SÃO BOR	RIO PAR	0,030	IPM	0,285	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,685
SÃO F.	SÃO LEO	0,104	IPM	0,175	RIO PAR	0,722		0,000
SÃO FRA	RIO PAR	0,799	IPM	0,149	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,052
SÃO GAB	IPM	0,130	MIGUEL	0,437	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,433
SÃO JER	MIGUEL	0,093	MONTENE	0,907	SÃO LEO	0,000		0,000
SÃO LEO	SÃO LEO	1,000	MIGUEL	0,000		0,000		0,000
SÃO LUI	SÃO LEO	0,830	IPM	0,043	CPA	0,127		0,000
SÃO SEP	MIGUEL	0,098	IPM	0,027	MONTENE	0,840	SÃO LEO	0,034
SÃO VIC	MONTENE	0,429	RIO PAR	0,571	SÃO LEO	0,000		0,000
SARANDI	MIGUEL	0,182	MONTENE	0,818	SÃO LEO	0,000		0,000
SOBRADI	RIO PAR	0,782	SÃO LEO	0,000	IPM	0,218		0,000
SOLEDAD	MIGUEL	0,105	SÃO LEO	0,149	IPM	0,184	MONTENE	0,562
STA VIT	MIGUEL	0,000	MONTENE	1,000	SÃO LEO	0,000		0,000
STA. CR	MONTENE	0,196	MIGUEL	0,303	IPM	0,500	SÃO LEO	0,000
TAQUARA	RIO PAR	0,541	IPM	0,391	SÃO LEO	0,000	MONTENE	0,067
TORRES	SÃO LEO	0,000	IPM	0,035	MIGUEL	0,098	MONTENE	0,867
TRÊS PA	SÃO LEO	0,000	IPM	0,526	MIGUEL	0,043	MONTENE	0,430
VACARIA	MIGUEL	0,112	MONTENE	0,888	SÃO LEO	0,000		0,000

Tabela 47 - Escores - VCR - sistema penal - completa

unidade penitenciária	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
AGUDO	1,425	1,425	4,790	0,000	-7,570
ALEGRETE	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,662
ARROIO DO MEIO	1,286	1,286	1,429	0,000	-2,429
BAGÉ	1,319	1,319	2,761	0,000	-3,477
BENTO GONÇALVES	1,955	1,836	4,835	0,601	-3,691
CAÇAPAVA DO SUL	1,294	1,294	1,250	0,000	-1,700
CACEQUI	1,432	1,432	2,286	0,000	-2,429
CACHOEIRA DO SUL	1,440	1,407	3,432	0,261	-3,886
CAMAQUA	1,907	1,775	4,471	0,649	-3,281
CANDELÁRIA	1,486	1,486	2,429	0,000	-2,429
CANELA	1,064	1,041	2,130	0,757	-14,275
CANGUÇU	1,164	1,151	0,508	0,040	-1,228
CARAZINHO	1,265	1,246	7,750	0,558	-12,498
CAXIAS DO SUL	1,417	1,367	6,556	0,779	-21,296
CERRO LARGO	1,817	1,817	7,983	0,000	-7,570
CPA	1,375	1,373	5,627	0,029	-5,717
CRUZ ALTA	2,613	2,538	34,364	1,590	-12,712
DOM PEDRITO	2,129	2,002	16,836	1,898	-6,828
ENCANTADO	1,432	1,432	2,286	0,000	-2,429
ENCRUZILH. DO SUL	1,294	1,294	1,250	0,000	-1,700
ERECHIM	2,145	2,145	4,372	0,000	-2,461
ESPUMOSO	2,052	1,992	19,513	1,113	-15,141
FREDERICO WESTPH.	1,299	1,265	8,011	0,935	-11,432
GETÚLIO VARGAS	1,492	1,486	7,688	0,093	-2,313
GUAPORÉ	1,968	1,968	8,731	0,000	-7,570
IPEP	1,000	1,000	0,000	0,000	-3,430
IPM	1,134	1,097	0,571	0,157	-1,221
IRAÍ	1,152	1,124	5,375	1,006	-15,163
ITAQUI	1,619	1,508	5,571	1,000	-4,857
JAGUARÃO	1,346	1,328	1,165	0,060	-1,110
JAGUARI	1,108	1,101	2,878	0,188	-11,175
JÚLIO D CASTILHOS	1,276	1,248	9,167	0,932	-14,275
LAGEADO	3,176	3,174	34,356	0,032	-12,712
LAGOA VERMELHA	2,132	2,132	11,903	0,000	-7,570
LAVRAS DO SUL	1,286	1,286	1,429	0,000	-2,429
MIGUEL DARIO	1,274	1,231	10,674	1,686	-48,623
MOD. URUGUAIANA	1,300	1,287	4,603	0,208	-5,880
MOD. CHARQUEADAS	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,515
MOD. IJUÍ	1,000	1,000	0,000	0,000	-10,935
MOD. MONTENEGRO	1,770	1,705	6,976	0,589	-15,030
MOD. OSÓRIO	1,770	1,705	6,976	0,589	-15,030
MONTENEGRO	1,343	1,343	1,714	0,000	-2,429
NOVA PRATA	1,040	1,021	1,267	0,614	-13,564
NOVO HAMBURGO	1,431	1,428	9,683	0,066	-9,347
OSÓRIO	2,149	2,148	4,296	0,005	-3,476
PALM DAS MISSÕES	1,734	1,627	2,411	0,351	-1,258
PASC	1,000	1,000	0,000	0,000	-4,288

unidade penitenciária	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
PASSO FUNDO	1,726	1,726	9,243	0,000	-8,575
PEC	1,048	1,011	0,750	0,586	-15,214
PELOTAS	1,013	1,013	0,179	0,000	-4,288
QUARAÍ	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,152
RIO GRANDE	1,189	1,158	2,579	0,423	-15,234
RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,979
ROSÁRIO DO SUL	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,429
SANT. LIVRAMENTO	1,917	1,875	19,802	0,910	-17,150
SANTA MARIA	1,000	1,000	0,000	0,000	-3,430
SANTA ROSA	1,478	1,452	12,079	0,662	-17,150
SANTIAGO	1,000	1,000	0,000	0,000	-17,150
SANTO ÂNGELO	1,651	1,651	2,359	0,000	-1,709
SANTO CRISTO	1,343	1,343	1,714	0,000	-2,429
SÃO BORJA	1,145	1,073	0,695	0,346	-2,461
SÃO F. DE ASSIS	1,617	1,617	4,840	0,000	-5,047
SÃO FRANC. PAULA	1,727	1,727	3,429	0,000	-2,429
SÃO GABRIEL	1,393	1,342	12,183	1,580	-17,150
SÃO JERÔNIMO	1,014	1,013	0,367	0,020	-17,150
SÃO LEOPOLDO	1,693	1,660	21,933	1,047	-13,564
SÃO LUIZ GONZAGA	1,889	1,758	14,530	2,147	-6,828
SÃO SEPÉ	1,029	1,020	0,815	0,244	-11,886
SÃO VICENTE D SUL	1,146	1,075	0,455	0,219	-1,324
SARANDI	1,146	1,116	4,000	0,804	-11,736
SOBRADINHO	1,014	1,013	0,367	0,020	-17,150
SOLEDADE	2,193	2,163	5,149	0,128	-3,476
STA VIT. DO PALMAR	1,270	1,270	1,429	0,000	-2,429
STA. CRUZ DO SUL	2,003	1,976	23,854	0,663	-17,150
TAQUARA	1,237	1,203	6,344	0,926	-11,432
TORRES	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,641
TRÊS PASSOS	2,103	2,103	19,975	0,000	-17,150
VACARIA	1,426	1,315	1,538	0,401	-1,073

Tabela 48 - Ineficiências - VCR - sistema penitenciário - completa

Unidades	SEGUR	ADMIN	TECNI	CAPAC
1 AGUDO	467,605	85,019	42,510	0,000
2 ALEGRETE	0,000	0,000	0,000	0,000
3 ARROIO DO MEIO	257,143	57,143	28,571	0,000
4 BAGÉ	1053,518	319,248	127,699	0,000
5 BENTO GONÇALVES	1087,376	287,512	167,289	0,000
6 CAÇAPAVA DO SUL	323,529	88,235	29,412	0,000
7 CACEQUI	432,432	86,486	43,243	0,000
8 CACHOEIRA DO SUL	610,157	162,709	66,762	0,000
9 CAMAQUA	943,750	387,500	115,000	0,000
10 CANDELÁRIA	437,143	97,143	48,571	0,000
11 CANELA	262,857	109,524	12,381	0,000
12 CANGUÇU	171,698	30,189	15,094	0,000
13 CARAZINHO	295,627	160,933	73,907	0,000
14 CAXIAS DO SUL	1064,451	403,757	452,890	-402,312
15 CERRO LARGO	735,247	163,388	81,694	0,000
16 CPA	1080,621	372,628	120,361	0,000
17 CRUZ ALTA	2153,846	358,974	287,179	0,000
18 DOM PEDRITO	1803,480	300,580	289,988	0,000
19 ENCANTADO	432,432	86,486	43,243	0,000
20 ENCRUZILH. DO SUL	323,529	88,235	29,412	0,000
21 ERECHIM	1602,598	343,414	228,943	0,000
22 ESPUMOSO	892,987	210,519	99,221	0,000
23 FREDERICO WESTPH.	396,757	239,819	79,351	0,000
24 GETÚLIO VARGAS	388,837	115,814	97,209	0,000
25 GUAPORÉ	774,019	193,505	96,752	0,000
26 IPEP	0,000	0,000	0,000	0,000
27 IPM	534,675	87,731	48,739	0,000
28 IRAÍ	488,571	128,571	37,143	0,000
29 ITAQUI	457,143	150,794	50,794	0,000
30 JAGUARÃO	388,433	98,507	32,836	0,000
31 JAGUARI	288,811	30,303	30,303	0,000
32 JÚLIO D CASTILHOS	577,143	157,143	74,286	0,000
33 LAGEADO	2174,055	434,811	220,640	0,000
34 LAGOA VERMELHA	1131,503	226,301	113,150	0,000
35 LAVRAS DO SUL	257,143	57,143	28,571	0,000
36 MIGUEL DARIO	1400,000	300,000	100,000	-3600,000
37 MOD. URUGUAIANA	1577,495	247,269	143,409	0,000
38 MOD. CHARQUEADAS	0,000	0,000	0,000	0,000
39 MOD. IJUÍ	0,000	0,000	0,000	0,000
40 MOD. MONTENEGRO	3521,428	564,286	564,286	-5742,857
41 MOD. OSÓRIO	3521,428	564,286	564,286	-5742,857
42 MONTENEGRO	308,571	68,571	34,286	0,000
43 NOVA PRATA	131,429	104,762	6,190	0,000
44 NOVO HAMBURGO	599,680	148,305	128,503	0,000
45 OSÓRIO	922,178	344,356	114,785	0,000
46 PALM DAS MISSÕES	782,463	188,060	62,687	0,000
47 PASC	0,000	0,000	0,000	0,000

Unidades	SEGUR	ADMIN	TECNI	CAPAC
48 PASSO FUNDO	1306,560	362,933	145,173	0,000
49 PEC	1142,328	15,873	8,466	-5284,656
50 PELOTAS	51,118	14,057	5,112	0,000
51 QUARAÍ	0,000	0,000	0,000	0,000
52 RIO GRANDE	536,842	205,263	247,368	-5936,842
53 RIO PARDO	0,000	0,000	0,000	0,000
54 ROSÁRIO DO SUL	0,000	0,000	0,000	0,000
55 SANT. LIVRAMENTO	1487,975	350,112	178,565	0,000
56 SANTA MARIA	0,000	0,000	0,000	0,000
57 SANTA ROSA	722,951	271,107	111,352	0,000
58 SANTIAGO	0,000	0,000	0,000	0,000
59 SANTO ÂNGELO	975,927	325,309	195,185	0,000
60 SANTO CRISTO	308,571	68,571	34,286	0,000
61 SÃO BORJA	124,246	125,711	21,926	0,000
62 SÃO F. DE ASSIS	678,675	185,093	61,698	0,000
63 SÃO FRANC. PAULA	581,818	145,455	72,727	0,000
64 SÃO GABRIEL	614,901	273,289	192,171	0,000
65 SÃO JERÔNIMO	22,744	8,027	3,323	0,000
66 SÃO LEOPOLDO	1105,714	252,381	198,095	0,000
67 SÃO LUIZ GONZAGA	1515,385	252,564	282,051	0,000
68 SÃO SEPÉ	237,762	6,061	6,061	0,000
69 SÃO VICENTE D SUL	235,849	15,094	7,547	0,000
70 SARANDI	163,020	184,005	34,933	0,000
71 SOBRADINHO	22,744	8,027	3,323	0,000
72 SOLEDADE	1032,594	465,189	116,297	0,000
73 STA VIT. DO PALMAR	270,270	54,054	27,027	0,000
74 STA. CRUZ DO SUL	1658,399	487,765	163,849	0,000
75 TAQUARA	303,767	225,799	60,753	0,000
76 TORRES	0,000	0,000	0,000	0,000
77 TRÊS PASSOS	1323,880	441,293	110,323	0,000
78 VACARIA	644,293	94,565	63,043	0,000

Tabela 49 - Folgas - VCR - sistema penitenciário - completa

#	Unidade penitenciária	SEGUR	ADMIN	TECNI	CAPAC
1	AGUDO	0,000	0,000	0,000	0,000
2	ALEGRETE	0,000	0,000	0,000	0,000
3	ARROIO DO MEIO	0,000	0,000	0,000	0,000
4	BAGÉ	0,000	0,000	0,000	0,000
5	BENTO GONÇALVES	0,000	120,223	0,000	0,000
6	CAÇAPAVA DO SUL	0,000	0,000	0,000	0,000
7	CACEQUI	0,000	0,000	0,000	0,000
8	CACHOEIRA DO SUL	0,000	0,000	26,085	0,000
9	CAMAQUA	246,250	0,000	37,500	0,000
10	CANDELÁRIA	0,000	0,000	0,000	0,000
11	CANELA	225,714	101,270	0,000	0,000
12	CANGUÇU	35,849	0,000	0,000	0,000
13	CARAZINHO	0,000	111,662	0,000	0,000
14	CAXIAS DO SUL	0,000	0,000	306,069	402,312
15	CERRO LARGO	0,000	0,000	0,000	0,000
16	CPA	0,000	0,000	8,572	0,000
17	CRUZ ALTA	0,000	51,282	133,333	0,000
18	DOM PEDRITO	0,000	0,000	189,794	0,000
19	ENCANTADO	0,000	0,000	0,000	0,000
20	ENCRUZILH. DO SUL	0,000	0,000	0,000	0,000
21	ERECHIM	0,000	0,000	0,000	0,000
22	ESPUMOSO	0,000	111,299	0,000	0,000
23	FREDERICO WESTPH.	0,000	186,918	0,000	0,000
24	GETÚLIO VARGAS	0,000	18,605	0,000	0,000
25	GUAPORÉ	0,000	0,000	0,000	0,000
26	IPEP	0,000	0,000	0,000	0,000
27	IPM	329,970	0,000	0,000	0,000
28	IRAÍ	389,524	103,810	0,000	0,000
29	ITAQUI	0,000	100,000	0,000	0,000
30	JAGUARÃO	60,075	0,000	0,000	0,000
31	JAGUARI	187,801	0,000	0,000	0,000
32	JÚLIO D CASTILHOS	354,286	107,619	0,000	0,000
33	LAGEADO	0,000	0,000	3,234	0,000
34	LAGOA VERMELHA	0,000	0,000	0,000	0,000
35	LAVRAS DO SUL	0,000	0,000	0,000	0,000
36	MIGUEL DARIO	1215,385	0,000	7,692	3600,000
37	MOD. URUGUAIANA	0,000	103,860	0,000	0,000
38	MOD. CHARQUEADAS	0,000	0,000	0,000	0,000
39	MOD. IJUÍ	0,000	0,000	0,000	0,000
40	MOD. MONTENEGRO	1405,357	0,000	0,000	5742,857
41	MOD. OSÓRIO	1405,357	0,000	0,000	5742,857
42	MONTENEGRO	0,000	0,000	0,000	0,000
43	NOVA PRATA	110,794	100,635	0,000	0,000
44	NOVO HAMBURGO	0,000	19,802	0,000	0,000
45	OSÓRIO	3,895	0,000	0,000	0,000
46	PALM DAS MISSÕES	280,970	0,000	0,000	0,000
47	PASC	0,000	0,000	0,000	0,000

48 PASSO FUNDO	0,000	0,000	0,000	0,000
49 PEC	1114,815	0,000	0,000	5284,656
50 PELOTAS	0,000	0,000	0,000	0,000
51 QUARAÍ	0,000	0,000	0,000	0,000
52 RIO GRANDE	0,000	0,000	152,632	5936,842
53 RIO PARDO	0,000	0,000	0,000	0,000
54 ROSÁRIO DO SUL	0,000	0,000	0,000	0,000
55 SANT. LIVRAMENTO	0,000	0,000	91,037	0,000
56 SANTA MARIA	0,000	0,000	0,000	0,000
57 SANTA ROSA	0,000	0,000	66,168	0,000
58 SANTIAGO	0,000	0,000	0,000	0,000
59 SANTO ÂNGELO	0,000	0,000	0,000	0,000
60 SANTO CRISTO	0,000	0,000	0,000	0,000
61 SÃO BORJA	0,000	103,785	0,000	0,000
62 SÃO F. DE ASSIS	0,000	0,000	0,000	0,000
63 SÃO FRANC. PAULA	0,000	0,000	0,000	0,000
64 SÃO GABRIEL	0,000	0,000	158,010	0,000
65 SÃO JERÔNIMO	0,000	0,000	1,985	0,000
66 SÃO LEOPOLDO	445,397	120,317	0,000	0,000
67 SÃO LUIZ GONZAGA	0,000	25,256	206,282	0,000
68 SÃO SEPÉ	219,580	0,000	0,000	0,000
69 SÃO VICENTE D SUL	175,472	0,000	0,000	0,000
70 SARANDI	0,000	160,717	0,000	0,000
71 SOBRADINHO	0,000	0,000	1,985	0,000
72 SOLEDADE	102,216	0,000	0,000	0,000
73 STA VIT. DO PALMAR	0,000	0,000	0,000	0,000
74 STA. CRUZ DO SUL	0,000	0,000	66,296	0,000
75 TAQUARA	0,000	185,296	0,000	0,000
76 TORRES	0,000	0,000	0,000	0,000
77 TRÊS PASSOS	0,000	0,000	0,000	0,000
78 VACARIA	360,598	0,000	0,000	0,000

Tabela 50 - Faces - VCR - sistema penitenciário - completa

UPs	comp. 1	coef. 1	comp. 2	coef. 2	comp. 3	coef. 3	comp. 4	coef. 4
1 AGUDO	SANTA M	0,037	ROSÁRIO	0,727	SANTIAG	0,097	ALEGRET	0,139
2 ALEGRET	SANTIAG	0,000	QUARAÍ	0,000	ALEGRET	1,000		0,000
3 ARROIO	ALEGRET	0,143	SANTIAG	0,071	QUARAÍ	0,732	ROSÁRIO	0,054
4 BAGÉ	SANTA M	0,135	IPEP	0,333	PASC	0,465	MOD. CH	0,067
5 BENTO G	MOD. CH	0,013	SANTA M	0,253	ALEGRET	0,734	SANTIAG	0,000
6 CAÇAPAV	ROSÁRIO	0,143	QUARAÍ	0,313	SANTIAG	0,397	ALEGRET	0,147
7 CACEQUI	ROSÁRIO	0,568	QUARAÍ	0,108	SANTIAG	0,108	ALEGRET	0,216
8 CACHOEI	ROSÁRIO	0,135	SANTIAG	0,698	SANTA M	0,167		0,000
9 CAMAQUA	SANTIAG	0,713	IPEP	0,288	ALEGRET	0,000		0,000
10 CANDELÁ	ROSÁRIO	0,266	QUARAÍ	0,370	SANTIAG	0,121	ALEGRET	0,243
11 CANELA	ALEGRET	0,000	MOD. CH	0,010	TORRES	0,990		0,000
12 CANGUÇU	QUARAÍ	0,887	ALEGRET	0,075	SANTIAG	0,038		0,000
13 CARAZIN	TORRES	0,902	ALEGRET	0,041	MOD. CH	0,057		0,000
14 CAXIAS	MOD. CH	0,321	IPEP	0,679		0,000		0,000
15 CERRO L	SANTA M	0,037	ROSÁRIO	0,433	SANTIAG	0,195	ALEGRET	0,335
16 CPA	IPEP	0,377	PASC	0,565	SANTIAG	0,058	SANTA M	0,000
17 CRUZ AL	SANTIAG	0,000	SANTA M	0,718	ROSÁRIO	0,282		0,000
18 DOM PED	SANTIAG	0,095	SANTA M	0,725	ROSÁRIO	0,180		0,000
19 ENCANTA	ROSÁRIO	0,568	QUARAÍ	0,108	SANTIAG	0,108	ALEGRET	0,216
20 ENCRUZI	ROSÁRIO	0,143	QUARAÍ	0,313	SANTIAG	0,397	ALEGRET	0,147
21 ERECHIM	SANTIAG	0,342	SANTA M	0,238	ALEGRET	0,305	MOD. CH	0,115
22 ESPUMOS	SANTA M	0,113	ROSÁRIO	0,617	SANTIAG	0,000	ALEGRET	0,270
23 FREDERI	TORRES	0,151	ALEGRET	0,788	MOD. CH	0,061		0,000
24 GETÚLIO	TORRES	0,800	RIO PAR	0,014	ALEGRET	0,186		0,000
25 GUAPORÉ	ALEGRET	0,480	SANTIAG	0,241	ROSÁRIO	0,277	SANTA M	0,002
26 IPEP	PASC	0,000	IPEP	1,000	SANTA M	0,000	SANTIAG	0,000
27 IPM	SANTIAG	0,000	IPEP	0,391	MOD. CH	0,131	ALEGRET	0,477
28 IRAÍ	ALEGRET	0,000	MOD. CH	0,029	TORRES	0,971		0,000
29 ITAQUI	QUARAÍ	0,234	ALEGRET	0,254	ROSÁRIO	0,512	SANTIAG	0,000
30 JAGUARÃ	QUARAÍ	0,422	ALEGRET	0,164	SANTIAG	0,414		0,000
31 JAGUARI	MOD. CH	0,023	TORRES	0,907	ALEGRET	0,070		0,000
32 JÚLIO D	ALEGRET	0,000	MOD. CH	0,057	TORRES	0,943		0,000
33 LAGEADO	SANTA M	0,552	SANTIAG	0,398	ROSÁRIO	0,051		0,000
34 LAGOA V	ALEGRET	0,143	SANTIAG	0,230	ROSÁRIO	0,415	SANTA M	0,211
35 LAVRAS	ALEGRET	0,143	SANTIAG	0,071	QUARAÍ	0,732	ROSÁRIO	0,054
36 MIGUEL	IPEP	1,000	MOD. CH	0,000		0,000		0,000
37 MOD. U	SANTA M	0,127	MOD. IJ	0,681	MOD. CH	0,192		0,000
38 MOD. CH	ALEGRET	0,000	SANTIAG	0,000	MOD. CH	1,000	IPEP	0,000
39 MOD. IJ	MOD. IJ	1,000	MOD. CH	0,000	SANTA M	0,000	PASC	0,000
40 MOD. MO	MOD. CH	0,786	IPEP	0,214		0,000		0,000
41 MOD. OS	MOD. CH	0,786	IPEP	0,214		0,000		0,000
42 MONTENE	ALEGRET	0,171	SANTIAG	0,086	QUARAÍ	0,629	ROSÁRIO	0,114
43 NOVA PR	ALEGRET	0,000	MOD. CH	0,005	TORRES	0,995		0,000
44 NOVO HA	TORRES	0,407	ALEGRET	0,495	MOD. CH	0,099		0,000
45 OSÓRIO	ALEGRET	0,347	IPEP	0,114	SANTIAG	0,540		0,000
46 PALM DA	QUARAÍ	0,123	ALEGRET	0,313	SANTIAG	0,563		0,000
47 PASC	PASC	1,000	IPEP	0,000	SANTA M	0,000	SANTIAG	0,000
48 PASSO F	SANTA M	0,385	SANTIAG	0,368	PASC	0,076	IPEP	0,171

UPs	comp. 1	coef. 1	comp. 2	coef. 2	comp. 3	coef. 3	comp. 4	coef. 4
49 PEC	IPEP	0,720	MOD. CH	0,280		0,000		0,000
50 PELOTAS	SANTA M	0,253	IPEP	0,191	SANTIAG	0,131	PASC	0,425
51 QUARAÍ	SANTIAG	0,000	QUARAÍ	1,000	ALEGRET	0,000		0,000
52 RIO GRA	IPEP	0,684	MOD. CH	0,316		0,000		0,000
53 RIO PAR	TORRES	0,000	RIO PAR	1,000	ALEGRET	0,000		0,000
54 ROSÁRIO	QUARAÍ	0,000	ROSÁRIO	1,000	ALEGRET	0,000	SANTIAG	0,000
55 SANT. L	PASC	0,169	SANTA M	0,320	SANTIAG	0,511	IPEP	0,000
56 SANTA M	PASC	0,000	IPEP	0,000	SANTA M	1,000	SANTIAG	0,000
57 SANTA R	SANTIAG	0,685	PASC	0,145	SANTA M	0,000	IPEP	0,169
58 SANTIAG	PASC	0,000	IPEP	0,000	SANTA M	0,000	SANTIAG	1,000
59 SANTO Â	ALEGRET	0,578	MOD. CH	0,117	IPEP	0,259	SANTIAG	0,046
60 SANTO C	ALEGRET	0,171	SANTIAG	0,086	QUARAÍ	0,629	ROSÁRIO	0,114
61 SÃO BOR	ALEGRET	0,928	SANTA M	0,065	MOD. CH	0,007	SANTIAG	0,000
62 SÃO F.	ALEGRET	0,190	ROSÁRIO	0,207	SANTA M	0,059	SANTIAG	0,544
63 SÃO FRA	ALEGRET	0,364	SANTIAG	0,182	QUARAÍ	0,364	ROSÁRIO	0,091
64 SÃO GAB	SANTA M	0,000	PASC	0,143	IPEP	0,373	SANTIAG	0,484
65 SÃO JER	SANTA M	0,000	PASC	0,006	IPEP	0,004	SANTIAG	0,990
66 SÃO LEO	TORRES	0,848	MOD. CH	0,152	ALEGRET	0,000		0,000
67 SÃO LUI	ROSÁRIO	0,295	SANTA M	0,705	SANTIAG	0,000		0,000
68 SÃO SEP	MOD. CH	0,005	TORRES	0,981	ALEGRET	0,014		0,000
69 SÃO VIC	QUARAÍ	0,943	SANTIAG	0,019	ALEGRET	0,038		0,000
70 SARANDI	TORRES	0,402	ALEGRET	0,571	MOD. CH	0,027		0,000
71 SOBRADI	SANTA M	0,000	PASC	0,006	IPEP	0,004	SANTIAG	0,990
72 SOLEDAD	IPEP	0,272	SANTIAG	0,691	ALEGRET	0,037		0,000
73 STA VIT	ROSÁRIO	0,355	QUARAÍ	0,443	SANTIAG	0,068	ALEGRET	0,135
74 STA. CR	SANTA M	0,000	PASC	0,437	IPEP	0,082	SANTIAG	0,481
75 TAQUARA	TORRES	0,163	ALEGRET	0,791	MOD. CH	0,047		0,000
76 TORRES	TORRES	1,000	RIO PAR	0,000	ALEGRET	0,000		0,000
77 TRÊS PA	PASC	0,188	IPEP	0,107	SANTA M	0,028	SANTIAG	0,677
78 VACARIA	QUARAÍ	0,106	SANTIAG	0,079	ALEGRET	0,815		0,000

Tabela 51 - Escores - VCR - sociedade - completa

UP	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
1 AGUDO	2,649	2,649	1,649	0,000	0,446
2 ALEGRETE	4,393	4,393	3,393	0,000	0,475
3 ARROIO DO MEIO	2,262	2,262	1,262	0,000	1,071
4 BAGÉ	2,861	2,861	1,861	0,000	0,065
5 BENTO GONÇALVES	1,573	1,573	0,573	0,000	0,100
6 CAÇAPAVA DO SUL	3,627	3,627	2,627	0,000	0,648
7 CACEQUI	2,879	2,879	1,879	0,000	0,548
8 CACHOEIRA DO SUL	1,834	1,834	0,834	0,000	0,170
9 CAMAQUA	2,022	2,022	1,022	0,000	0,132
10 CANDELÁRIA	2,585	2,585	1,585	0,000	0,509
11 CANELA	2,685	2,685	1,685	0,000	0,285
12 CANGUÇU	1,429	1,429	0,429	0,000	0,857
13 CARAZINHO	1,997	1,997	0,997	0,000	0,155
14 CAXIAS DO SUL	1,315	1,315	0,315	0,000	0,026
15 CERRO LARGO	3,075	3,075	2,075	0,000	0,419
16 CPA	2,106	2,106	1,106	0,000	0,051
17 CRUZ ALTA	3,135	3,135	2,135	0,000	0,135
18 DOM PEDRITO	4,044	4,044	3,044	0,000	0,170
19 ENCANTADO	2,079	2,079	1,079	0,000	0,396
20 ENCRUZILH. DO SUL	2,850	2,850	1,850	0,000	0,509
21 ERECHIM	2,386	2,386	1,386	0,000	0,108
22 ESPUMOSO	4,593	4,593	3,593	0,000	0,548
23 FREDERICO WESTPH.	2,483	2,483	1,483	0,000	0,183
24 GETÚLIO VARGAS	2,303	2,303	1,303	0,000	0,264
25 GUAPORÉ	1,743	1,743	0,743	0,000	0,238
26 IPEP	2,177	2,177	1,177	0,000	0,062
27 IPM	2,261	2,261	1,261	0,000	0,078
28 IRAÍ	2,568	2,568	1,568	0,000	0,238
29 ITAQUI	1,456	1,456	0,456	0,000	0,297
30 JAGUARÃO	1,900	1,900	0,900	0,000	0,340
31 JAGUARI	6,213	6,213	5,213	0,000	0,594
32 JÚLIO D CASTILHOS	2,356	2,356	1,356	0,000	0,183
33 LAGEADO	1,599	1,599	0,599	0,000	0,079
34 LAGOA VERMELHA	1,559	1,559	0,559	0,000	0,140
35 LAVRAS DO SUL	2,714	2,714	1,714	0,000	1,286
36 MIGUEL DARIO	2,106	2,106	1,106	0,000	0,051
37 MOD. URUGUAIANA	1,966	1,966	0,966	0,000	0,032
38 MOD. CHARQUEADAS	1,200	1,200	0,200	0,000	-0,200
39 MOD. IJUÍ	2,049	2,049	1,049	0,000	0,033
40 MOD. MONTENEGRO	1,000	1,000	0,000	0,000	0,000
41 MOD. OSÓRIO	1,121	1,121	0,121	0,000	-0,121
42 MONTENEGRO	1,364	1,364	0,364	0,000	0,324
43 NOVA PRATA	1,902	1,902	0,902	0,000	0,210
44 NOVO HAMBURGO	1,748	1,748	0,748	0,000	0,108
45 OSÓRIO	1,559	1,559	0,559	0,000	0,140
46 PALM DAS MISSÕES	1,803	1,803	0,803	0,000	0,246
47 PASC	1,221	1,221	0,221	0,000	0,025
48 PASSO FUNDO	1,249	1,249	0,249	0,000	0,051
49 PEC	1,067	1,067	0,067	0,000	0,019

UP	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
50 PELOTAS	2,088	2,088	1,088	0,000	0,058
51 QUARAÍ	2,619	2,619	1,619	0,000	2,143
52 RIO GRANDE	2,255	2,255	1,255	0,000	0,038
53 RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	1,286
54 ROSÁRIO DO SUL	1,293	1,293	0,293	0,000	0,612
55 SANT. LIVRAMENTO	2,790	2,790	1,790	0,000	0,127
56 SANTA MARIA	1,511	1,511	0,511	0,000	0,049
57 SANTA ROSA	2,115	2,115	1,115	0,000	0,117
58 SANTIAGO	3,075	3,075	2,075	0,000	0,419
59 SANTO ÂNGELO	4,691	4,691	3,691	0,000	0,193
60 SANTO CRISTO	3,333	3,333	2,333	0,000	1,429
61 SÃO BORJA	4,417	4,417	3,417	0,000	0,396
62 SÃO F. DE ASSIS	3,317	3,317	2,317	0,000	0,396
63 SÃO FRANC. PAULA	2,119	2,119	1,119	0,000	0,357
64 SÃO GABRIEL	4,015	4,015	3,015	0,000	0,170
65 SÃO JERÔNIMO	2,607	2,607	1,607	0,000	0,340
66 SÃO LEOPOLDO	2,668	2,668	1,668	0,000	0,135
67 SÃO LUIZ GONZAGA	2,728	2,728	1,728	0,000	0,119
68 SÃO SEPÉ	3,079	3,079	2,079	0,000	0,340
69 SÃO VICENTE D SUL	2,063	2,063	1,063	0,000	1,429
70 SARANDI	2,060	2,060	1,060	0,000	0,188
71 SOBRADINHO	1,141	1,141	0,141	0,000	0,149
72 SOLEDADE	2,224	2,224	1,224	0,000	0,149
73 STA VIT. DO PALMAR	1,000	1,000	0,000	0,000	0,238
74 STA. CRUZ DO SUL	2,254	2,254	1,254	0,000	0,081
75 TAQUARA	1,515	1,515	0,515	0,000	0,121
76 TORRES	2,487	2,487	1,487	0,000	0,285
77 TRÊS PASSOS	2,627	2,627	1,627	0,000	0,140
78 VACARIA	1,706	1,706	0,706	0,000	0,204

Tabela 52 - Ineficiência - sociedade - completa

Unidade	HEFECH
1 AGUDO	2637,668
2 ALEGRETE	5089,238
3 ARROIO DO MEIO	1514,286
4 BAGÉ	20466,367
5 BENTO GONÇALVES	4068,610
6 CAÇAPAVA DO SUL	2890,135
7 CACEQUI	2442,601
8 CACHOEIRA DO SUL	3503,139
9 CAMAQUA	5521,076
10 CANDELÁRIA	2218,834
11 CANELA	4213,004
12 CANGUÇU	642,857
13 CARAZINHO	4588,341
14 CAXIAS DO SUL	8669,507
15 CERRO LARGO	3527,803
16 CPA	15486,099
17 CRUZ ALTA	11314,350
18 DOM PEDRITO	12785,650
19 ENCANTADO	1942,601
20 ENCRUZILH. DO SUL	2590,135
21 ERECHIM	9147,982
22 ESPUMOSO	4670,404
23 FREDERICO WESTPH.	5783,408
24 GETÚLIO VARGAS	3517,937
25 GUAPORÉ	2227,803
26 IPEP	13530,493
27 IPM	11474,888
28 IRAÍ	4703,139
29 ITAQUI	1095,067
30 JAGUARÃO	1890,135
31 JAGUARI	6255,605
32 JÚLIO D CASTILHOS	5288,341
33 LAGEADO	5386,547
34 LAGOA VERMELHA	2850,673
35 LAVRAS DO SUL	1714,286
36 MIGUEL DARIO	15486,099
37 MOD. URUGUAIANA	21543,049
38 MOD. CHARQUEADAS	9700,000
39 MOD. IJUÍ	22443,049
40 MOD. MONTENEGRO	0,000
41 MOD. OSÓRIO	6300,000
42 MONTENEGRO	800,000
43 NOVA PRATA	3065,471
44 NOVO HAMBURGO	4939,910
45 OSÓRIO	2850,673
46 PALM DAS MISSÕES	2327,803
47 PASC	6331,838
48 PASSO FUNDO	3456,951

Unidade	HEFECH
49 PEC	2572,646
50 PELOTAS	13496,861
51 QUARAÍ	971,429
52 RIO GRANDE	23852,914
53 RIO PARDO	0,000
54 ROSÁRIO DO SUL	614,286
55 SANT. LIVRAMENTO	10024,215
56 SANTA MARIA	7460,090
57 SANTA ROSA	6801,345
58 SANTIAGO	3527,803
59 SANTO ÂNGELO	13656,950
60 SANTO CRISTO	2100,000
61 SÃO BORJA	6150,673
62 SÃO F. DE ASSIS	4170,404
63 SÃO FRANC. PAULA	2237,668
64 SÃO GABRIEL	12661,884
65 SÃO JERÔNIMO	3375,336
66 SÃO LEOPOLDO	8839,014
67 SÃO LUIZ GONZAGA	10366,816
68 SÃO SEPÉ	4365,471
69 SÃO VICENTE D SUL	957,143
70 SARANDI	4026,906
71 SOBRADINHO	675,336
72 SOLEDADE	5873,542
73 STA VIT. DO PALMAR	0,000
74 STA. CRUZ DO SUL	11032,287
75 TAQUARA	3040,807
76 TORRES	3717,937
77 TRÊS PASSOS	8296,412
78 VACARIA	2470,404

Tabela 53 - Faces - VCR - sociedade - completa

Unidade penitenciária	Comp.1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 2
1 AGUDO	STA VIT	0,978	MOD. MO	0,022
2 ALEGRETE	STA VIT	0,935	MOD. MO	0,065
3 ARROIO DO MEIO	RIO PAR	0,143	STA VIT	0,857
4 BAGÉ	STA VIT	0,484	MOD. MO	0,516
5 BENTO GONÇALVES	STA VIT	0,852	MOD. MO	0,148
6 CAÇAPAVA DO SUL	STA VIT	0,982	MOD. MO	0,018
7 CACEQUI	STA VIT	0,987	MOD. MO	0,013
8 CACHOEIRA DO SUL	STA VIT	0,915	MOD. MO	0,085
9 CAMAQUA	STA VIT	0,857	MOD. MO	0,143
10 CANDELÁRIA	STA VIT	0,989	MOD. MO	0,011
11 CANELA	STA VIT	0,933	MOD. MO	0,067
12 CANGUÇU	RIO PAR	0,429	STA VIT	0,571
13 CARAZINHO	STA VIT	0,888	MOD. MO	0,112
14 CAXIAS DO SUL	STA VIT	0,399	MOD. MO	0,601
15 CERRO LARGO	STA VIT	0,960	MOD. MO	0,040
16 CPA	STA VIT	0,520	MOD. MO	0,480
17 CRUZ ALTA	STA VIT	0,753	MOD. MO	0,247
18 DOM PEDRITO	STA VIT	0,747	MOD. MO	0,253
19 ENCANTADO	STA VIT	0,987	MOD. MO	0,013
20 ENCRUZILH. DO SUL	STA VIT	0,982	MOD. MO	0,018
21 ERECHIM	STA VIT	0,769	MOD. MO	0,231
22 ESPUMOSO	STA VIT	0,946	MOD. MO	0,054
23 FREDERICO WESTPH.	STA VIT	0,879	MOD. MO	0,121
24 GETÚLIO VARGAS	STA VIT	0,942	MOD. MO	0,058
25 GUAPORÉ	STA VIT	0,960	MOD. MO	0,040
26 IPEP	STA VIT	0,601	MOD. MO	0,399
27 IPM	STA VIT	0,682	MOD. MO	0,318
28 IRAÍ	STA VIT	0,915	MOD. MO	0,085
29 ITAQUI	STA VIT	0,991	MOD. MO	0,009
30 JAGUARÃO	STA VIT	0,982	MOD. MO	0,018
31 JAGUARI	STA VIT	0,919	MOD. MO	0,081
32 JÚLIO D CASTILHOS	STA VIT	0,888	MOD. MO	0,112
33 LAGEADO	STA VIT	0,794	MOD. MO	0,206
34 LAGOA VERMELHA	STA VIT	0,910	MOD. MO	0,090
35 LAVRAS DO SUL	RIO PAR	0,143	STA VIT	0,857
36 MIGUEL DARIO	STA VIT	0,520	MOD. MO	0,480
37 MOD. URUGUAIANA	STA VIT	0,260	MOD. MO	0,740
38 MOD. CHARQUEADAS	MOD. MO	1,000		0,000
39 MOD. IJUÍ	STA VIT	0,260	MOD. MO	0,740
40 MOD. MONTENEGRO	MOD. MO	1,000		0,000
41 MOD. OSÓRIO	MOD. MO	1,000		0,000
42 MONTENEGRO	STA VIT	1,000	MOD. MO	0,000
43 NOVA PRATA	STA VIT	0,937	MOD. MO	0,063
44 NOVO HAMBURGO	STA VIT	0,845	MOD. MO	0,155
45 OSÓRIO	STA VIT	0,910	MOD. MO	0,090
46 PALM DAS MISSÕES	STA VIT	0,960	MOD. MO	0,040
47 PASC	STA VIT	0,422	MOD. MO	0,578
48 PASSO FUNDO	STA VIT	0,740	MOD. MO	0,260

Unidade penitenciária	Comp.1	Coef. 1	Comp. 2	Coef. 2
49 PEC	STA VIT	0,314	MOD. MO	0,686
50 PELOTAS	STA VIT	0,585	MOD. MO	0,415
51 QUARAÍ	RIO PAR	0,714	STA VIT	0,286
52 RIO GRANDE	STA VIT	0,278	MOD. MO	0,722
53 RIO PARDO	RIO PAR	1,000	STA VIT	0,000
54 ROSÁRIO DO SUL	RIO PAR	0,143	STA VIT	0,857
55 SANT. LIVRAMENTO	STA VIT	0,771	MOD. MO	0,229
56 SANTA MARIA	STA VIT	0,655	MOD. MO	0,345
57 SANTA ROSA	STA VIT	0,821	MOD. MO	0,179
58 SANTIAGO	STA VIT	0,960	MOD. MO	0,040
59 SANTO ÂNGELO	STA VIT	0,740	MOD. MO	0,260
60 SANTO CRISTO	RIO PAR	0,000	STA VIT	1,000
61 SÃO BORJA	STA VIT	0,910	MOD. MO	0,090
62 SÃO F. DE ASSIS	STA VIT	0,946	MOD. MO	0,054
63 SÃO FRANC. PAULA	STA VIT	0,978	MOD. MO	0,022
64 SÃO GABRIEL	STA VIT	0,749	MOD. MO	0,251
65 SÃO JERÔNIMO	STA VIT	0,955	MOD. MO	0,045
66 SÃO LEOPOLDO	STA VIT	0,798	MOD. MO	0,202
67 SÃO LUIZ GONZAGA	STA VIT	0,758	MOD. MO	0,242
68 SÃO SEPÉ	STA VIT	0,937	MOD. MO	0,063
69 SÃO VICENTE D SUL	RIO PAR	0,571	STA VIT	0,429
70 SARANDI	STA VIT	0,913	MOD. MO	0,087
71 SOBRADINHO	STA VIT	0,955	MOD. MO	0,045
72 SOLEDADE	STA VIT	0,861	MOD. MO	0,139
73 STA VIT. DO PALMAR	STA VIT	1,000	MOD. MO	0,000
74 STA. CRUZ DO SUL	STA VIT	0,695	MOD. MO	0,305
75 TAQUARA	STA VIT	0,892	MOD. MO	0,108
76 TORRES	STA VIT	0,942	MOD. MO	0,058
77 TRÊS PASSOS	STA VIT	0,812	MOD. MO	0,188
78 VACARIA	STA VIT	0,946	MOD. MO	0,054

Tabela 54 - VCR - presidiário - ordem decrescente de eficiência - completa

Ordem	unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega	%
1	CPA	1,000	1,000	0,000	0,000	-18,692	0,00%
2	IPM	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,767	0,00%
3	MIGUEL DARIO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,280	0,00%
4	MONTENEGRO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,006	0,00%
5	RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,339	0,00%
6	SÃO LEOPOLDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,033	0,00%
7	IPEP	1,110	1,078	13,056	3,841	-1,844	7,78%
8	STA VIT. DO PALMAR	1,136	1,100	17,970	4,745	-7,404	10,00%
9	OSÓRIO	1,121	1,121	1,977	0,000	-0,596	12,15%
10	CRUZ ALTA	1,147	1,132	6,642	0,686	-0,584	13,21%
11	CAÇAPAVA DO SUL	1,295	1,258	73,021	9,045	-12,502	25,83%
12	SÃO VICENTE D SUL	1,705	1,262	9,347	5,876	-0,517	26,19%
13	BENTO GONÇALVES	1,329	1,316	12,799	0,521	-0,847	31,60%
14	GETÚLIO VARGAS	1,369	1,349	30,750	1,687	-3,083	34,89%
15	SANTA ROSA	1,600	1,600	7,929	0,000	-0,553	60,04%
16	CANGUÇU	1,900	1,686	9,493	2,263	-0,149	68,57%
17	SOLEDADE	1,700	1,700	12,720	0,000	-0,962	69,98%
18	CANELA	2,072	1,860	10,075	1,998	-0,737	85,96%
19	JAGUARI	2,212	2,162	300,129	12,235	-12,502	116,23%
20	CAMAQUA	2,250	2,212	64,909	1,993	-1,573	121,19%
21	CARAZINHO	2,261	2,261	15,736	0,000	-1,006	126,06%
22	SÃO JERÔNIMO	2,324	2,263	173,654	8,049	-9,220	126,29%
23	NOVA PRATA	2,333	2,326	60,563	0,323	-2,801	132,59%
24	ERECHIM	2,454	2,454	23,186	0,000	-0,851	145,39%
25	CERRO LARGO	2,479	2,479	12,240	0,000	-0,962	147,90%
26	LAGOA VERMELHA	2,509	2,506	58,061	0,084	-2,131	150,65%
27	SANTO CRISTO	3,221	2,552	64,908	19,549	-10,637	155,22%
28	JÚLIO D CASTILHOS	2,699	2,588	9,929	0,650	-0,485	158,78%
29	AGUDO	2,700	2,700	17,655	0,000	-1,563	169,97%
30	ENCRUZILH. DO SUL	2,872	2,707	46,440	4,079	-4,169	170,74%
31	SÃO LUIZ GONZAGA	3,094	2,716	17,400	3,135	-1,091	171,65%
32	LAVRAS DO SUL	3,287	2,731	38,567	9,385	-5,607	173,08%
33	ROSÁRIO DO SUL	3,496	2,731	63,231	19,385	-10,637	173,08%
34	SÃO SEPÉ	2,760	2,760	26,444	0,000	-2,012	175,97%
35	JAGUARÃO	2,785	2,768	72,506	0,678	-4,521	176,82%
36	PELOTAS	3,120	2,902	12,291	1,260	-17,090	190,23%
37	ESPUMOSO	3,206	3,206	29,339	0,000	-1,787	220,58%
38	SANTA MARIA	3,336	3,233	244,945	10,858	-5,533	223,27%
39	ENCANTADO	3,433	3,261	47,992	3,391	-4,169	226,08%
40	CACEQUI	3,372	3,283	316,827	11,910	-18,596	228,27%
41	GUAPORÉ	3,470	3,457	78,522	0,435	-3,560	245,65%
42	PASSO FUNDO	3,557	3,469	801,407	27,748	-22,132	246,89%
43	SÃO F. DE ASSIS	3,615	3,545	26,068	0,696	-1,546	254,52%
44	IRAÍ	3,657	3,619	96,459	1,387	-5,533	261,91%
45	FREDERICO WESTPH.	3,839	3,839	48,126	0,000	-2,213	283,91%
46	SOBRADINHO	4,273	3,844	114,737	15,043	-10,637	284,39%
47	VACARIA	3,975	3,905	1042,115	24,711	-38,185	290,47%

Ordem	unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega	%
48	ARROIO DO MEIO	4,213	4,087	30,656	1,205	-3,127	308,67%
49	SARANDI	4,213	4,142	1347,361	29,831	-38,162	314,17%
50	RIO GRANDE	4,693	4,142	100,598	14,996	-126,840	314,22%
51	SÃO BORJA	4,428	4,270	296,681	13,714	-12,507	326,99%
52	ALEGRETE	4,460	4,319	126,052	5,123	-6,254	331,95%
53	TAQUARA	4,748	4,621	335,949	11,358	-12,507	362,12%
54	STA. CRUZ DO SUL	5,120	5,009	1017,467	27,279	-22,132	400,93%
55	ITAQUI	5,476	5,012	157,401	16,331	-12,507	401,16%
56	SÃO FRANC. PAULA	5,350	5,014	182,408	14,099	-12,507	401,36%
57	MOD. IJUÍ	5,084	5,075	353,171	0,740	-438,656	407,51%
58	CANDELÁRIA	5,719	5,306	163,268	14,303	-12,507	430,59%
59	LAGEADO	5,535	5,473	539,613	7,336	-12,507	447,32%
60	SANT. LIVRAMENTO	5,615	5,578	830,131	6,653	-22,132	457,84%
61	QUARAÍ	8,109	6,714	87,726	17,214	-0,726	571,43%
62	CAXIAS DO SUL	6,990	6,977	376,636	0,794	-438,515	597,72%
63	BAGÉ	7,829	7,740	85,813	1,120	-97,378	674,03%
64	PASC	8,111	8,095	385,304	0,880	-438,486	709,51%
65	CACHOEIRA DO SUL	8,249	8,165	744,992	8,601	-18,775	716,51%
66	PALM DAS MISSÕES	8,624	8,257	235,784	11,362	-12,507	725,67%
67	MOD. URUGUAIANA	8,969	8,497	254,201	15,039	-285,100	749,75%
68	SANTO ÂNGELO	10,159	9,792	1005,032	40,236	-22,132	879,22%
69	TRÊS PASSOS	10,152	10,071	789,067	7,021	-22,132	907,07%
70	SÃO GABRIEL	11,144	10,791	987,479	34,291	-22,132	979,13%
71	NOVO HAMBURGO	11,666	11,550	697,620	7,583	-22,132	1054,99%
72	DOM PEDRITO	12,669	12,608	1006,097	5,324	-22,132	1160,77%
73	SANTIAGO	17,991	17,393	1027,349	36,159	-35,311	1639,25%
74	TORRES	18,549	18,174	417,437	8,925	-22,132	1717,37%
75	MOD. CHARQUEADAS	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099	8150,00%
76	MOD. MONTENEGRO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099	8150,00%
77	MOD. OSÓRIO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099	8150,00%
78	PEC	100,986	82,500	678,851	125,511	-684,641	8150,00%

Tabela 55 - presidiário - VCR - ordem decrescente - completa

ordem	Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
1	CPA	1,000	1,000	0,000	0,000	-18,692
2	IPM	1,000	1,000	0,000	0,000	-2,767
3	MIGUEL DARIO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,280
4	MONTENEGRO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,006
5	RIO PARDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-0,339
6	SÃO LEOPOLDO	1,000	1,000	0,000	0,000	-1,033
7	IPEP	1,110	1,078	13,056	3,841	-1,844
8	STA VIT. DO PALMAR	1,136	1,100	17,970	4,745	-7,404
9	OSÓRIO	1,121	1,121	1,977	0,000	-0,596
10	CRUZ ALTA	1,147	1,132	6,642	0,686	-0,584
11	CAÇAPAVA DO SUL	1,295	1,258	73,021	9,045	-12,502
12	SÃO VICENTE D SUL	1,705	1,262	9,347	5,876	-0,517
13	BENTO GONÇALVES	1,329	1,316	12,799	0,521	-0,847
14	GETÚLIO VARGAS	1,369	1,349	30,750	1,687	-3,083
15	SANTA ROSA	1,600	1,600	7,929	0,000	-0,553
16	CANGUÇU	1,900	1,686	9,493	2,263	-0,149
17	SOLEDADE	1,700	1,700	12,720	0,000	-0,962
18	CANELA	2,072	1,860	10,075	1,998	-0,737
19	JAGUARI	2,212	2,162	300,129	12,235	-12,502
20	CAMAQUA	2,250	2,212	64,909	1,993	-1,573
21	CARAZINHO	2,261	2,261	15,736	0,000	-1,006
22	SÃO JERÔNIMO	2,324	2,263	173,654	8,049	-9,220
23	NOVA PRATA	2,333	2,326	60,563	0,323	-2,801
24	ERECHIM	2,454	2,454	23,186	0,000	-0,851
25	CERRO LARGO	2,479	2,479	12,240	0,000	-0,962
26	LAGOA VERMELHA	2,509	2,506	58,061	0,084	-2,131
27	SANTO CRISTO	3,221	2,552	64,908	19,549	-10,637
28	JÚLIO D CASTILHOS	2,699	2,588	9,929	0,650	-0,485
29	AGUDO	2,700	2,700	17,655	0,000	-1,563
30	ENCRUZILH. DO SUL	2,872	2,707	46,440	4,079	-4,169
31	SÃO LUIZ GONZAGA	3,094	2,716	17,400	3,135	-1,091
32	LAVRAS DO SUL	3,287	2,731	38,567	9,385	-5,607
33	ROSÁRIO DO SUL	3,496	2,731	63,231	19,385	-10,637
34	SÃO SEPÉ	2,760	2,760	26,444	0,000	-2,012
35	JAGUARÃO	2,785	2,768	72,506	0,678	-4,521
36	PELOTAS	3,120	2,902	12,291	1,260	-17,090
37	ESPUMOSO	3,206	3,206	29,339	0,000	-1,787
38	SANTA MARIA	3,336	3,233	244,945	10,858	-5,533
39	ENCANTADO	3,433	3,261	47,992	3,391	-4,169
40	CACEQUI	3,372	3,283	316,827	11,910	-18,596
41	GUAPORÉ	3,470	3,457	78,522	0,435	-3,560
42	PASSO FUNDO	3,557	3,469	801,407	27,748	-22,132
43	SÃO F. DE ASSIS	3,615	3,545	26,068	0,696	-1,546
44	IRAÍ	3,657	3,619	96,459	1,387	-5,533
45	FREDERICO WESTPH.	3,839	3,839	48,126	0,000	-2,213
46	SOBRADINHO	4,273	3,844	114,737	15,043	-10,637
47	VACARIA	3,975	3,905	1042,115	24,711	-38,185

ordem	Unidade	Omicron	Phi	Delta	Sigma	Omega
48	ARROIO DO MEIO	4,213	4,087	30,656	1,205	-3,127
49	SARANDI	4,213	4,142	1347,361	29,831	-38,162
50	RIO GRANDE	4,693	4,142	100,598	14,996	-126,840
51	SÃO BORJA	4,428	4,270	296,681	13,714	-12,507
52	ALEGRETE	4,460	4,319	126,052	5,123	-6,254
53	TAQUARA	4,748	4,621	335,949	11,358	-12,507
54	STA. CRUZ DO SUL	5,120	5,009	1017,467	27,279	-22,132
55	ITAQUI	5,476	5,012	157,401	16,331	-12,507
56	SÃO FRANC. PAULA	5,350	5,014	182,408	14,099	-12,507
57	MOD. IJUÍ	5,084	5,075	353,171	0,740	-438,656
58	CANDELÁRIA	5,719	5,306	163,268	14,303	-12,507
59	LAGEADO	5,535	5,473	539,613	7,336	-12,507
60	SANT. LIVRAMENTO	5,615	5,578	830,131	6,653	-22,132
61	QUARAÍ	8,109	6,714	87,726	17,214	-0,726
62	CAXIAS DO SUL	6,990	6,977	376,636	0,794	-438,515
63	BAGÉ	7,829	7,740	85,813	1,120	-97,378
64	PASC	8,111	8,095	385,304	0,880	-438,486
65	CACHOEIRA DO SUL	8,249	8,165	744,992	8,601	-18,775
66	PALM DAS MISSÕES	8,624	8,257	235,784	11,362	-12,507
67	MOD. URUGUAIANA	8,969	8,497	254,201	15,039	-285,100
68	SANTO ÂNGELO	10,159	9,792	1005,032	40,236	-22,132
69	TRÊS PASSOS	10,152	10,071	789,067	7,021	-22,132
70	SÃO GABRIEL	11,144	10,791	987,479	34,291	-22,132
71	NOVO HAMBURGO	11,666	11,550	697,620	7,583	-22,132
72	DOM PEDRITO	12,669	12,608	1006,097	5,324	-22,132
73	SANTIAGO	17,991	17,393	1027,349	36,159	-35,311
74	TORRES	18,549	18,174	417,437	8,925	-22,132
75	MOD. CHARQUEADAS	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
76	MOD. MONTENEGRO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
77	MOD. OSÓRIO	101,008	82,500	679,307	125,713	-685,099
78	PEC	100,986	82,500	678,851	125,511	-684,641

Tabela 56 - Ranking a partir da 1ª função de avaliação - PdV - presidiário - completo

#	Unidade	produtividade
1	IPM	1,00000
2	MIGUEL DARIO	1,00000
3	IPEP	0,87316
4	SÃO LEOPOLDO	0,84516
5	MONTENEGRO	0,69388
6	CPA	0,61628
7	OSÓRIO	0,44161
8	RIO PARDO	0,41228
9	ESPUMOSO	0,37879
10	SANTA ROSA	0,37631
11	SÃO F. DE ASSIS	0,37324
12	JAGUARI	0,37097
13	SÃO JERÔNIMO	0,36364
14	CRUZ ALTA	0,34457
15	GETÚLIO VARGAS	0,32955
16	SÃO SEPÉ	0,32813
17	CANGUÇU	0,31061
18	LAVRAS DO SUL	0,29348
19	CERRO LARGO	0,28804
20	SÃO VICENTE D SUL	0,28409
21	ENCANTADO	0,27857
22	CANELA	0,26493
23	ENCRUZILH. DO SUL	0,25676
24	JAGUARÃO	0,25581
25	CANDELÁRIA	0,25510
26	ERECHIM	0,25076
27	AGUDO	0,25000
28	SÃO LUIZ GONZAGA	0,25000
29	SOLEDADE	0,24710
30	LAGOA VERMELHA	0,24457
31	FREDERICO WESTPH.	0,24194
32	JÚLIO D CASTILHOS	0,23699
33	CAÇAPAVA DO SUL	0,23457
34	IRAÍ	0,23387
35	SÃO FRANC. PAULA	0,23188
36	STA VIT. DO PALMAR	0,22692
37	SÃO BORJA	0,22368
38	NOVA PRATA	0,20536
39	GUAPORÉ	0,20270
40	CACEQUI	0,19828
41	BENTO GONÇALVES	0,19534
42	SANTO CRISTO	0,19167
43	SÃO GABRIEL	0,19032
44	CARAZINHO	0,17636
45	ARROIO DO MEIO	0,16667
46	BAGÉ	0,15949
47	PELOTAS	0,15601
48	TAQUARA	0,15313

49	ALEGRETE	0,14919
50	DOM PEDRITO	0,14379
51	TRÊS PASSOS	0,14359
52	PASC	0,13556
53	ROSÁRIO DO SUL	0,12903
54	SARANDI	0,12037
55	PASSO FUNDO	0,11905
56	SANTA MARIA	0,11451
57	SANTIAGO	0,11446
58	CAMAQUA	0,11350
59	MOD. URUGUAIANA	0,11252
60	SOBRADINHO	0,11170
61	CACHOEIRA DO SUL	0,10606
62	ITAQUI	0,10465
63	PENIT. FEMININO	0,10407
64	SANTO ÂNGELO	0,10000
65	VACARIA	0,09804
66	MOD. IJUÍ	0,09490
67	CAXIAS DO SUL	0,08800
68	QUARAÍ	0,08571
69	LAGEADO	0,08115
70	NOVO HAMBURGO	0,08040
71	MOD. MONTENEGRO	0,07647
72	PEJ	0,07364
73	PALM DAS MISSÕES	0,06723
74	MOD. CHARQUEADAS	0,06615
75	TORRES	0,06500
76	PEC	0,05797
77	STA. CRUZ DO SUL	0,05282
78	RIO GRANDE	0,04632
79	MOD. OSÓRIO	0,03432
80	PCPA	0,02912
81	SANT. LIVRAMENTO	0,00461

Tabela 57 - Totais da Susepe

variável				
v1	masculino	Condenados	fechado	s/tr
v2	masculino	Condenados	fechado	c/tr. ex.
v3	masculino	Condenados	fechado	c/tr. int. liga
v4	masculino	Condenados	fechado	pac
v5	masculino	Condenados	semi-aberto	s/tr
v6	masculino	Condenados	semi-aberto	c/tr. ex.
v7	masculino	Condenados	semi-aberto	c/tr. int. liga
v8	masculino	Condenados	semi-aberto	pac
v9	masculino	Condenados	aberto	s/tr
v10	masculino	Condenados	aberto	c/tr. ex.
v11	masculino	Condenados	aberto	c/tr. int. liga
v12	masculino	Condenados	aberto	pac
v13	masculino			provisórios
v14	feminino	Condenadas	fechado	s/tr
v15	feminino	Condenadas	fechado	c/tr. ex.
v16	feminino	Condenadas	fechado	c/tr. int. liga
v17	feminino	Condenadas	fechado	pac
v18	feminino	Condenadas	semi-aberto	s/tr
v19	feminino	Condenadas	semi-aberto	c/tr. ex.
v20	feminino	Condenadas	semi-aberto	c/tr. int. liga
v21	feminino	Condenadas	semi-aberto	pac
v22	feminino	Condenadas	aberto	s/tr
v23	feminino	Condenadas	aberto	c/tr. ex.
v24	feminino	Condenadas	aberto	c/tr. int. liga
v25	feminino	Condenadas	aberto	pac
v26	feminino			provisórios
v27	total			
	cap.			
v28	engenharia			
v29	diferença			
v30	efet. func.	Segurança		
v31		administr.		
v32		Técnico		

	V ₁	V ₂	V ₃	V ₄	V ₅	V ₆	V ₇	V ₈	V ₉	V ₁₀	V ₁₁	V ₁₂	V ₁₃	V ₁₄	V ₁₅	V ₁₆
CRUZ ALTA	17		36		24	27	16	1	13	31			54			1
3º DP																
CERRO LARGO	6	2	9		4	11	5		4		1		19			
MOD. IJUÍ	146		68		60	0	8						50	3		
ALBERGUE IJUÍ			1		3	28	1	1	2	11						
SANTA ROSA	5		12	44	15	26	5	23	3	13	2	0	41	2		1
SANTO ÂNGELO	21		16		11		3		4		1		71			
ALB. S. ÂNGELO			1	1	7	15	4	18	1	2	1	1				
SANTO CRISTO	4		5		12		2		1				8			1
ALB. S. CRISTO			3	3		4		1	1				1			
SÃO BORJA	3		14	1	11		8	2	2		0		33			3
ALB. S. BORJA	1					12	1		0	4						
SÃO L. GONZAGA	27	2	31		15	29	6		3	3	0		34			2
TRÊS PASSOS	22	0	29		5		10		1				47			1
ALB. T. PASSOS		3		4	3	17	1	1	2	21						
4º DP																
CARAZINHO	28		18		11	17	4		6	5	1		62	1		2
ERECHIM	17		10	39	15	22	2	15	8	4	2	1	82			2
ESPUMOSO	1		12		7	6	7		1	1	1		8			
FRED. WESTPH.	17		22		0	7	14	0	4	3			23			
GETÚLIO VARGAS	3	0	24		11	6	6	3	8	6		1	15			
IRAÍ	12		14	4	11	3	9		1	1	1		12			
P. das MISSÕES	21		8		7				1				24			
ALB. P. das M.					0	8	6		0	12						
PASSO FUNDO	73		41	25	35	0	14	0	7		1		131	4		5
ALB. P. FUNDO					35					24						
SARANDI	17		21		10	0	1	0	6	0			36			
ALB. SARANDI					15	8										
SOLEDADE	25		23		30	17	5	6	7	6		0	30			
5º DP																
CAMAQUÃ	22	5	22	5			1						28			1
ALB. CAMAQUÃ					7	15	4	10	0	8	2		0			
CANGUÇU	4		11		2	1	8	0		5			14			
JAGUARÃO	5	1	9	6	4	3	1	3		4		1	19			
PELOTAS	45		79		34	25			12	5			187	3		5
ALB. PELOTAS					21	18		15	11	6		5	3			
RIO GRANDE	190				70				10				164	12	0	
ALB. RIO GRANDE	2		14		33	3	20		5	3	1					
S. V. do PALMAR	8		22		3	2	6		5	3	2		21	2	0	2
6º DP																
ALEGRETE	5		10		11	1	5		2		0		56			
ANEX. ALEGRETE					23				1	3						
BAGÉ	44		60	6	28	2	6	2	2	2	1		51			2
ANEX. BAGÉ					10	5	4	14	3	2	1	3		1		3
CAÇAPAVA DO SUL	3		8		5	2	2	1	7	1		3	23			0
DOM PEDRITO	20		22		9		6		1	0	0		23			
ALBERGUE D.																
PEDRITO					6				2	3						
ITAQUI	15		9		7				2				5			
ANEX. ITAQUI						3				10						
LAVRAS DO SUL	4		6		5	1	6		0	1	0		1	1		

MOD.	V ₁	V ₂	V ₃	V ₄	V ₅	V ₆	V ₇	V ₈	V ₉	V ₁₀	V ₁₁	V ₁₂	V ₁₃	V ₁₄	V ₁₅	V ₁₆
URUGUAIANA	121		102		15		22		3		0		105	1		4
A. M. URUGUAIANA																
ALB. URUGUAIANA	2		7		40	60	9			40			1			1
QUARAÍ	2		4		2								17			
ANEX. QUARAÍ								3		0		1				
ROSÁRIO DO SUL	6		15			0			0				8	0		1
ALB. ROSÁRIO SUL					2		3	5	4	1	0	3				
SANT. LIVRAMENTO	56												45			
A. S LIVRAMENTO					5	9			8	3		1				
SÃO GABRIEL	10		27	5	6		7	0	3		1		25	1		2
A. SÃO GABRIEL			1			3	1	12		1		0				
7ª DP																
B. GONÇALVES	62	0	8	1	20	18	4	4	2	23		1	37	1		
CANELA	15		10		10	22			1	3			22			
CAXIAS DO SUL	162		91	22	35		14						202			
ALB. C. do SUL					10	41	8	43	4	28		3				0
LAGOA VERMELHA	20		29	2	8	11	4	1	1	6	3		16			0
GUAPORÉ	11		13	6	5	6	0		1	4			18			0
NOVA PRATA	12		12	10	8	8	1	3	4	5			30	4		0
VACARIA	25		10		9		3	0	5			0	26			
ANEX. VACARIA						10	3	4	0	2	1	1				0
8º DP																
ARROIO DO MEIO	7		5		3	4			2	0			9			
CANDELÁRIA	5		9				8						8			
ANEX. CANDELÁRIA					5	11			4	9						
ENCANTADO	6		12		3	3	3	4	0		1	1	10			0
ENCRUZILH. DO SUL	5		9		8	2	6	0	1	1	1		13			
LAGEADO	67		23	0	24		7	0	1				78	0		
ALBERGUE																
LAGEADO					1	15	0		6	10						
MONTENEGRO					5	16	7	0	5	6						
RIO PARDO	1	5	4		2	12	1			4	1		14			
STA. CRUZ DO SUL	88				39		0	0	6		0		72			
ALB. STA. CRUZ					11	13	1	3	6	14			4			
SÃO JERÔNIMO	2		19		1	3	4	0	2	1	3	2	3			
SOBRADINHO	32		16		8		9			0			35			
ANEX.SOBRADINHO						3			3	3						

	V ₁₇	V ₁₈	V ₁₉	V ₂₀	V ₂₁	V ₂₂	V ₂₃	V ₂₄	V ₂₅	V ₂₆	V ₂₇	V ₂₈	V ₂₉	V ₃₀	V ₃₁	V ₃₂
ALB. Fem.		14	11	10	24	5	7	5	13		89	64	25	14	6	5
Pen. FEMININO	23	13		5	1					186	302	235	67	12	22	3
ALB. PLD											77	90	-13	8	5	3
ALB. PIO BUCK											571	370	201	21	14	9
MIGUEL DARIO											307	244	63	8	13	4
OLARIA BM	-															
P.BUCK											0	26	-26			

	V ₁₇	V ₁₈	V ₁₉	V ₂₀	V ₂₁	V ₂₂	V ₂₃	V ₂₄	V ₂₅	V ₂₆	V ₂₇	V ₂₈	V ₂₉	V ₃₀	V ₃₁	V ₃₂
4º REG. PMBM	-															
P. BUCK											19	26	-7			
CPA											352	244	108	29	10	3
IPEP											249	208	41	22	16	5
IPM											249	172	77	21	9	5
MOD. CHA.											485	476	9	77	13	16
MOD. MONT.											583	476	107	30	8	8
PASC											286	288	-2	54	13	4
PCPA											2912	900	2012	1	5	37
PEC									0		385	336	49	26	15	8
PEJ											157114	12159			8	11
1ª DP											0		0		5	7
ALB. CANOAS											53	38	15	7	3	
ALBERGUE																
GRAVATAÍ						0					26	60	-34	7	3	
N. HAMB.											77	99	-22	14	3	
MOD. OSÓRIO											519	476	43	0	0	
OSÓRIO											86	70	16	8	3	1
S. FRANC. PAULA											39	40	-1	8	2	
SÃO LEOPOLDO											139	120	19	10	2	
TAQUARA											91	78	13	15	2	
ALB. TAQUARA											54	60	-6			
TORRES											57	56	1	11	3	3
ALB. TORRES											34	22	12			
2ª DP											0		0		5	6
AGUDO							1				52	40	12	11	2	
CAC. SUL		1	1							4	88	68	20	15	4	1
ALB. C. DO SUL											31	48	-17			
CACEQUI											31	36	-5	10	2	
JAGUARI	0								1	1	38	66	-28	10	3	
JÚLIO CASTILHOS			2							1	97	80	17	9	2	
SANTA MARIA	4	1	2		1	0	2		2	5	388	184	204	44	7	5
ALB. STA MARIA											156	156	0	8	8	
ALB. SANTIAGO										0	30	48	-18			
SANTIAGO	0								1	3	62	48	14	17	6	1
SÃO F. DE ASSIS											48	54	-6	11	3	
SÃO SEPÉ											63	58	5	9	3	
SÃO V. do SUL											29	22	7	8	2	
CRUZ ALTA		1	2		1	2	1		3	230	140	90	14	2	1	
3º DP											0		0		7	3
CERRO LARGO											61	48	13	9	2	
MOD. IJUÍ		1				0	0		1	337	360	-23	74	6	4	
ALBERGUE IJUÍ							1				48	52	-4	9	2	
SANTA ROSA	1		1				0		3	197	110	87	16	6	1	
SANTO ÂNGELO				1					4	132	146	-14	15	5		
ALB. S. ÂNGELO			2								53	98	-45	8	3	
SANTO CRISTO											33	30	3	9	2	
ALB. S. CRISTO											13	24	-11			
SÃO BORJA											77	70	7	17	3	
ALB. S. BORJA											18	24	-6			
SÃO L. GONZAGA						1			2	155	138	17	20	3	1	
TRÊS PASSOS											115	114	1	12	4	1

	V ₁₇	V ₁₈	V ₁₉	V ₂₀	V ₂₁	V ₂₂	V ₂₃	V ₂₄	V ₂₅	V ₂₆	V ₂₇	V ₂₈	V ₂₉	V ₃₀	V ₃₁	V ₃₂
ALB. T. PASSOS											52	48	4			
4º DP											0		0		5	5
CARAZINHO										8	163	80	83	12	2	
ERECHIM										4	223	133	90	14	3	2
ESPUMOSO											44	54	-10	9	1	
FRED. WESTPH.			1							3	94	84	10	15	2	
GETÚLIO VARGAS											83	56	27	8	2	
IRAÍ										2	70	68	2	8	2	
P. das MISSÕES						0					61	48	13	8	3	
ALB. P. das M.											26	22	4			
PASSO FUNDO		0	2		1	0	1	1		19	360	146	214	18	5	2
ALB. P. FUNDO											59	108	-49			
SARANDI										0	91	69	22	14	2	
ALB. SARANDI											23	64	-41			
SOLEDADE										0	149	92	57	8	4	1
5º DP											0		0	4	7	
CAMAQUÃ						1		1		0	86	94	-8	9	5	1
ALB. CAMAQUÃ											46	60	-14	4		
CANGUÇU											45	24	21	9	2	
JAGUARÃO											56	38	18	10	3	
PELOTAS			0	2	1		4			9	411	215	196	40	11	4
ALB. PELOTAS											79	90	-11	4		
RIO GRANDE		0	3	2			1			10	462	352	110	34	13	6
ALB. RIO GRANDE											81	120	-39	5	2	
S. V. do PALMAR		0	1	0	0	0	0				77	30	47	10	2	
6º DP											0		0		4	3
ALEGRETE				1						0	91	59	32	16	4	
ANEX. ALEGRETE								1			28	22	6	16	4	
BAGÉ					1					2	209	260	-51	33	10	4
ANEX. BAGÉ				1		1	1				49	76	-27	33	10	4
CAÇAPAVA DO SUL											55	38	17	11	3	
DOM PEDRITO											81	143	-62	18	3	1
ALBERGUE D. PEDRITO											11	24	-13	18	3	1
ITAQUI											38	34	4	9	1	
ANEX. ITAQUI								1			14	16	-2	9	1	
LAVRAS DO SUL											25	28	-3	9	2	
MOD. URUGUAIANA										8	382	360	22	55	5	5
A. M. URUGUAIANA											0	120	-120			
ALB. URUGUAIANA				1				3			164	152	12	10	4	
QUARAÍ										0	25	20	5	10	2	
ANEX. QUARAÍ											4	8	-4	10	2	
ROSÁRIO DO SUL										4	34	28	6	14	2	1
ALB. ROSÁRIO SUL						1			1		20	48	-28	14	2	1
SANT. LIVRAMENTO			2								103	132	-29	17	4	1
A. S LIVRAMENTO											26	20	6	17	4	1
SÃO GABRIEL										3	90	142	-52	18	8	1
A. SÃO GABRIEL											18	18	0	18	8	1
7ª DP											0		0		4	3
B. GONÇALVES							1	1		2	185	96	89	13	2	2
CANELA											83	60	23	9	2	

